



RESISTÊNCIA UNINDO CAMPO E CIDADE EM FEIRAS E REDES ALIMENTARES ALTERNATIVAS

FLAVIANE CANAVESI, JANAÍNA DEANE DE ABREU SÁ DINIZ, YAN DUTRA DE SOUZA (ORG.)



Resistência unindo campo e cidade em feiras e redes alimentares alternativas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Resistência unindo campo e cidade em feiras e redes alimentares alternativas [livro eletrônico] / organização Flaviane Canavesi, Janaína Deane Sá Diniz, Yan Dutra de Souza. -- Brasília, DF : PRINT-DF : Editora da Universidade de Brasília-UnB, 2026.
PDF

Vários autores.
Vários colaboradores.
ISBN 978-65-989229-5-5

1. Agricultura 2. Agroecologia 3. Economia doméstica I. Canavesi, Flaviane. II. Diniz, Janaína Deane Sá. III. Souza, Yan Dutra de.

26-365864.0

CDD-304.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Agricultura e meio ambiente: Ecologia 304.2

Livia Dias Vaz - Bibliotecária - CRB-8/9638

Imagens da capa e contracapa: Coletivo Linhas da Resistência/DF.

Fonte: Flaviane Canavesi.

**Primeira Edição;
Brasília, 2026.**

Expediente do Projeto ERA

Coordenadora

Flaviane Canavesi

Vice coordenadora

Liza Andrade

Equipe de pesquisa e formação:

Alan Pires Kalapalo

Armando Fornazier

César Adriano de Souza Barbosa

Jéssica Rodrigues Pereira

José Nunes da Silva

Leonam Estrela Silva

Nina Paula Laranjeira

Ricardo Serra Borsatto

Thábata Lohane Pereira Marinho Bezerra

Valmor Cerqueira Pazos

Wanderley Antônio Pereira de Souza

Yeda Carla Taquari Silveira

Revisão Ortográfica e Gramatical:

Juliana Fonseca da Silva

Diagramação e Capa:

Leonam Estrela Silva

Ficha técnica do MDA

Fernanda Machiaveli Morão de Oliveira

Ministra do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Eric Sousa Moura

Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Vanderley Ziger

Secretário da Agricultura Familiar e Agroecologia

Marenilson Batista da Silva

Diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural

Cecília Tayse Muniz Teixeira

Coordenadora-Geral de Formação, Construção do Conhecimento e Fomento à ATER

Manoel José Diniz Mendonça

Coordenador-Geral de Planejamento e Gestão da PNATER

Conselho Editorial da Seção Extensão Rural e Agroecologia

Fabio Dal Soglio - UFRGS

fabioskds@gmail.com

Laeticia Jalil - UFRPE

laeticiajalil@gmail.com

Cimone Rozendo - UFRN

cimone.rozendo@gmail.com

Ricardo Serra Borsatto - UFSCAR

ricardo.borsatto@ufscar.br

Joel Donazzolo – UTFPR

joel@utfpr.edu.br

Patrícia Dias Tavares - IFG

padiastavares@gmail.com

Cristhiane Amâncio - Embrapa Agrobiologia

cristhianeoga@gmail.com

Dedicatória

Dedicamos este livro à querida Netinha do Coletivo “As do Cerrado”/Assentamento Oziel Alves 3 em Planaltina/DF, com profunda admiração pelo trabalho de mulheres que cultivam alimentos, saúde e vida.

"Fro do Cerrado"

Nasceu
Germinou
Lutou
A vida inteira
Por todos
Pelas outras
As do Cerrado
As da Terra
As das sementes...

Semeou
Animou
Liderou
Formou...

Um sorriso no rosto
E um ânimo contagiante
Sempre pronta pelo Cerrado
Por uma valorização real
Catando mangabas
Semeando consciência
Fazendo na prática a ciência do partilhar...

Céu está em festa
Colheremos sementes como as estrelas do céu
E você agora é uma...
Fro e também Estrela do Cerrado"

Por Abilio Vinicius Pereira

Sumário

(7) Apresentação

Flaviane de Carvalho Canavesi; Janaína Deane de Abreu Sá Diniz; Yan Dutra de Souza

(10) Prefácio

Marenilson Batista da Silva

Parte 1 - Pesquisas

(13) Circuitos curtos de comercialização na Feira Agroecológica e de Artesanato da Ponta Norte, Brasília/DF

Yan Dutra de Souza; Bruna Cardoso Afonso da Silva; Janaína Deane de Abreu Sá Diniz; Flaviane de Carvalho Canavesi

(42) Redes alimentares cívicas

Juscelino Eudâmidas Bezerra

(62) Estudo de caso da Feira Popular da Agricultura Familiar de Alto Paraíso de Goiás/GO

César Adriano de Souza Barbosa; Nina Paula Ferreira Laranjeira

(87) Agroecologia, ativismo alimentar e resiliência climática: a trajetória da Feira dos Agricultores Ecológicos de Porto Alegre/RS

Potira Preiss; Alicia Ganzo

(119) Redes Alimentares Alternativas (RAA) na Cidade do México: alcances, limitações e possibilidades.

Irene Sofia Espinosa Bonifaz; Eduardo Quintanar Guadarrama; Marina Mendez Rosenweig

Parte 2 - Sistematização de experiências

(133) Universidade na feira: sistematização de experiências das agricultoras e agricultores

Armina Félix da Cunha; Flavio do Carmo; Daniela Alves dos Santos; Lindaura Medrado dos Santos; Atahualpa Nazareth Costa; Maria Edmilda O. Barbosa (Iza); Lourdes dos Santos Carvalho; Bruna Cardoso Afonso da Silva; Carlos Eduardo Oliveira Soares; Rafaela Patrício Chagas; Thábata Lohane Pereira Marinho Bezerra; Wanderley Antônio Pereira de Souza; Yan Dutra de Souza

Parte 3 - A gente não quer só comida! Outras linguagens

(163) Uma feira aos olhos de uma consumidora

Lorena Pinto Coelho Silva

(167) Linhas da Resistência (DF)

Flaviane de Carvalho Canavesi

(169) Posfácio

José Nilton Campêlo Lacerda

(173) Minibiografia das/os autoras/es

Apresentação

As transformações em curso nos sistemas alimentares têm revelado, com força crescente, a urgência de repensarmos as formas de produzir, distribuir e consumir alimentos. Em meio à crise socioambiental, ao avanço das mudanças climáticas e à persistência das desigualdades no acesso a alimentos adequados e saudáveis, a Extensão Rural baseada na agroecologia torna-se um caminho pedagógico, político e de viabilidade do acesso às políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. O presente livro nasce desse entendimento e da necessidade de aproximar saberes, práticas e sujeitos que, nos territórios, constroem cotidianamente outras possibilidades para o campo e a cidade.

Resistência unindo campo e cidade em feiras e redes alimentares alternativas reúne pesquisadoras, pesquisadores, extensionistas, agricultoras e agricultores que vivenciam e estudam diferentes expressões das redes alimentares alternativas, dos circuitos curtos de comercialização e das feiras agroecológicas no Brasil e na América Latina. O conjunto de capítulos oferece ao campo de formação da extensão rural, um mosaico de experiências, análises e reflexões que se entrelaçam, compondo um panorama vivo e plural sobre as práticas que sustentam a produção e a circulação de alimentos agroecológicos.

A obra inicia com debates conceituais em torno das redes alimentares cívicas e alternativas, reconhecendo o papel das feiras como espaços de encontro, construção de confiança, fortalecimento comunitário e mediação entre quem produz e quem consome. Em seguida, avançamos para estudos de caso que revelam a complexidade dos territórios e das práticas que os constituem. A Feira Agroecológica e de Artesanato da Ponta Norte, em Brasília/DF, a Feira Popular da Agricultura Familiar de Alto Paraíso de Goiás e a histórica Feira dos Agricultores Ecologistas de Porto Alegre – entre outras

experiências – são analisadas em sua potência política, organizativa e socioambiental.

O livro também amplia o olhar para além das fronteiras nacionais ao apresentar as Redes Alimentares Alternativas na Cidade do México. Essa abordagem latino-americana evidencia que os desafios enfrentados pelas agricultoras e agricultores, bem como as estratégias de enfrentamento e resistência, são compartilhados em múltiplos contextos, reafirmando a importância de construir diálogos regionais e aprendizagens comuns.

Uma seção especialmente significativa é aquela dedicada à sistematização de experiências de agricultores e agricultoras que integram o projeto Extensão Rural e Agroecologia e o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão da UnB, o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) e a Residência em Ciência, Tecnologia e Sociedade coordenada pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/UnB). Aqui, a universidade se coloca na feira não como observadora distante, mas como parceira no processo de construção do conhecimento e na incidência de políticas públicas que possam fortalecer o trabalho de extensionistas rurais, ampliando sua formação e inserção no campo e na cidade, conseqüentemente formando um elo forte com a produção de alimentos por parte da agricultura familiar. Ao reconhecer as agricultoras e agricultores como coautores, o livro reafirma o princípio da horizontalidade, defendendo que a Extensão Rural crítica se funda na troca, no diálogo e na valorização dos saberes locais.

O volume se encerra com contribuições sensíveis sobre formas de perceber, narrar e viver as feiras agroecológicas. Seja pela perspectiva de uma consumidora, seja por meio de linguagens não escritas – fotografias, desenhos ou registros afetivos –, essas expressões revelam que a agroecologia também se comunica por gestos, imagens, encontros e memórias que atravessam e reconfiguram o cotidiano das pessoas.

Composto por oito capítulos, além de prefácio, apresentação, posfácio e biografias das autoras e autores, este livro busca oferecer ao público um instrumento de estudo, reflexão e inspiração. Mais do que sistematizar práticas e pesquisas, ele convida quem lê a reconhecer, valorizar e fortalecer redes sociotécnicas que, em modos diversos, constroem caminhos para uma alimentação saudável, justa e sustentável.

Esperamos que esta obra contribua para ampliar os diálogos entre ensino, pesquisa e extensão; para fortalecer políticas públicas de extensão rural orientadas pela Agroecologia; e para incentivar a formação de redes solidárias que aproximem campo e cidade. Que os relatos e análises aqui presentes possam inspirar práticas transformadoras e reafirmar o compromisso ético com a vida, a diversidade e a dignidade dos povos que produzem nossos alimentos.

Flaviane Canavesi
Janaína Deane de Abreu Sá Diniz
Yan Dutra de Souza

Prefácio

As feiras da agricultura familiar desempenham um papel importante e têm se consolidado como um instrumento estratégico de comercialização direta e de fortalecimento dos circuitos curtos agroecológicos. Muito além de espaços de comercialização, elas se constituem como territórios vivos de encontro entre campo e cidade, de fortalecimento das identidades produtivas, de valorização dos saberes locais e de afirmação política das agricultoras e agricultores familiares que alimentam este país com alimentos saudáveis.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), reconhece nas feiras um instrumento fundamental para ampliar o acesso a mercados, dinamizar economias territoriais, fortalecer a reforma agrária e promover a soberania e a segurança alimentar e nutricional. Neste contexto, o MDA opera iniciativas que integram um conjunto de ações que visam estruturar mercados de proximidade, qualificar o acesso das famílias agricultoras e promover ambientes territoriais favoráveis à produção sustentável.

A Extensão Rural, por sua vez, desempenha uma função central nesse processo de incentivo e de estímulo aos processos de formação, organização social e do planejamento produtivo e comercial. É pela extensão rural que práticas agroecológicas são fortalecidas, que associações e cooperativas ampliam sua capacidade de gestão e que agricultores e agricultoras, assentados da reforma agrária e comunidades quilombolas consolidam as feiras como ambiente que conecta as políticas públicas nos territórios a resultados quantitativos e qualitativos gerados pelas redes de comercialização.

Este livro apresenta experiências, metodologias e análises estabelecidas em diversos contextos, evidenciando as feiras como dispositivos sociotécnicos essenciais para a construção de sistemas alimentares sustentáveis. As

sistematizações reunidas evidenciam como a integração entre pesquisa, extensão rural e participação social contribui para ampliar a qualificação dos mercados e para fortalecer iniciativas agroecológicas.

Que esta obra inspire equipes técnicas, instituições formadoras e gestores públicos comprometidos com o aprimoramento da extensão rural e das políticas de comercialização da agricultura familiar, evidenciando o papel das feiras na promoção da alimentação saudável, do desenvolvimento territorial e da transição agroecológica no Brasil.

Marenilson Batista da Silva

Diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater)

Secretaria da Agricultura Familiar (SAF)

Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar (MDA)

Pesquisas



Parte 1

Circuitos curtos de comercialização na Feira Agroecológica e de Artesanato da Ponta Norte, Brasília-DF¹

Yan Dutra de Souza; Bruna Cardoso Afonso da Silva; Janaína Deane de Abreu Sá Diniz; Flaviane Canavesi.

Resumo

Por meio de pesquisa qualitativa realizada com agricultores feirantes, clientes e moradores, este trabalho analisa os circuitos curtos de comercialização na Feira Agroecológica e de Artesanato da Ponta Norte, Brasília-DF. O uso de uma ferramenta de gestão possibilitou identificar as Forças (Strengths); Fragilidades (Weaknesses); Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats) da feira. A alta procura por produtos orgânicos e agroecológicos, bem como o engajamento da comunidade, se destacaram como fatores positivos, enquanto a necessidade de aprimorar o marketing e a divulgação foram elencados com necessidade de melhoria. Identificou-se que os feirantes estão distribuídos em 16 locais de produção, em distâncias que vão desde alguns metros até quilômetros da feira, mostrando que os circuitos curtos englobam proximidade física além de aspectos cognitivos, culturais e políticos, que auxiliam no “encurtamento” da distância entre produtores e consumidores.

Introdução

O processo de industrialização, advindo da Revolução Industrial, tornou o consumo de alimentos em alternativas rápidas para atender à demanda de uma rotina cada vez mais gerida pelo tempo escasso. Produtos alimentícios ultraprocessados ganharam destaque em supermercados (atacados, varejos e atacarejos²), lojas de conveniências, lanchonetes e, mais recentemente, via aplicativos de entrega, muitos deles inseridos em plataformas eletrônicas das grandes redes varejistas.

Essa dinâmica faz com que os atores envolvidos no processo de venda direta (produtor-consumidor) fiquem cada vez mais distantes, resultando que o consumidor, ao adquirir o alimento, saiba muito pouco sobre a origem do que está consumindo e, conseqüentemente, também não conheça os

¹ Uma primeira versão deste artigo foi publicada no 61º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - Sober (2023). A presente versão conta com considerações recebidas durante o congresso.

² Entre as opções para a aquisição de alimentos, surgem os chamados “atacarejos”, que são modelos de supermercados que unem o atacado (venda em grandes quantidades) e o varejo (venda por unidade) em suas estratégias de comercialização e que têm proliferado em todas as regiões brasileiras, incluindo municípios menores. Nesses estabelecimentos, o preço baixo torna-se um atrativo para o consumo, sendo possibilitado pelo “volume de vendas mais alto e a união do ponto de venda, distribuição e armazenagem no mesmo lugar” (De Souza *et al.*, 2022, p.55).

caminhos que esse percorre até chegar à sua mesa, distanciando-se então do que seria uma “comida de verdade” (Azevedo, 2019) ao optar por produtos ultraprocessados mais disponíveis.

O termo “comida de verdade”, segundo Azevedo (2019), se refere ao alimento fresco, sem agrotóxicos e que valoriza o sistema agroalimentar local, possibilitando que o consumidor tenha plena ciência sobre o sistema de produção utilizado. Este entendimento faz com que o ato de comer valorize a comida local, investindo no desenvolvimento urbano e rural da região, ao mesmo tempo em que equilibra a oferta e a demanda a partir dos circuitos curtos de comercialização.

Para compreender este processo, o artigo apresenta resultados de uma pesquisa realizada entre os meses de novembro de 2022 e fevereiro de 2023, sobre a experiência da Feira Agroecológica e de Artesanato da Ponta Norte, localizada na Superquadra 216 Norte, Brasília/DF. Os dados foram coletados a partir de entrevistas com feirantes, moradores³ da vizinhança e clientes, com o propósito de sistematizar informações a partir dos atores envolvidos na feira. Por meio do conteúdo coletado, foi aplicada a ferramenta de análise situacional Matriz SWOT (Chiavenato; Sapiro, 2020), na intenção de contribuir com o aperfeiçoamento da feira, elencando as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, a partir das respostas dos feirantes, clientes e da observação participativa no decorrer do estudo.

O artigo está estruturado em cinco tópicos: Introdução, Revisão da literatura sobre os circuitos curtos de comercialização, Metodologia, Resultados e discussões e Conclusões. A pesquisa possibilitou observar, sistematizar e analisar a relação entre produtor e consumidor, garantida pelos circuitos curtos de comercialização em uma dada experiência, em que ambos os atores envolvidos no processo possam realizar trocas de experiências sobre

³ A decisão por destacar a categoria “moradores” e diferenciá-la dos clientes se deve ao fato de que, além de serem clientes quando frequentam a feira, alguns são atores que se mobilizaram para levar até as quadras próximas uma feira que garantisse o abastecimento da vizinhança com produtos agroecológicos e que promovesse não apenas uma aproximação física, mas também cultural e política com os produtores.

o produto e o contexto da produção, assim como fortalecer a relação de venda e consumo pelo contato direto que as feiras proporcionam.

1. Revisão sobre os circuitos curtos de comercialização

Os sistemas agroalimentares e suas contradições são apresentados por Schneider e Gazolla (2017) quando esses mencionam que ao mesmo tempo em que temos quantidade suficiente de comida para alimentar toda a população mundial, convivemos com a fome e a má nutrição. Segundo os autores, os principais beneficiados neste sistema são os supermercados e as lojas de *fast food* que oferecem uma ampla gama de produtos ultraprocessados, compostos por um grande número de conservantes que são responsáveis por causar riscos à saúde e doenças alimentícias, como a obesidade (Schneider; Gazolla, 2017).

A presença de intermediários e atravessadores no processo de comercialização gera o alargamento das cadeias alimentares, tornando a interação entre consumidores e produtores quase inexistente, por terceirizarem a venda para varejos, atacados, lojas de conveniências e hortifrutigranjeiras, para citar exemplos. Nesse contexto, se opondo ao sistema instaurado, surgem as cadeias agroalimentares curtas de abastecimentos, que podem ser entendidas como expressão da vontade dos atores envolvidos em uma cadeia de valor para a construção de novas formas de interação entre produção e consumo, mediante o resgate da procedência e da identidade dos produtos, assentada não apenas em critérios de preço, mas também em valores sociais, princípios e significados simbólicos, culturais, éticos e ambientais (Schneider e Gazolla, 2017).

Renting, Marsden e Banks (2017) referem-se ao conceito como Cadeias Curtas de Abastecimento de Alimentos (CCAA), explicando que essas constituem um canal importante para o “encurtamento” das relações entre o produtor e o consumidor, pois valorizam a produção de alimentos no local de venda, reintegrando modos ambientalmente sustentáveis. Os autores

justificam a existência dos circuitos curtos em três dimensões: (I) Face a Face: em que o consumidor adquire o seu produto diretamente do produtor, autenticando a compra por meio da confiança adquirida pela interação social; (II) Próximas: quando as CCAAs se apoiam em relações de proximidade do local ou região de produção e compra; e (III) Ampliadas: em que as vendas são ampliadas para fora da região de produção para alcançar distâncias maiores.

Neste sentido, a definição de cadeias curtas resgata uma dimensão central das economias de proximidade e de escopo que refere ao papel da geografia e da interação entre espaço e atividade econômica (Schneider; Gazolla, 2017, p. 12). Neste caso, a cadeia curta coincide com os circuitos de venda direta, os quais englobam “propriedades, feiras locais, lojas de agricultores, mercados dos agricultores/produtores, consumidores nas unidades produtivas” (Schneider; Gazolla, 2017, p. 13). Essa tendência, segundo Renting, Marsden e Banks (2017), está associada à construção de novas configurações da cadeia alimentar, englobando a agricultura orgânica, as produções de especialidades e a própria venda direta.

Neste íterim, Renting, Marsden e Banks (2017) descrevem que quando a relação produtor-consumidor é encurtada, o cliente possui informações de valor sobre a procedência e a qualidade do alimento que está consumindo. Os autores explicam que existe uma gama de definições para o que é chamado de “qualidade” e que a diversidade é exemplificada pela demanda dos consumidores e as ofertas dos produtores que, de acordo com os envolvidos, vêm se articulando em códigos que configuram a produção orgânica, regional e artesanal, visto que a tradição, a cultura e a gastronomia se demonstram em diferentes percepções dos consumidores e pelo apoio institucional e político.

Mediante a apresentação do conceito de CCAA, Belletti e Marescotti (2017) destacam que é possível encontrar diferentes definições. No entanto, três pontos chave são aplicados ao se falar de cadeias curtas, visto que objetivam pular etapas da intermediação comercial, reduzir a distância

geográfica e cultural percorrida pelo produto até chegar ao consumidor e fortalecer os papéis de consumidores e produtores na cadeia de abastecimento agroalimentar, mesmo que apareçam com ênfases diferentes. Nesta lógica, quando se fala em “encurtar a distância”, não está se referindo apenas à questão física, mas adiciona-se aspectos cognitivos e culturais, pois evoca-se o contato direto entre produtores e consumidores sem o intermédio de varejistas ou atacadistas.

Diante deste cenário emerge, em alguns consumidores, uma necessidade de se reconectar com a fonte produtora dos alimentos, visando mitigar problemas como a desconfiança nas grandes empresas do setor de produção e distribuição de alimentos; o desconhecimento da origem dos produtos; o risco de insegurança alimentar; os problemas de saúde relacionados ao consumo de alimentos processados; e o impacto ambiental dos sistemas produtivos convencionais (Dias; Révillion; Talamini, 2017, p. 242).

Em consonância com Dias, Révillion e Talamini (2017), Rover e Darolt (2021) reforçam o crescente número de consumidores que buscam a garantia de alimentos de qualidade, entendida a partir das relações de confiança e que valorizam a tradição, em especial os que têm origem na produção agroecológica e orgânica. Assim, promove-se os circuitos curtos de comercialização, uma vez que se quebra a dependência do consumo em sistemas agroalimentares convencionais que sofrem com o impacto da industrialização e disseminação dos produtos ultraprocessados que, conseqüentemente, fragilizam as produções alimentares locais.

Rover e Darolt (2021) detalham, então, que a pandemia desencadeada pela covid-19 serviu como ponto de virada para que a população mundial começasse a refletir sobre os riscos que o consumo de alimentos ultraprocessados, transgênicos e com agrotóxicos trazem para a saúde humana, além de estimular o consumo de alimentos saudáveis e adquiridos em mercados de proximidade. No entanto, apontam que um dos grandes

desafios é justamente ocupar o espaço dos sistemas convencionais, alterando a lógica e ampliando as redes agroalimentares alternativas, de modo que criem padrões diferenciados, envolvendo a parceria entre produtores e consumidores, além de encurtar as cadeias, reconectando os atores envolvidos na comercialização, para que resgatem a confiança e os valores tradicionais que foram sendo perdidos por conta da quantidade de intermediários e atravessadores que existem entre o produtor e o consumidor.

Em adição, Galdino *et al.* (2017) debatem a importância dos circuitos curtos de comercialização para o fortalecimento e representatividade da mulher, da agricultura familiar e dos povos tradicionais, favorecendo o desenvolvimento do mercado local e possibilitando o fornecimento de alimentação saudável para a sociedade. Para as autoras, este fator ganha relevância ao viabilizar espaços de comercialização na economia e, conseqüentemente, pela valorização da biodiversidade. Isto posto, se torna evidente a oportunidade de troca que as feiras orgânicas e agroecológicas proporcionam aos atores envolvidos nos mercados de proximidade.

Podemos então afirmar que os circuitos curtos estão relacionados com a venda direta, dado que Galdino *et al.* (2017, p. 8) apresentam em seu estudo de caso que o mercado está “principalmente sendo concentrado na região, mais precisamente na própria comunidade, fazendo com que haja o fortalecimento da rede de interação local”, o que confirma a ideia de Diniz e Cerdan (2017) ao destacarem que as cadeias curtas vêm sendo consideradas como novos paradigmas do desenvolvimento rural, por realocar a produção e o consumo.

Este contexto nos leva a formular as seguintes questões: onde se situam os locais de produção dos feirantes participantes da Feira da Ponta Norte⁴ e quais distâncias (e obstáculos) eles percorrem? Essas perguntas estão alinhadas com a literatura citada, que apresenta o desejo dos clientes em se

⁴ A partir deste ponto, para facilitar a leitura, o nome da Feira Agroecológica e de Artesanato da Ponta Norte será abreviado para Feira da Ponta Norte.

reconectarem e se relacionarem a partir da interação e da proximidade com a fonte produtora de alimentos, ao mesmo tempo em que surge a vontade de consumir alimentos saudáveis e que não degradem o meio ambiente.

2. Metodologia

A pesquisa foi realizada pela abordagem qualitativa com a proposta de obter uma descrição da realidade, frente ao conhecimento do fenômeno estudado (Tonelli, 2012), qualificando-se como exploratória e descritiva com o objetivo de proporcionar uma visão aproximativa e uma descrição das características da população mediante o estabelecimento das variáveis (Gil, 2019). Adotamos a coleta de dados por entrevistas e observação, desenvolvendo três roteiros de entrevista, contemplando feirantes, clientes e moradores, com perguntas abertas. A escolha por esse tipo de questão foi feita com o intuito de conhecer os interesses e motivações dos respondentes.

As entrevistas com feirantes e clientes foram realizadas durante cinco sábados entre os meses de novembro de 2022 e dezembro de 2022, no espaço da feira, de 8h às 12h, abordando 39 tendas com nove perguntas, utilizando a abordagem de Face a Face (Vieira, 2010) e semiestruturada (Gil, 2019) estabelecendo-se previamente um foco, pois o objetivo era extrair informações de forma livre e respeitando o caráter informal que a feira possui.

Para a observação, adotamos os modelos de observação participativa e não participativa, em que, na primeira, quem pesquisa se integra ao grupo a ser pesquisado, enquanto, na segunda, observa de uma forma mais distante (Mattar, 2014). Assim, adotou-se a primeira para os feirantes e a segunda para clientes e moradores.

A pesquisa também se baseou em revisão bibliográfica e documental, ao permitir acessar estudos já realizados sobre a experiência. Ao analisar a Feira da Ponta Norte a partir da sistematização, abrimos o leque para dar voz aos participantes e entender quais são as percepções, intenções e as relações que

estes possuem com o espaço e, assim, possibilitar que haja relações e reações entre os resultados obtidos, conseguindo compreendê-las pelas interpretações daqueles que dão vida à feira (Holliday, 2006).

A ferramenta de gestão Matriz SWOT (Chiavenato; Sapiro, 2020), foi utilizada para uma análise situacional da experiência a partir da representação de seus participantes captada pelas entrevistas semiestruturadas e serviu de base analítica dos resultados, visto que a metodologia se divide em quatro quadrantes, que dizem respeito às Forças (**S**trengths); Fragilidades (**W**eaknesses); Oportunidades (**O**pportunities) e Ameaças (**T**hreats), ganhando, assim, o acrônimo SWOT na língua inglesa. O objetivo é “abordar tanto o ambiente externo como o ambiente interno da organização em termos de oportunidades e ameaças exógenas e de forças e fragilidades endógenas” (Chiavenato; Sapiro, 2020, p. 129).

3. Resultados e discussão

Durante o período de pesquisa foram realizadas entrevistas com lideranças da Feira da Ponta Norte que atuaram ativamente para a implementação e desenvolvimento da ação. Em uma das entrevistas, o entrevistado 1 explicou que a ideia foi sendo construída desde o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016. Tal contribuição é confirmada em um artigo⁵ publicado em 2022 que explica que, num primeiro momento, moradores da Asa Norte (Brasília – DF) se uniram para criar o Movimento pela Unidade Democrática (MUD), com o “objetivo de, a partir da micropolítica cotidiana, promover intervenções e debates capazes de atrair pessoas para o espectro político progressista” (Azevedo; Bezerra; Xavier, 2022, p. 157).

⁵ É válido destacar que o referido artigo é resultado de uma primeira pesquisa com e sobre feirantes da Ponta Norte e que já traz elementos particularmente interessantes para esta experiência/espço de comercialização, socialização e política.

Em artigo sobre a Feira da Ponta Norte, Azevedo, Bezerra e Xavier (2022) explicam que em 2018, após a vitória das eleições presidenciais por Jair Bolsonaro, os participantes do MUD tiveram a ideia de criar uma feira com o intuito de ajudar pequenos produtores e movimentos sociais a escoarem os seus produtos. Segundo esses mesmos autores, a criação da feira da Ponta Norte foi também uma promoção do diálogo e uma intervenção política frente ao propósito de fortalecer temas de interesse que dizem respeito à reforma agrária e à Agroecologia. Assim, a feira iniciou no dia 17 de agosto de 2019, acontecendo todos os sábados na quadra comercial da 216 Norte (Brasília-DF), de 8h às 14 h.

Mas antes disso, a gente teve todo esse trabalho que foi um movimento que deu sustentação à feira, a gente tinha um grupo com mais de 80 pessoas, que essas pessoas ficaram ali para comprar os produtos da feira, então quando nós começamos já tinha os consumidores já certos, para consumir aqueles produtos (Entrevistado 1, 2022).

A entrevistada 2 complementa apresentando que no início a feira contava com cerca de sete tendas e, com o passar do tempo, outras foram chegando:

E era uma feirinha, gente, pequenininha, era aquela calçada principal, que você passa ali para ir para o comércio. Ficava ali, então você tinha a A..., você tinha a B... com o companheiro dela, a filha da B..., você tinha o E... vendendo os livros, [...] o menino da tapioca, [...] uma moça grávida [...] e o Z.... Então, era aquilo ali, aquela calçada e aí tinha as rodinhas de conversa em uma tendinha menor que costumava ter (Entrevistada 2, 2022).

A entrevistada 2 acrescentou ainda que houve uma segunda etapa de expansão da feira, em que começaram a convidar efetivamente os/as assentados/as, pequenos produtores e, com isso, “a calçada de uma se tornou duas, aumentou e aí veio a cerveja artesanal” (Entrevistada 2, 2022) e outras tendas. Até a data do levantamento, a feira contava 40 tendas por sábado e comercializava produtos que variavam dentre frutas, legumes e verduras, pães de fermentação natural, artesanato, cerveja artesanal, derivados de leite,

venda de livros, produtos veganos, pratos prontos, água de coco, pastel e tapioca.

Azevedo, Bezerra e Xavier (2022) ainda acrescentam que a escolha para que a feira fosse na 216 Norte se deu pela alta renda per capita e pelo apoio político dos moradores que se identificam dentro do espectro político de esquerda, sendo esse um fator essencial para que não houvesse grandes conflitos com a instalação. Nesse sentido, há a presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de partidos políticos de esquerda, possibilitando que seja feito o “uso do espaço com objetivos políticos” (Azevedo; Bezerra; Xavier, 2022, p. 163).

Frente a este levantamento, realizamos entrevistas com feirantes, clientes da feira e moradores das quatro quadras da Ponta Norte (SQN 215, SQN 216, SQN 415 e SQN 416)⁶, a fim de sistematizar as experiências e conhecer os gargalos presentes e, assim, aplicar a ferramenta de gestão escolhida para contribuir com o aprimoramento das atividades.

Após o período de coleta dos dados primários, realizamos o processo de tabulação dos dados, que, de acordo com Vieira (2010), consiste em obter um retrato detalhado das respostas para demonstrar a realidade observável, ou seja, expressar valores e estatísticas que auxiliem na obtenção de resultados.

Por conta do quantitativo de tendas, a entrevista com os feirantes foi dividida em dois dias, abrangendo as datas de 12 de novembro de 2022 e 19 de novembro de 2022. No primeiro dia conversamos com feirantes de 35 tendas, em que somente uma tenda decidiu não participar da pesquisa. Outra tenda localizada na entrada da feira foi excluída da pesquisa por estar vendendo produtos de uma empresa multinacional de cosméticos, fugindo do escopo e proposta da Feira da Ponta Norte, pois, conforme ressalta um dos fundadores durante a entrevista, a respeito dos tipos de produtos que estão dentro do conceito da feira:

⁶ A área do Plano Piloto de Brasília se divide em Superquadras Norte (SQN - Asa Norte) e Sul (SQS - Asa Sul) numeradas de 01 a 16, paralelas ao Eixo principal, denominado Eixo Monumental (Azevedo; Bezerra; Xavier, 2022).

A gente não aceita que seja da Ceasa [Central de Abastecimento do Distrito Federal], assim, convencionais⁷, pode até ser da Ceasa, mas que seja orgânico. Mas assim, falar: “Olha, pegou na Ceasa e veio pra vender”, não. E produtos também trabalhados/industrial, não vende: roupas, calçados. Se for usado, for um brechó uma coisa assim, a gente aceita, uma troca de produto. Então tudo é aceito, mas produto vindo diretamente da loja não, então a empresa X, esses produtos assim, de cosmético não. Tem muitos produtos lá que são cosméticos, mas são naturais, então o que for industrializado não está dentro da associação e do princípio do conceito (Entrevistado 1, 2022).

No sábado seguinte, dia 19 de novembro, conversamos com mais seis tendas, totalizando, assim, 41 tendas abordadas e 39 tendas a serem utilizadas no tabelamento e análise⁸, por desconsiderar os dois casos citados anteriormente.

A entrevista contou com nove perguntas. As questões, apesar de terem direcionamento para as respostas, possuíam caráter aberto por possibilitar liberdade ao entrevistado para expressar as suas opiniões e percepções. Assim, após a coleta de dados pessoais como nome e contato (telefone ou endereço de correspondência eletrônica), perguntamos sobre o endereço de produção, focando especialmente na cidade ou Região Administrativa em que estão produzindo.

Ao serem indagados sobre as áreas de produção obteve-se um total de 16 localidades diferentes, disponíveis na Tabela 1 e na Figura 1, mostrando que os feirantes estão divididos entre Goiás e Distrito Federal. Desta forma, percebe-se que as maiores distâncias compreendem os produtores dos municípios goianos de Planaltina/GO (74,3 km) e Monte Alto (61,4 km), enquanto na Região Administrativa do Distrito Federal, estão Brazlândia (53,4 km); Planaltina/DF (51,3 km) e Samambaia Norte (44,6 km).

⁷ É válido esclarecer que, quando o entrevistado se refere aos convencionais, está falando sobre alimentos produzidos com o uso de agrotóxicos, e destaca que “pode até ser da Ceasa, mas que seja orgânico”, ou seja, produzido sem o uso de agrotóxicos.

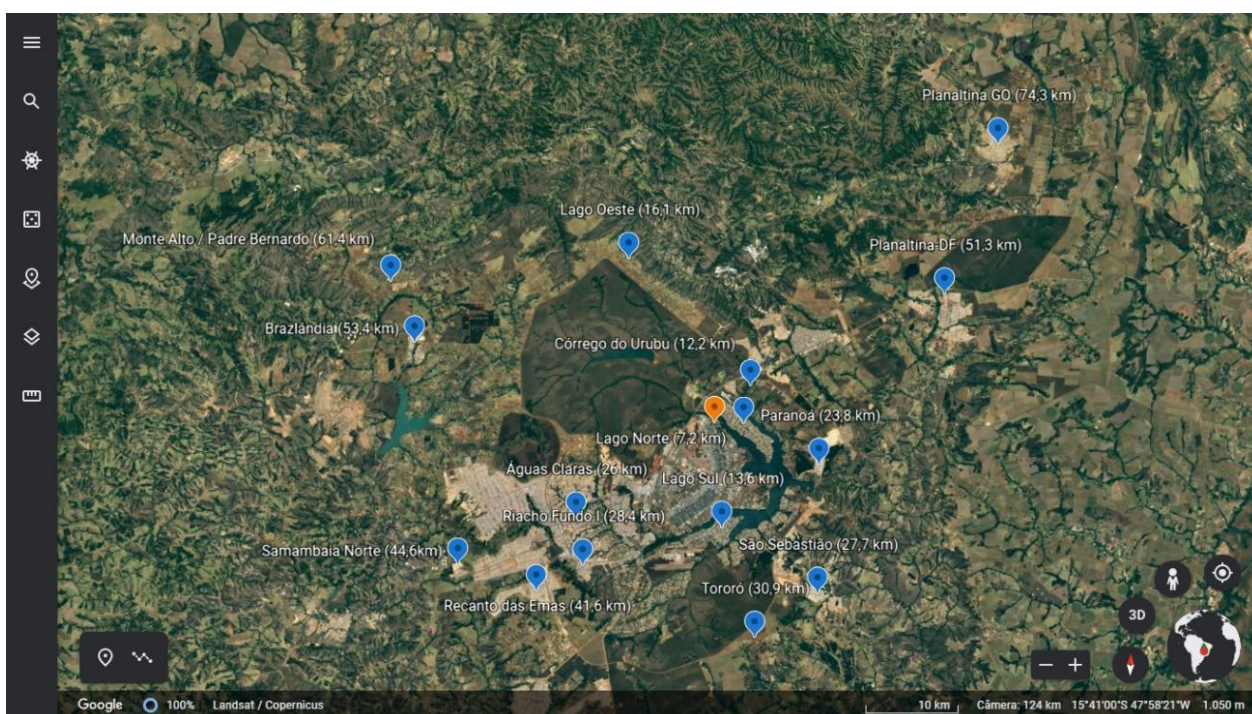
⁸ Devido ao período e contexto em que foi realizada a pesquisa de campo, o levantamento da quantidade de tendas da feira foi dificultado. Na entrevista com o presidente da associação da Feira da Ponta Norte à época, foi informado que, devido a mobilização para o período eleitoral (2022), houve uma expansão de tendas na feira, ampliando para pessoas que não fazem parte da associação dos feirantes, o que explica a flutuação na quantidade de tendas por semana.

Tabela 1. Local de produção dos feirantes entrevistados na feira agroecológica e de artesanato da Ponta Norte.

Local de produção	Número	Distância até a feira
Planaltina/GO	1	74,3 km
Monte Alto e Padre Bernardo/GO	3	61,4 km
Brazlândia	3	53,4 km
Planaltina/DF	10	51,3 km
Samambaia Norte	1	44,6 km
Recanto das Emas	2	41,6 km
Tororó	1	30,9 km
Riacho Fundo I	2	28,4 km
São Sebastião	1	27,7 km
Águas Claras	1	26 km
Paranoá	1	23,8 km
Lago Oeste	1	16,1 km
Lago Sul	1	13,6 km
Córrego do urubu	2	12,2 km
Lago Norte	2	7,2 km
Asa Norte	7	350 m
Total	39	

Fonte: Elaborada pelos(as) autores(as).

Figura 1. Locais de produção dos feirantes representado em mapa



Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as) a partir do *Google Earth*.

Em relação ao mapa (Figura 1), o município goiano de Padre Bernardo está como Monte Alto por conta de a localização geográfica dos produtores ser mais próxima de Brazlândia, referente a Monte Alto/GO. Ademais, a marcação referente à Asa Norte (Brasília/DF) está em laranja e com o círculo verde, indicando a presença do território onde a Feira da Ponta Norte se encontra.

Deste modo, ao levantar a quilometragem percorrida pelos feirantes e também as motivações políticas que levam à organização da feira, retomamos o conceito de circuitos curtos de comercialização, ao compreender que não significa apenas a distância física entre o produtor e o consumidor, mas também a distância cognitiva e cultural que por meio desse circuito é encurtada e possibilita o contato dos atores envolvidos em outros aspectos que englobam vantagens econômicas, valor agregado, conhecimento sobre o modo e o local de produção dos alimentos (Belletti; Marescotti, 2017).

Dias, Révillion e Talamini (2017) justificam, assim, que o contato criado entre produtores e consumidores a partir das feiras ajuda a disseminar os valores da produção orgânica e agroecológica, chegando a se tornar um estilo de vida, pelo consumo dessa ideia. Logo, a tabela 1 apresenta o local de produção dos feirantes entrevistados e a distância percorrida para chegarem à feira. Aqui é válido destacar que utilizamos como apoio as ferramentas *Google Maps* e *Google Earth*, localizando a feira da Ponta Norte e as referidas regiões de produção (municípios e Regiões Administrativas), utilizando a distância padrão por região citada.

Realizou-se também a caracterização do tipo de venda de cada tenda entrevistada, seguindo as quatro categorias de processamento apresentadas pelo Guia Alimentar para a População Brasileira, edição de 2014, do Ministério da Saúde (Brasil, 2014) que classifica os alimentos em (I) *in natura*, alimentos obtidos diretamente de plantas ou animais, sem ter sofrido qualquer alteração; (II) minimamente processados, compondo alimentos que antes de sua aquisição para consumo sofreram alterações mínimas; (III)

alimentos processados, fabricados essencialmente com a adição de sal ou açúcar; e, por fim, os (IV) ultraprocessados, que envolvem diversas etapas e técnicas de processamento, além da adição de variados ingredientes de uso exclusivamente industrial.

Neste momento da pesquisa, observamos que as tendas em sua maioria atuam em mais de um tipo de processamento. Desta forma, montamos uma classificação das tendas seguindo exatamente os tipos de cada uma, obtendo as informações sistematizadas na tabela 2.

Tabela 2. Classificação das tendas de acordo com o tipo de processamento e demais produtos comercializados.

Produtos vendidos	Quantidade de tendas
<i>In natura</i> e processados	7
Processados	7
Artesanato	6
<i>In natura</i> e minimamente processados	4
<i>In natura</i>	4
<i>In natura</i> , minimamente processados e processados	3
Minimamente processados	2
Literatura	2
Artesanato e processados	1
Cosméticos e processados	1
Plantas	1
Pastel	1
Total	39

Fonte: Elaborada pelos(as) autores(as).

Com os dados sistematizados na tabela 2, vale a pena olhar a classificação dos produtos de forma agrupada por tendas, mesmo que essas se repitam durante a contagem, pois, assim, torna-se possível compreender a predominância de cada processamento e, então, entender qual é a porcentagem dos produtos vendidos na feira. Desta forma, a tabela 3 apresenta a quantidade de tendas que vendem cada classificação de processamento e a respectiva porcentagem, deixando evidente que os quatro

principais são: os alimentos processados (56,41%), os *in natura* (46,15%), minimamente processados (23,08%) e artesanato (17,95%). Além disso, vale destacar que a tenda do pastel foi colocada de modo separado, por ser um produto com alta demanda na feira, colocado assim, para destacar a sua participação.

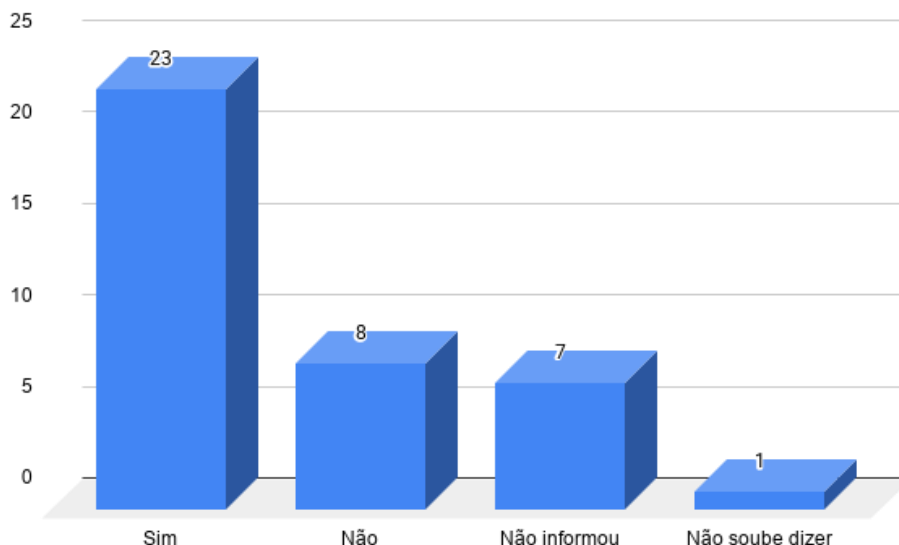
Tabela 3. Classificação das tendas de acordo com o tipo de processamento.

Produtos vendidos	Quantidade de tendas	%
Processado	22	56,41%
<i>In natura</i>	18	46,15%
Minimamente processado	9	23,08%
Artesanato	7	17,95%
Literatura	2	5,13%
Cosmético	1	2,56%
Plantas	1	2,56%
Pastel	1	2,56%
Total	39	100,00%

Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as).

Durante a entrevista, os feirantes informaram a existência de uma associação, mas relataram que nem todos participavam, visto que algumas tendas chegaram após sua criação. Nesse contexto, o gráfico 1 apresenta a quantidade de feirantes associados e não associados. Demonstra também respostas que fogem dessas duas categorias, visto que ao realizarmos a entrevista, alguns se demonstraram inseguros para responder (possivelmente também não fazem parte da associação) e uma tenda não soube responder.

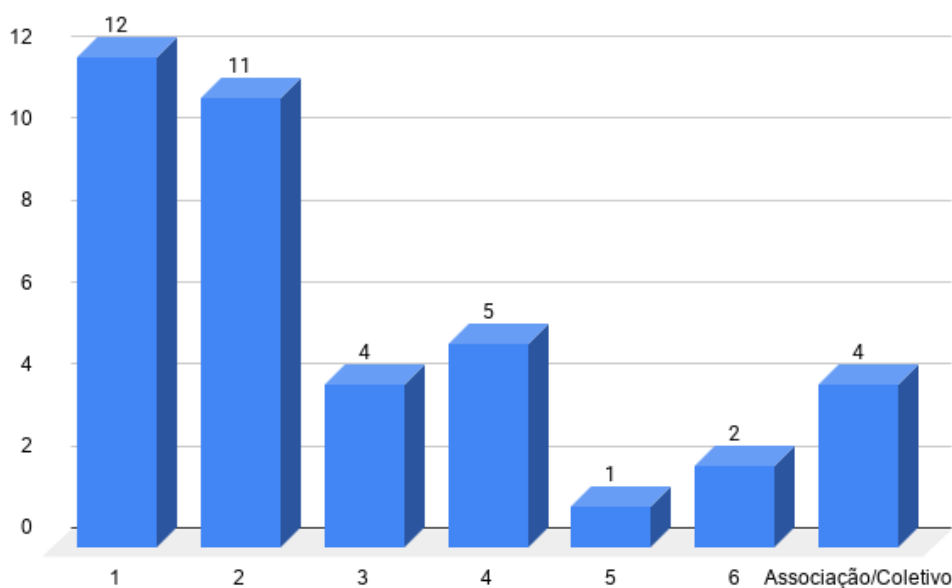
Gráfico 1. Participação na associação dos feirantes da Feira da Ponta Norte.



Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as).

A Associação Comunitária Agroecológica e de Artesanato da Ponta Norte de Brasília (Acaapo) diz respeito a uma organização entre os feirantes associados que contribuem semanalmente com uma taxa de R\$ 15,00 para pagar o aluguel de banheiros químicos, a segurança e a limpeza do local. Na sequência, perguntamos sobre a quantidade de pessoas que trabalham por tenda, o que pode ser visualizado no Gráfico 2.

Gráfico 2. Quantidade de trabalhadores por tenda.



Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as).

Nesse contexto, é possível identificar que a quantidade de pessoas por tenda é bastante diversa, mas, principalmente, temos a presença de uma ou duas pessoas, geralmente o casal, enquanto que nas demais tendas temos a presença de filhos, colaboradores ou venda compartilhada, como visto em algumas tendas em que os produtores se unem para vender os seus produtos e também há a presença de associações e coletivos que fazem o rodízio das pessoas que vão para a feira, em que a quantidade de pessoas por tenda varia de acordo com a disponibilidade de cada participante. Durante as entrevistas, foi registrado se o respondente era homem ou mulher. Assim, para as 39 tendas, tivemos 20 respondentes homens e 19 mulheres, sendo que em algumas havia casais ou eram tendas coletivas, geralmente com mais mulheres do que homens no momento da entrevista.

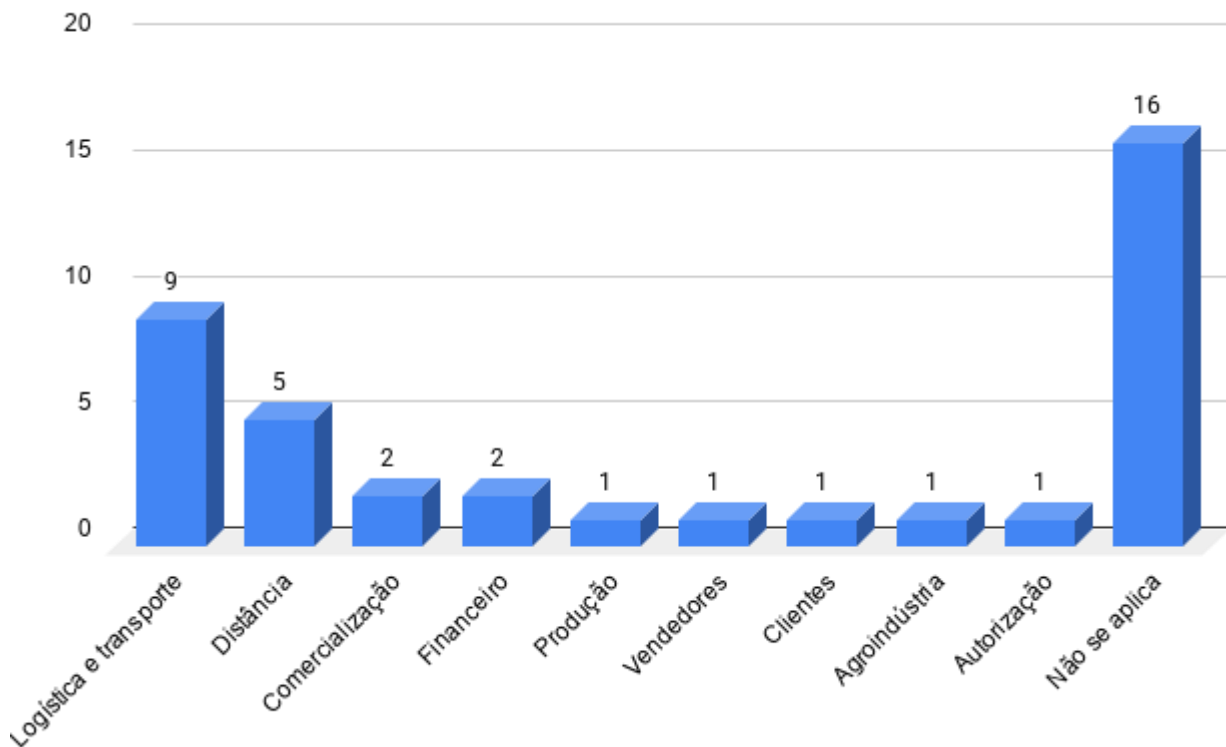
Quanto à disponibilidade, perguntamos se os feirantes possuem dificuldades para chegarem ou estarem na feira. Frente às respostas dadas foi possível identificar que as demandas e os gargalos que os feirantes possuem estão mais relacionados com questões pessoais, como logística e transporte (disponibilidade de carros e qualidade do veículo); distância do local de produção até o local de venda; comercialização; e recursos financeiros. Tivemos ainda respostas isoladas, nas quais os feirantes comentaram sobre questões na produção, na disponibilidade de mão de obra, nas formas de manter a clientela fixa e ter uma agroindústria para processar coletivamente. Uma feirante que não é associada mencionou ainda sobre a necessidade de ter a autorização para participar da feira, pois teme ser retirada do local.

Em relação ao transporte e à logística, quatro entrevistados sinalizaram a dependência de terceiros para levarem seus produtos até a feira. Os respondentes estão localizados em Brazlândia, Recanto das Emas, Lago Norte e Asa Norte. Três responderam que possuem veículos, mas que enfrentam problemas como quebra de peças e defeitos mecânicos, enquanto outros dois produtores destacaram problemas com a logística de sair do local de

produção até chegar à feira, dado que estão localizados em Monte Alto e Padre Bernardo/Goiás e no Núcleo Rural Tororó, próximo à Região Administrativa de Santa Maria. A logística da feira cabe inteiramente a quem produz, não sendo identificado nenhum apoio de quem consome ou mesmo de políticas públicas ou federais, inexistentes na experiência.

Ainda durante a entrevista, outros feirantes elencaram a distância como uma dificuldade, estando estes respondentes localizados nos municípios de Monte Alto/Goiás, Planaltina de Goiás e nas regiões administrativas de Samambaia Norte e Riacho Fundo I, em que um dos feirantes do Riacho Fundo I declarou que revende artesanatos que vêm de diferentes comunidades indígenas, espalhadas pelo Brasil e que, por isso, a variável distância foi elencada.

Ao olhar para as outras variáveis no gráfico 3, temos respostas mais individualizadas, que abrangem questões de comercialização (escoamento), financeiras (renda e econômica), controle de insetos invasores na produção, a dificuldade para ter pessoas disponíveis na feira para vender, a dificuldade em manter a clientela fixa, não ter uma agroindústria para processar os produtos, a falta de autorização para estar na feira (no caso de uma feirante que não é associada). Apesar das respostas anteriores, 16 feirantes responderam que não têm dificuldade para estar na feira.

Gráfico 3. Dificuldades para estar na feira.

Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as).

No final das entrevistas deixamos uma última pergunta aberta: “Na sua visão, o que poderia ser melhorado aqui na feira?”, com o objetivo de contribuir para a criação da matriz SWOT. Como respostas ouvimos que a feira poderia ser organizada por setores, assim o consumidor conseguiria ter uma visita guiada entre todos os produtos (*in natura*, beneficiados, panificação, artesanato, plantas, livros e alimentação). Ressaltaram que a divulgação poderia ser mais enfatizada e que gostariam que realizassem mais eventos. Frisaram também a necessidade de um banheiro fixo que os feirantes pudessem utilizar, pois em uma das entrevistas, a feirante destacou que sente a discriminação que sofrem dos comerciantes vizinhos à feira que não permitem a utilização dos banheiros dos seus estabelecimentos.

O estacionamento e o descarregamento de produtos também são vistos como pontos que podem ser melhorados, pois dificultam muito para os feirantes descarregarem os produtos, além das multas frequentes aplicadas pelo Departamento de Trânsito (Detran-DF). Um dos feirantes sugeriu que

houvesse um incentivo para que os moradores locais deixem os veículos em casa e que acessem a feira a pé. Ao falar sobre a infraestrutura, surgem dificuldades com o sinal de internet (essencial para vendas a cartão e via Pix) e a sugestão para a criação de uma rádio comunitária e aquisição de equipamentos para os eventos da feira. Acrescentaram também a importância da regularização da feira para se sentirem mais tranquilos, a ampliação da feira pela quantidade de tendas e de se replantar a grama para que algumas tendas saiam do local que tem terra. Por fim, contrapondo a continuidade da ampliação da feira, surge a indicação para se ter controle dos novos feirantes na feira, aqueles não fazem parte da associação, para que haja organização e acompanhamento dos produtos que estão sendo vendidos.

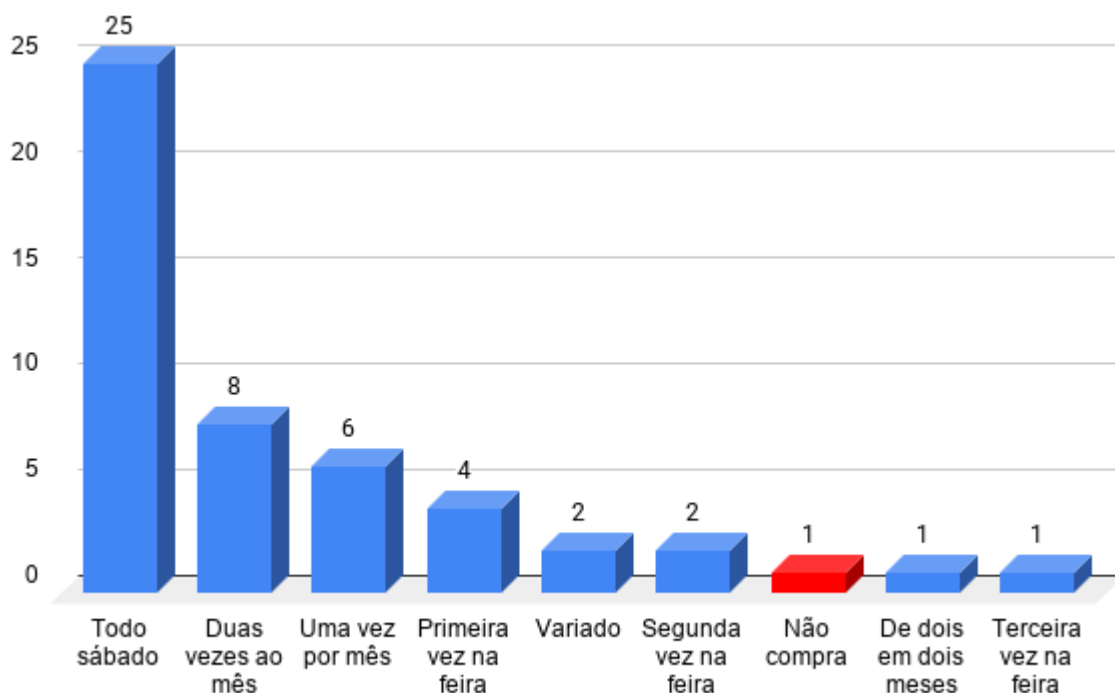
Finalizadas as entrevistas com os feirantes, realizamos as entrevistas com os clientes. Aqui utilizaremos este termo (clientes), visto que é a forma que a maioria dos feirantes utiliza para se referir aos consumidores. Observamos neste período que outras universidades e faculdades também estavam fazendo pesquisas na feira. Por isso, vários clientes abordados recusaram a participação, pois afirmavam já terem dado entrevistas em outros momentos. Ao todo, foram entrevistados 50 clientes, compreendendo 48% de mulheres, 42% de homens e 10% sendo casais que moram na mesma casa.

A entrevista contou com seis perguntas de caráter aberto. Entre as questões perguntamos qual era a frequência dos clientes na feira dentro de um mês. No gráfico 4 é visível que 50% dos respondentes declararam frequentar a feira todos os sábados, enquanto os outros 50% se dividem em oito categorias em que as respostas de frequência de duas vezes ao mês e uma vez por mês aparecem de forma fixa para pessoas que moram sozinhas. Já as demais alternativas mostram novos clientes que ainda estão conhecendo a feira e uma moradora que declarou não comprar na feira.

Este caso torna-se interessante, visto que a dita moradora estava atravessando o espaço para ir consumir em uma rede de supermercados que

fica próxima à feira e, ao ser questionada sobre o motivo para não consumir no local, respondeu que dois fatores impedem sua participação: primeiro, o posicionamento político, pela forte participação de pessoas afiliadas aos partidos de esquerda. Em segundo, a infraestrutura do local, em questão de limpeza e manipulação dos alimentos. De acordo com a moradora, o posicionamento político dos envolvidos com a feira desmotiva pessoas que apoiam outros partidos a frequentarem a feira. Em relação ao segundo fator, a moradora destaca que por ser nutricionista pontua a falta de infraestrutura como um fator que impede a sua participação, destacando, por exemplo, a ausência de pontos de água para lavagem dos alimentos. A manipulação (corte do alimento) também foi ressaltada como um risco de contaminação.

Gráfico 4. Frequência dos clientes na feira.



Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as).

Com base na frequência dos clientes na feira, perguntamos quais as motivações para que eles escolham a Feira da Ponta Norte em específico, deixando a questão aberta para que estes elencassem mais de uma resposta. Assim, a tabela 4 totaliza 17 motivos. Dentre as motivações para frequentar a

feira, os clientes destacaram dois pontos importantes: primeiro pelo fato de estarem consumindo produtos orgânicos, o que se relaciona com outras motivações apresentadas, como qualidade, aquisição do produto *in natura*, rastreabilidade do produto, venda direta, agroecologia e alimentação saudável. Em segundo lugar, os clientes destacaram o viés político, que contribui para outras variáveis, como: apoiar a agricultura familiar, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Comunidades que sustentam a Agricultura (CSA). Além desses, também destacam questões como socialização, diversificação de alimentos, cultura na feira, proximidade, preço e economia.

Tabela 4. Quais as motivações dos clientes para frequentarem a feira da Ponta Norte?

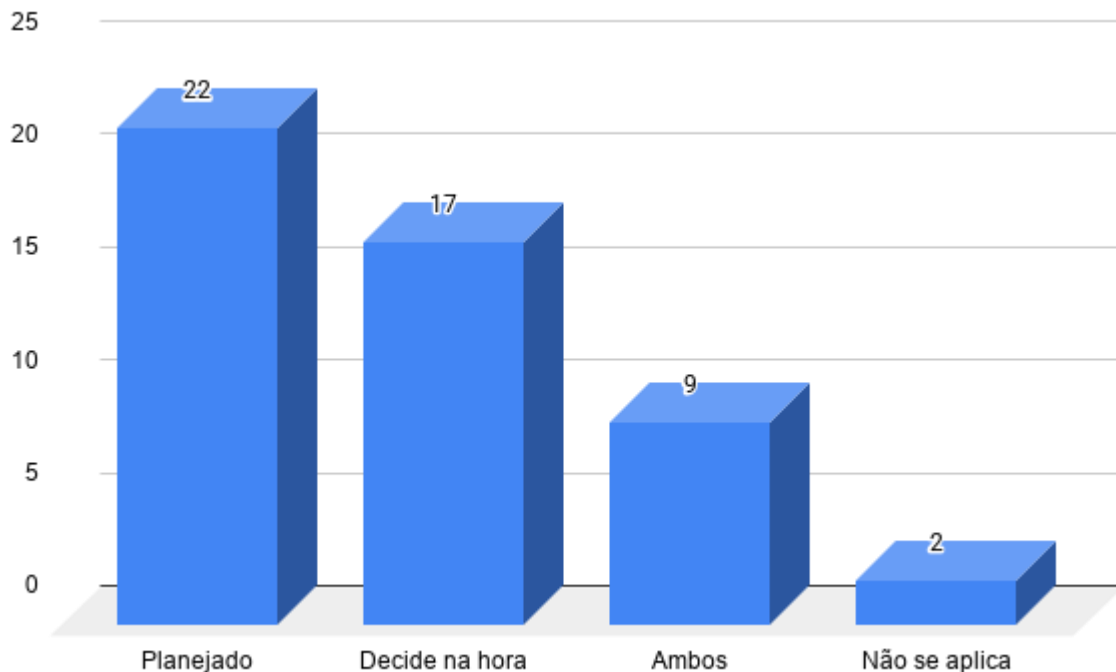
Motivações	Quantidade
Orgânicos	14
Viés político	12
Socialização	12
Apoiar a agricultura familiar	9
Qualidade	9
Diversificação	8
Cultura	6
Alimentação saudável	5
<i>In natura</i>	5
MST	5
Preço	5
Proximidade	4
Venda direta	4
Rastreabilidade	3
Agroecologia	3
Economia	3
CSA	2
Total	109

Fonte: Elaborada pelos(as) autores(as).

Por englobarem nas motivações questões de qualidade, preocupação com a saúde e alimentação, perguntamos como se dava a escolha dos produtos durante a compra, se os clientes possuem um planejamento

alimentar sabendo o que vão consumir, se decidem na semana durante o preparo ou se ocorre das duas formas, como mostra o gráfico 5.

Gráfico 5. Como se dá a escolha de compra entre os clientes?



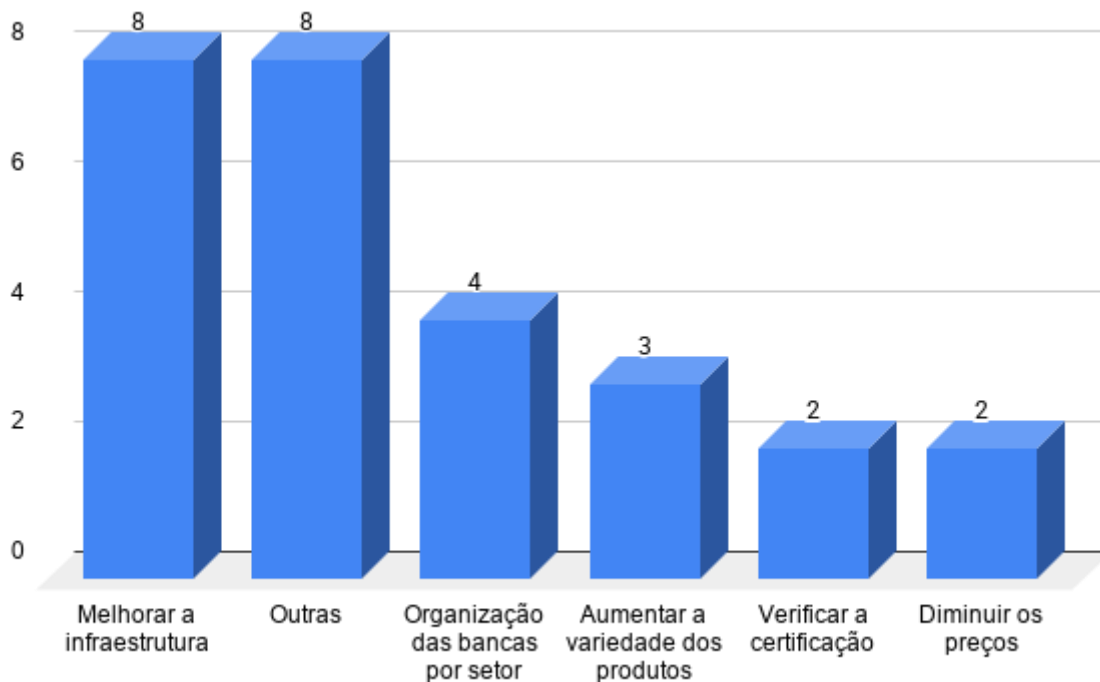
Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as).

Neste aspecto, 22 pessoas responderam ter o planejamento alimentar, 17 pessoas responderam que decidiam durante o preparo (em sua maioria foram pessoas que moram sozinhas), 9 pessoas responderam que ocorre das duas formas e duas pessoas não se aplicam em nenhuma das categorias, visto que uma corresponde a pessoa que não compra na feira e o outro caso é um jovem que estava frequentando pela primeira vez acompanhando a irmã e este não cozinha.

Por fim, assim como na entrevista com os feirantes, deixamos uma última questão em aberto para que os clientes apresentassem quais gargalos e pontos de melhoria são perceptíveis, com o intuito de construir a matriz SWOT. Como sugestões, o gráfico 6 apresenta que os clientes destacaram a necessidade de: melhorar a infraestrutura da feira (8); organização das tendas por setores (4); aumentar a variedade dos produtos por tendas (3); verificar e

apresentar quais tendas já possuem a certificação orgânica (2); e diminuir os preços (2). Apareceram também outras sugestões (8), que envolvem realizar a feira em mais dias na semana, melhorar a apresentação dos produtos, limpeza, diminuir o uso de plástico e outras mais pessoais, como reclamações com o volume do som quando há eventos.

Gráfico 6. Sugestões dos clientes para a feira.



Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as).

Com base nas informações coletadas a partir das observações participante e não participante e das entrevistas realizadas com feirantes, clientes, moradores e fundadores da Feira da Ponta Norte, foi possível realizar o preenchimento da matriz SWOT, utilizando as percepções de cada ator e das experiências vivenciadas e sistematizadas neste trabalho. Durante a criação da análise SWOT, utilizamos como parâmetro as respostas que mais se repetiam, tanto entre os clientes como entre os feirantes. Elencamos, assim, cinco pontos fortes, quatro pontos de oportunidades, três pontos de fragilidades e três pontos de ameaças, que estão apresentados no quadro 1.

Quadro 1. Matriz SWOT desenvolvida a partir das entrevistas realizadas com feirantes, clientes e moradores.

	Fatores positivos	Fatores negativos
	<i>Forças</i>	<i>Fragilidades</i>
Fatores internos	<ul style="list-style-type: none"> ● Oferta de produtos diversificados; ● promoção de eventos culturais; ● alinhamento político com o atual governo (2023 - 2026); ● Geração de empregos. 	<ul style="list-style-type: none"> ● infraestrutura (banheiro fixo, replantar a grama, ponto de energia e água para as tendas, bancos para os clientes); ● divulgação e marketing; ● sinal de internet, o que dificulta o uso de maquininha de cartão.
	<i>Oportunidades</i>	<i>Ameaças</i>
Fatores externos	<ul style="list-style-type: none"> ● Alta procura de produtos orgânicos e agroecológicos; ● espaço de socialização; ● apoio político de deputados, de moradores e das quatro prefeituras da Ponta Norte (215, 216, 415 e 416); ● organizar a disposição das tendas feira, possibilitando um caminho guiado para consumo; ● não há outras feiras com a mesma proposta, logo, pessoas de outras regiões administrativas frequentam a feira e consomem os produtos. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Regularização (autorização para o funcionamento da feira); ● entrada de feirantes não associados com produtos que fogem da proposta da feira e falta de controle na entrada e saída de tendas; ● estacionamento, pois os carros dos feirantes e clientes são frequentemente multados pelo Detran-DF.

Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as).

Após a criação da matriz, a análise foi validada pelos feirantes entrevistados, os quais demonstraram apoio aos pontos citados, em sua maioria. Entre estes, apenas dois discordaram sobre a reorganização das tendas, destacando que reorganizá-las pode diminuir a circulação dos clientes. Um feirante discordou sobre a necessidade do banheiro fixo, visto que a feira já possui banheiros químicos e uma feirante discordou da questão do sinal de internet, destacando que a feira está no meio da cidade, justificando, então, que o problema de internet pode ser pela grande quantidade de pessoas utilizando no mesmo local.

Durante a validação, perguntamos se havia algum outro ponto que não foi citado na SWOT e que eles enquanto feirantes gostariam de acrescentar. Assim, surgiram como recomendações: recadastrar os feirantes na associação da feira para que os novos possam ser incluídos; a disponibilidade de um ponto elétrico para carregar a máquina de cartão de crédito/débito; a padronização das tendas, com identificação do local de produção; e a indicação de que os feirantes fazem parte da associação.

A experiência da Feira da Ponta Norte, pelas características apresentadas, pode ser considerada como uma importante iniciativa criada a partir da integração direta entre quem consome e quem produz, demarcando, assim, opções políticas de relevância para o abastecimento dos alimentos, contribuindo como uma das estratégias possíveis para a segurança alimentar e nutricional que consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006).

Na experiência estudada, ainda que demonstre potencial para tal e tenha forte circulação de atores políticos, não foram observadas ações de

políticas públicas para sua potencialização, tratando-se de iniciativa direta de proximidade entre quem consome e quem produz.

Considerações finais

O presente artigo pesquisou e analisou os circuitos curtos de comercialização a partir da sistematização da Feira Agroecológica e de Artesanato da Ponta Norte. No período de levantamento de dados, verificou-se que a feira foi criada como uma forma de resistência política do coletivo Movimento pela Unidade Democrática (MUD) e que atualmente continua se expandindo com o apoio dos moradores e das prefeituras das quatro Superquadras (SQN) da Ponta Norte (SQN 215, SQN 216, SQN 415 e SQN 416).

Foi possível observar que a feira iniciou com cerca de sete tendas e que, na atualidade, recebe, semanalmente, aproximadamente 40 tendas, todos os sábados de 8h às 14 h. Abrange feirantes do Distrito Federal e de Goiás que estão distribuídos em dezessete locais de produção tendo como máximo 74,3 km de distância. Desta forma, o estudo buscou, por meio de observação participante e não participante, utilizar entrevistas semiestruturadas para elencar os gargalos apresentados pelos atores envolvidos na feira e, então, traçar metodologias que fossem ao encontro de suas necessidades, utilizando como exemplo a ferramenta de gestão Matriz SWOT.

Por conseguinte, a experiência contribui ao mostrar que os circuitos curtos de comercialização se concretizam a partir das relações de proximidade, tanto físicas como cognitivas, culturais e políticas, e que são os laços criados pela alimentação que fortalecem a comercialização orgânica e agroecológica no Distrito Federal, mesmo que ainda sejam necessários maiores apoios públicos para que a experiência seja fortalecida e se consolide como estratégia de abastecimento alimentar.

Referências

AZEVEDO, Daniel Abreu de; BEZERRA, Juscelino Eudâminas; XAVIER, Vitor Boaventura. Novas estratégias político-espaciais em um Brasil polarizado: o estudo de caso da Feira Agroecológica da Ponta Norte de Brasília (DF-Brasil). **Revista NERA**, v. 25, n. 64, p. 154-179, set.-dez., 2022.

AZEVEDO, Elaine de. **Comer: ato político**. Piseagrama, Belo Horizonte, seção Extra! 17 abr. 2019.

BELLETTI, Giovani; Marescotti, Andrea. Inovações econômicas em cadeias curtas de abastecimento alimentar. *In*: GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sérgio. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. 1^o ed. Rio Grande do Sul: UFRGS editora, 2017. p. 129-146.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm Acesso em 20 dez. 2022.

_____. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. Ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento Estratégico - Da Intenção aos Resultados**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, Grupo GEN, 2020. 9788597025705. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597025705/>. Acesso em: 20 Dez. 2022.

DE SOUZA, Naiara Fernandes Abreu; BONIFÁCIO, Leticia Brasão; BASTOS, Thalita Emanuelle Farias; Freitas, Vérica; Paula, Verônica Angélica Freitas de. Atacarejos: movimentação de produtos e fechamento de corredores. **Revista Gestão em Análise**, v. 11, n. 1, p. 54-63, 2022.

DIAS, Valéria da Veiga; RÉVILLION, Jean Philippe; TALAMINI, Edson. Cadeias curtas de alimentos orgânicos: aspectos das relações de proximidade entre consumidores e agricultores no Brasil. *In*: GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sérgio. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. 1^o ed. Rio Grande do Sul: UFRGS editora, 2017. p. 243-260.

DINIZ, Janáina Deane de Abreu Sá; CERDAN, Claire. Produtos da sociobiodiversidade e cadeias curtas: aproximação socioespacial para uma valorização cultural e econômica. *In*: GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sérgio. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. 1^o ed. Rio Grande do Sul: UFRGS editora, 2017. p. 261-382.

GALDINO, Iza Layana Cezário; SOUZA, Fernanda Ludmyla Barbosa de; ALVES, Adilson Francelino; FEIDEN, Alberto; VORPAGEL, Jefferson dos Santos. Os circuitos curtos de comercialização dos produtos agroecológicos das mulheres da vila rural Santa Clara. 2017.

In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**, 4., 2017, Marechal Cândido Rondon, PR. Interdisciplinabilidade e desenvolvimento rural sustentável: [anais]. Marechal Cândido Rondon, PR: UNIOESTE, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. – 7. Ed. – São Paulo: Atlas, 2019.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. 2. Ed. Brasília: MMA, 2006.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

RENTING, Henk; MARSDEN, Terry; BANKS, Jo. Compreendendo as redes alimentares alternativas: o papel de cadeias curtas de abastecimento de alimentos no desenvolvimento rural. *In:* GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sérgio. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. 1^o ed. Rio Grande do Sul: UFRGS editora, 2017. p. 27-52.

ROVER, Oscar José; DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica. *In:* DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José. **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. -- Florianópolis, SC: Estúdio Semprelo, 2021.

SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Marcio. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. *In:* GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sérgio. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. 1^o ed. Rio Grande do Sul: UFRGS editora, 2017. p. 9-26.

TONELLI, Maria José. **Pesquisa Qualitativa**. *In:* DIAS, Sérgio Roberto. Pesquisa de mercado. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 119-134.

VIEIRA, José Guilherme Silva. **Metodologia de pesquisa científica na prática**. Curitiba: Editora Fael, 2010.

Redes alimentares cívicas

Juscelino Eudâmidas Bezerra

Resumo

As feiras de ruas são espaços históricos de comercialização de alimentos que constantemente têm sua existência desafiada nas cidades. O crescimento do varejo de autosserviço, a disputa pelos locais de transação e as dificuldades para conectar agricultores e consumidores são fatores que contribuem para a perda de diversidade dos ambientes alimentares. No capítulo pretende-se abordar o caso da feira agroecológica da Ponta Norte (FPN) localizada em Brasília/DF com o objetivo de analisar suas peculiaridades e potencialidades enquanto espaço de comercialização, como também de evocação de novas práticas sociais, econômicas e políticas enredadas pelo consumo. A pesquisa utilizou uma metodologia qualitativa envolvendo três grupos de sujeitos: organizadores, produtores-comerciantes e frequentadores da feira. Para definir o perfil do público frequentador o questionário abordou aspectos socioeconômicos como endereço, gênero, idade, raça/etnia e renda. Conclui-se que a feira se consolida como um espaço diferenciado no cenário de consumo alimentar em Brasília. Suas peculiares envolvem a articulação campo e cidade, a defesa da agroecologia e o incentivo aos pequenos produtores.

Introdução

As feiras de rua para a comercialização de alimentos nas cidades têm mudado seu papel ao longo do tempo. No início da formação das cidades as feiras reinavam soberanas como ponto de distribuição e comercialização, centros nervosos da sociabilidade da vida urbana e do ritmo frenético de troca de mercadorias. Porém, no primeiro quartel do século 20, novos modelos logísticos e comerciais passaram a desafiar o reinado das feiras, das trocas realizadas nas ruas, principalmente em razão da extensão do tecido urbano, da necessidade de modernização do abastecimento, da motorização, da visão sanitaria e do surgimento de estabelecimentos do varejo de autosserviço simbolizados pelos supermercados, um dos marcos da revolução comercial desse período (Lipovetsky, 2007). Embora muitas feiras ainda resistam na paisagem comercial, seu número foi bastante reduzido na virada para o século 21 e o varejo de autosserviço avançou em todos os continentes do globo, sobretudo com a atuação de grandes corporações multinacionais.

Frequentemente, o fim das feiras livres é anunciado e/ou desejado com motivações bastantes distintas. Por um lado, existem aqueles que veem nesse tipo de comércio o signo do atraso, da reminiscência de um modo de vida urbano pretérito. De outro, há quem prenuncie a diminuição do comércio

físico com as novas formas de comercialização preconizadas pelo uso dos smartphones, do e-commerce, das *foodtechs* de entrega de comida, grupos de compra e a atomização do varejo, com lojas de condomínio e as lojas *express*.

Na contracorrente dessa visão podemos dialeticamente vislumbrar as feiras como espaços do futuro. Afinal, a feira representa e evoca o nó matricial entre campo e cidade, a ligação entre produção e consumo, a difusão de valores contemporâneos baseados no resgate da sociabilidade nas trocas de culturas e saberes, bem como da redefinição de uma agenda política que conecta alimento, saúde, meio ambiente e soberania alimentar (Sposito, 2006; Hespanhol, 2013; Schneider, 2015; Cassol, 2021;)

São muitas as possibilidades de estudo das feiras livres de comercialização de alimentos em contextos urbanos com uma quantidade expressiva de publicações científicas (Araújo, Ribeiro, 2018). Pretende-se no presente capítulo jogar luzes para a experiência da Feira Agroecológica da Ponta Norte (FPN) localizada em Brasília/DF com o objetivo de analisar suas peculiaridades e potencialidades enquanto espaço de comercialização de alimentos agroecológicos, como também de evocação de novas práticas sociais, econômicas e políticas servindo de modelo para implementação de outras feiras com o mesmo perfil.

As informações sistematizadas no estudo foram parte dos resultados obtidos no projeto de pesquisa “Alimentar a cidade: o impacto econômico e social provocado pela pandemia do novo coronavírus (covid-19) no setor de alimentação em Brasília – DF” financiado pela Universidade de Brasília. A FPN foi um dos espaços de comercialização que passamos a acompanhar no projeto. Entendemos a FPN como um espaço alternativo de consumo de alimentos tido como exemplo para a construção social do mercado e do estabelecimento de redes cívicas alimentares com destaque para o ativismo alimentar (Renting; Shermer; Rossi, 2012).

O capítulo está organizado da seguinte forma, primeiramente apresenta-se a metodologia adotada para a realização do estudo.

Posteriormente, a discussão sobre Brasília e a contextualização da produção e do consumo de alimentos com a identificação do quadro produtivo e da disponibilidade de estabelecimentos de comercialização de alimentos, dando destaque para as feiras. Na sequência, destaca-se a caracterização da FPN: sua origem, forma de organização e uma síntese da análise dos resultados da aplicação de questionários junto ao público frequentador da feira. Por fim, teceu-se algumas considerações de modo a refletir sobre os resultados da pesquisa e de que modo a FPN pode representar um modelo de organização.

1. Metodologia

A metodologia qualitativa utilizada na pesquisa envolveu três universos de sujeitos: os organizadores, os produtores-comerciantes e os frequentadores. Para o primeiro grupo, realizamos entrevistas semi-estruturadas com lideranças da associação que compõem a feira; para o segundo foi aplicado um questionário por meio de plataforma online (*Google Docs*); e, para o terceiro, a aplicação de questionários presenciais aos consumidores da Feira. No capítulo serão exploradas, com maior detalhe, as informações provenientes da sistematização das respostas dos questionários dos frequentadores.

O questionário presencial foi composto por 18 perguntas que tiveram como objetivo obter informações sobre o perfil dos consumidores da Feira da Ponta Norte localizada na Asa Norte, RA 1 do Plano Piloto de Brasília. O primeiro grupo de cinco perguntas versou sobre o perfil socioeconômico dos clientes, a saber: endereço, gênero, idade, raça/etnia (modelo IBGE) e renda individual tendo como base o salário-mínimo oficial vigente no primeiro semestre de 2021 com valor de R\$ 1.100,00.

Um segundo grupo de cinco perguntas trataram da forma como os clientes conheceram a feira, os produtos mais adquiridos, as motivações específicas para a compra nesse espaço de consumo, o seu diferencial frente

às demais feiras da cidade e a avaliação sobre a viabilidade da localização da feira na quadra 216 da Asa Norte.

No terceiro grupo de 8 perguntas partiu-se da premissa de apreender a feira como um espaço político e desse modo procurou-se em alguma medida entender como os consumidores se identificam no espectro político, se participam de algum partido político movimento social e/ou sindicatos, como também a percepção dos clientes acerca da feira. Ou seja, como a feira é percebida enquanto manifestação política e o grau de identificação entre o consumidor e os valores emanados pela feira. Por fim, buscou-se na última pergunta do questionário apreender a feira como um espaço educativo indagando os consumidores se aprenderam algo na feira. É importante advertir que no capítulo em questão vamos destacar no grupo três apenas as perguntas sobre a percepção dos clientes sobre a feira. Para examinar os resultados das demais perguntas, principalmente do grupo três, consultar Azevedo, Bezerra e Xavier (2022).

O número de respondentes do questionário foi de 80 consumidores cuja aplicação ocorreu durante três sábados no mês de junho de 2021 nos períodos da manhã e tarde. A partir de dados dos organizadores da feira, estimou-se que a frequência média de consumidores na feira era de 350 a cada sábado. Com o auxílio de softwares de precisão estatística, definiu-se, portanto, que 80 questionários funcionariam como uma amostra de nível de confiança de 95%. A escolha dos consumidores foi aleatória, no entanto, buscou-se sempre diversificar os respondentes principalmente levando em consideração a divisão por gênero e idade.

2. Resultados e discussão

Brasília: produção e comercialização de alimentos

A capital federal foi construída no final da década de 1950 e inaugurada em 21 de abril de 1960 no planalto central do Brasil. Em 2025, completou 65

anos com uma população de 2,8 milhões de habitantes registrada no Censo IBGE 2022 e que se somada à população que compõe sua área metropolitana definida pela Codeplan, ultrapassa quatro milhões (IBGE/Cidades, 2024). São 35 as regiões administrativas que formam o Distrito Federal, tendo como núcleo da dispersão urbana a região do Plano Piloto, centro da capital e conjunto urbanístico designado patrimônio cultural da humanidade pela Unesco, única cidade moderna no mundo a receber tal distinção.

Brasília foi um dos principais centros de atração de migrantes para o centro do país, consolidando o processo de interiorização da rede urbana. Como consequência, verificou-se um processo de urbanização acelerado, mormente a partir de década de 1980, com um padrão de segregação espacial que preservou a cidade tombada e pressionou a ocupação nas regiões administrativas mais distantes do Plano Piloto e para a área metropolitana dos municípios da Ride. O quadro atual é de um complexo mosaico de questões sociais que são, hoje, realidade na capital, a saber: crescimento urbano desordenado, descaracterização da cidade planejada, problemas de mobilidade urbana, dependência econômica dos setores público e de serviços, expressiva desigualdade socioespacial no interior da metrópole e na comparação com as demais cidades brasileiras (Paviani, 2007; Paviani, 2010; Penna, 2013).

O crescimento da área urbana também pressiona a ocupação dos espaços rurais desafiando a continuidade da produção de alimentos. De acordo com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial de Brasília (Distrito Federal, 2009), a área rural ocupa cerca de 70% do território do Distrito Federal dividida entre zona rural de uso controlado e zona rural de uso diversificado. A produção agrícola nessas zonas é bastante heterogênea, com a presença de grandes e médios produtores associados às empresas do agronegócio globalizado, além de trabalhadores rurais familiares e camponeses, cuja produção é voltada diretamente para o consumo local (Borges, 2018).

Os números divulgados pela produção agrícola municipal do IBGE/PAM (2023) mostram que o total em hectares da área plantada ou destinada à colheita de produtos das lavouras temporárias e permanentes em Brasília foi de 175.965 ha. Em termos de área, duas *commodities* internacionais representadas pela soja e o milho lideram o ranking com 85 mil hectares e 55 mil hectares, respectivamente. Ou seja, ambas as culturas comerciais somaram aproximadamente 80% da quantidade de área de 29 produtos registrados na pesquisa no Distrito Federal.

A agricultura familiar e camponesa pode ser encontrada por todo o Distrito Federal com destaque para as porções noroeste e sudoeste. Fazem parte desse grupo assentados e acampados da reforma agrária de movimentos sociais, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); pequenos produtores individuais em sítios, chácaras e agrovilas; trabalhadores integrados em cooperativas de produção; e praticantes da agricultura urbana e periurbana.

O destaque de Brasília no consumo de alimentos no país guarda uma relação direta com o aumento da população e o fato de ser a capital federal a que deteve a maior renda nominal mensal domiciliar per capita do país em 2023, alcançando o valor médio de R\$ 3.357,00 (IBGE, 2024). Isso significou que a renda do Distrito Federal foi 43% superior a renda nacional (R\$ 1.893) e 25% superior ao segundo colocado no ranking, o estado de São Paulo, com renda de R\$ 2.492,00. Para que tenhamos a real medida da desigualdade encontrada no Brasil, a renda do Distrito Federal é 3,5 vezes superior a renda do Maranhão, estado com renda mais baixa do país com R\$ 945,00.

Do ponto de vista da comercialização de alimentos, a capital federal conta com uma infraestrutura de abastecimento público ancoradas pela Central de Abastecimento do Distrito Federal (Ceasa-DF) e dez mercados ou feiras permanentes nas regiões administrativas. O grande destaque do abastecimento alimentar são os estabelecimentos privados de varejo de autosserviço com a presença de lojas dos principais grupos varejistas, a

exemplo das multinacionais Carrefour, além de redes regionais e locais com um conjunto diverso de formatos de lojas (Bezerra; Agner, 2021).

Chama a atenção a interrelação entre o potencial de renda e a demanda por alimentos saudáveis. Tal variável é importante sobretudo em países do sul global nos quais as tendências de consumo de produtos considerados saudáveis (ex.: alimentos orgânicos e agroecológicos) ainda se organiza em nichos, especialmente entre consumidores com maior renda. Entre as capitais brasileiras, Brasília ocupa a liderança com maior número de feiras orgânicas com 45 unidades (IDEC, 2024). Esse último dado explicita a posição de destaque de Brasília nos circuitos curtos de alimentação, sendo que a feira agroecológica da Ponta Norte representa o modelo mais complexo por razões que iremos expor a seguir.

Caracterização da feira agroecológica da Ponta Norte

De acordo com o estudo pioneiro realizado por Azevedo, Bezerra e Xavier (2022), a Feira da Ponta Norte (FPN) originou-se do ativismo urbano conduzido por moradores das quadras residenciais da Asa Norte, em Brasília. Conforme relatos obtidos em entrevistas com os representantes da feira, o contexto de surgimento está diretamente relacionado ao cenário político nacional e local após a eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro e o avanço da extrema-direita. Nesse contexto, alguns moradores iniciaram articulações nos espaços de representação comunitária, como prefeituras de quadras e conselhos de vizinhança. Essas reuniões foram organizadas inicialmente com o objetivo de tratar temas de interesse geral, buscando evitar polarizações políticas.

Entre os temas abordados, a alimentação emergiu como um ponto central, pois, no entendimento dos participantes, trata-se de uma questão universal: todos comem, independentemente de serem de direita ou de esquerda (Azevedo, Bezerra, Xavier, 2022). Essa abordagem atraiu o interesse

da comunidade, principalmente devido às preocupações com saúde, qualidade sanitária dos alimentos e a busca por alternativas livres de agrotóxicos. Nesse âmbito, o conselho de moradores convidou mulheres vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para compartilhar experiências sobre produção agroecológica e alimentação saudável. Após a reunião, foi proposta uma ação concreta de impacto comunitário: a criação de uma feira de rua voltada à comercialização de produtos agroecológicos provenientes da agricultura familiar. Assim, em agosto de 2019, a Feira da Ponta Norte foi estabelecida, trazendo feirantes que também são produtores com o propósito de superar problemas históricos enfrentados pela agricultura familiar, como a intermediação comercial e o acesso limitado aos consumidores.

Inicialmente, a feira contou com a participação de assentados e acampados do MST. Posteriormente, foram incorporados produtores individuais e cooperativas locais, resultando, no ano de 2021, em um total de 32 feirantes distribuídos em 21 barracas. Os produtos comercializados incluem frutas, legumes, verduras, castanhas, queijos e derivados do leite, além de alimentos processados, como bolos, biscoitos, chocolates, *snacks* artesanais e refeições preparadas na hora. A feira funciona, semanalmente, aos sábados. A localização da feira, próxima à área comercial da quadra 216 Norte, também é estratégica, por apresentar uma renda elevada e um histórico de maior influência política de esquerda.

A pandemia de covid-19 trouxe desafios significativos à feira, que enfrentou interrupções nas atividades devido aos decretos locais que proibiram a realização de feiras de rua entre março e maio de 2020. Após a retomada, sob rigorosos protocolos sanitários, os feirantes relataram impactos na regularidade, no volume de vendas e no rendimento, em razão da diminuição no número de frequentadores.

Apesar das dificuldades, a FPN consolidou-se como um espaço de comercialização de alimentos e territorialização de um movimento político.

Sob a perspectiva geográfica, a feira simboliza uma conexão entre o campo e a cidade, articulando circuitos produtivos (assentamentos, cooperativas e propriedades rurais) e de consumo urbano (em um espaço acessível e residencial). Ademais, a feira reflete a articulação de movimentos sociais rurais e o ativismo de moradores urbanos engajados na temática da alimentação, principalmente por se auto identificarem como uma feira agroecológica e, portanto, aderente a uma visão mais complexa que entende a agroecologia como um movimento político que transcende o enfoque técnico e científico para incorporar uma prática política contraposta às formas convencionais de produção da agricultura visando atingir o desenvolvimento rural das comunidades (Caporal, 2009; Altieri, 2010; Almeida, 2016).

A organização da feira envolve não apenas agricultores, mas também moradores urbanos de diferentes perfis etários e socioeconômicos, como professores, advogados, engenheiros e aposentados, que participam das decisões coletivas. Dessa forma, a feira representa uma experiência de governança contemporânea, na qual atores sociais diversos, predominantemente não estatais, constroem alternativas baseadas na solidariedade, troca econômica e compartilhamento de conhecimentos, tendo a alimentação como eixo central. Nesse contexto, o consumo político transcende territórios, conectando campo e cidade para criar um território-rede transitório, simbolizado pela feira como espaço político.

Sob a perspectiva de Renting, Shermer e Rossi (2012), a Feira da Ponta Norte constitui um exemplo de formação de redes alimentares cívicas. Para além das mudanças no papel do produtor rural, essas redes enfatizam o consumo sustentável e a articulação de espaços econômicos alternativos, transformando as estruturas organizacionais dos sistemas agroalimentares. A feira cumpre praticamente todos os critérios estabelecidos pelos autores:

1. Representa o engajamento entre produtores e consumidores, surgindo de uma articulação entre moradores urbanos e agricultores de reforma agrária.

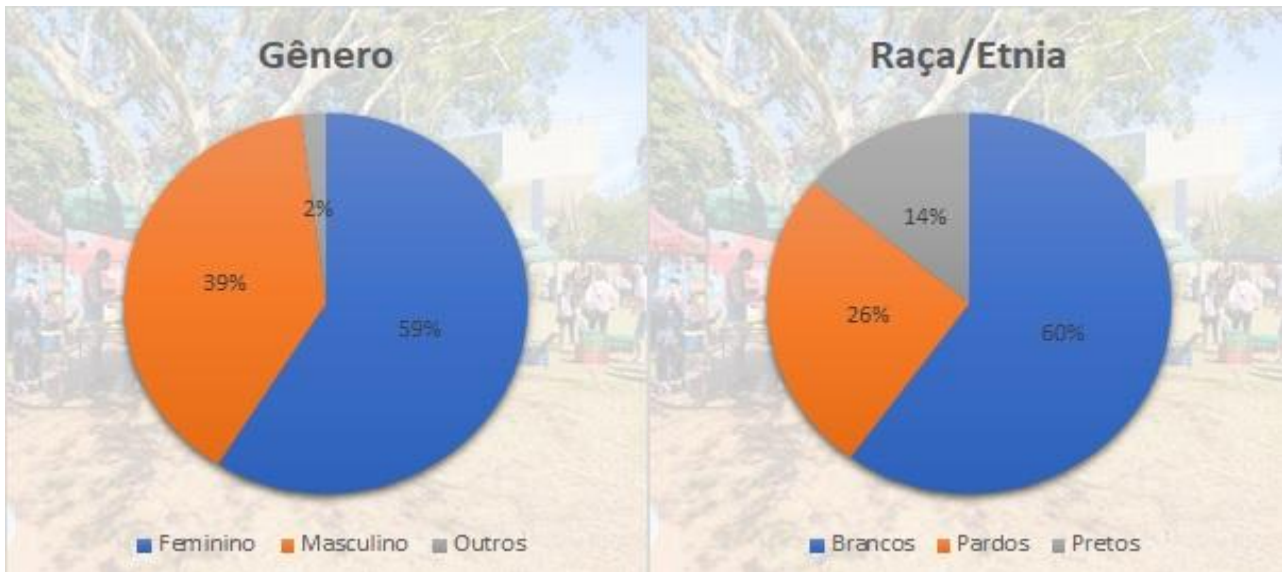
2. Configura-se como uma rede ampliada, envolvendo práticas de produção, distribuição e consumo de alimentos.
3. Exemplifica um novo modelo de governança agroalimentar, com ampla participação da sociedade civil.
4. Promove cidadania e democracia alimentar de base local, com debates e ações voltadas à comunidade.
5. Reflete as conexões entre rural e urbano, originando-se de uma demanda urbana.
6. Produz novos discursos e práticas compartilhadas entre os atores envolvidos, fomentando a cidadania alimentar e fortalecendo a articulação com movimentos sociais diversos.

Nesse sentido, a Feira da Ponta Norte não é apenas um espaço de comercialização, mas também uma arena de experimentação e construção de novas formas de cidadania alimentar, alinhadas às demandas por sustentabilidade e justiça social.

A seguir serão analisados os questionários com as informações sobre os frequentadores da feira. Esses dados são importantes para que se possa compreender as especificidades da FPN em comparação com as feiras de rua tradicionais.

Perfil individual dos consumidores

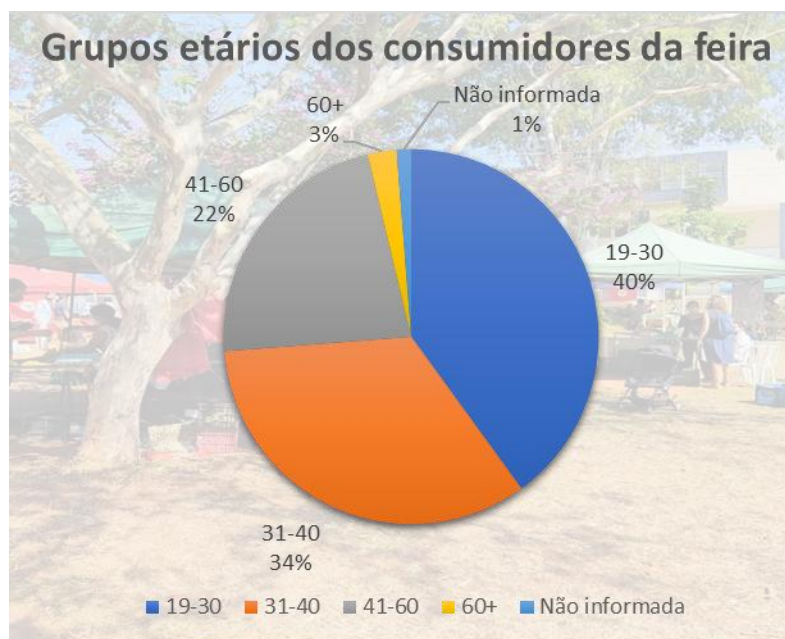
Sobre o perfil dos respondentes 47 (59%) eram do gênero feminino e 31 (39%) do gênero masculino e 2 respondentes (2%) indicaram outros. Em termos de raça/etnia seguindo os critérios aplicados pelo IBGE mediante autodeclaração 48 (60%) dos consumidores autodeclararam-se brancos, 21 (26%) pardos e 11 (14%) pretos.

Gráfico 1. Perfil dos consumidores da feira.

Fonte: Questionário de campo. Brasília, junho de 2021.

O primeiro recorte de gênero e raça/etnia parece confirmar o quadro já esperado no que diz respeito às características da localidade onde a FPN está instalada. De acordo com informações da PDAD 2021 a população da Asa Norte era de 118.450 habitantes com maioria do gênero feminino (52,9%). O mesmo acontece com relação à raça/etnia já que a Asa Norte é majoritariamente branca (58,3%). Nesse sentido, a amostra retirada dos questionários é condizente com o perfil da localidade o que não desautoriza a fazer indicações sobre a questão cultural marcante no país no qual as mulheres são geralmente responsáveis pelas compras de provisão, sobretudo de alimentos. E no aspecto raça/etnia, há uma divisão racial marcante presente na feira sendo que o grupo de produtores/feirantes é constituído de pardos e pretos na sua maioria e os consumidores brancos.

Acerca da faixa etária, todos os respondentes eram constituídos de adultos com variação de 19 (menor idade) a 63 (maior idade). Conforme o gráfico as idades com maior registro situaram-se na faixa entre 19 e 30 anos (40%), seguida faixa entre 31 e 40 anos (34%), 41 e 60 (22%) e 60 + (3%).

Gráfico 2. Faixa etária dos consumidores da feira.

Fonte: Questionário de campo. Brasília, junho de 2021.

A predominância do público jovem encontrada na pesquisa é um dado muito importante que nos fornece alguns indicativos que merecem atenção. Geralmente associa-se o hábito de comprar em feiras de rua com a população mais idosa, sendo essa a que vivenciou boa parte das mudanças no varejo alimentar ao longo do tempo principalmente no período anterior à difusão dos supermercados quando as feiras eram mais frequentes e abundantes. Outro dado importante é que a maior participação do público jovem pode significar uma adesão ao consumo político cuja mensagem é justamente a da valorização dos canais alternativos de comercialização e que preconizam uma alimentação mais saudável e que beneficie diretamente os agricultores familiares. Iremos explorar melhor esse caminho analítico adiante quando tratarmos das motivações e da percepção dos consumidores no tocante ao perfil político da feira.

Com relação à origem dos consumidores do universo de 80 respondentes 60 (75%) eram moradores da Asa Norte. Esse resultado já era esperado visto ser uma feira de pequena proporção cujo raio de atuação alcança principalmente os moradores das quadras residenciais

circunvizinhas. A segunda localização com maior registro foi a Asa Sul com 9 moradores (11%). Os demais respondentes são habitantes de outras regiões administrativas do Distrito Federal tais como Águas Claras, Sudoeste/Octogonal, Varjão, Cruzeiro e Guará. É importante destacar a presença de consumidores de outras unidades federativas tais como São Paulo, Minas Gerais e Roraima e que na ocasião da aplicação dos questionários estavam consumindo na feira. Apenas 2 respondentes não informaram o endereço.

Gráfico 3. Locais de residência dos consumidores da feira.

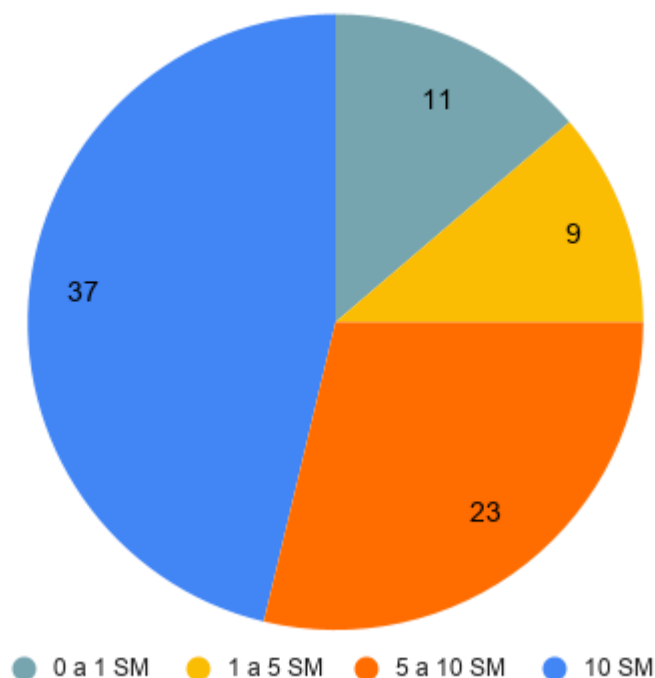
LOCAL DE RESIDÊNCIA DOS CONSUMIDORES DA FEIRA



Fonte: Questionário de campo. Brasília, junho de 2021.

Os dados sobre renda obtidos na aplicação dos questionários demonstram que o público frequentador possui alto padrão de renda. Do total de 80 respondentes 37 (46%) registraram renda superior a 10 salários-mínimos, ou seja, mais do que R\$ 11.000,00. A segunda faixa de renda com maior registro foi de 5 a 10 salários-mínimos com 23 consumidores (29%), seguida de 11 consumidores (14%) que percebiam entre de 0 a 1 salário-mínimo, e, por fim, 9 consumidores (11%) com faixa de rendimento de 1 a 5 salários-mínimos.

Gráfico 4. Renda dos consumidores da feira (SM = salário mínimo).



Fonte: Questionário de campo. Brasília, junho de 2021.

É interessante cruzar os dados de rendimento com o local de residência para que possamos entender como que o padrão de renda se expressa territorialmente. A Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), por meio da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) 2021, dividiu as regiões administrativas do DF em quatro grupos de renda, a saber: Grupo 1 (alta renda) com renda domiciliar média de R\$ 18.127,00; Grupo 2 (média-alta renda) com renda domiciliar média de R\$ 8.200,00; Grupo 3 (média-baixa renda) com renda domiciliar média de R\$ 3.933,00; e o Grupo 4 (baixa renda) com renda domiciliar média de R\$ 2.787,00. Conforme verificamos na pesquisa, 87% dos consumidores eram moradores das RAs do Plano Piloto e Sudoeste/Octogonal, classificadas pela Codeplan como regiões de alta renda. As demais RAs que registraram consumidores na feira eram de regiões de média-alta renda, a exemplo de

Águas Claras, Guará e Cruzeiro e apenas 1 registro de consumidor proveniente de uma região de baixa renda representada pelo Varjão.

A partir das informações sobre os consumidores podemos extrair as seguintes conclusões: trata-se de um coletivo na sua maioria constituído por mulheres (59%), com grupos etários diversos, porém com predominância de adultos jovens na faixa de 19 a 30 anos de idade. A feira possui um alcance geográfico bastante vinculado às quadras residenciais circunvizinhas da Asa Norte e uma participação também relevante de moradores da Asa Sul, ambas localidades pertencentes ao Plano Piloto. Em termos de renda, chama atenção o fato de 75% dos respondentes receberem mais de 5 salários mínimos. Fato esse que está em consonância com o padrão de alta renda dos moradores das áreas mais nobres da cidade de Brasília.

O consumo na feira

Por ser uma feira com pouco tempo de funcionamento e de ter surgido apenas um ano antes da pandemia de covid-19, optamos por perguntar sobre como os consumidores souberam da existência da feira. Reforçando o caráter de uma feira de vizinhança conforme indicado também na procedência dos consumidores, cuja maioria são da própria Asa Norte 52 (65%), os consumidores indicaram terem descoberto a feira por meio de amigos, 23 (29%) descobriram por conta própria em visita *in loco* e 5 (6 %) por redes sociais.

Sobre a localização da feira, 75 (94%) manifestaram que o local onde acontece a feira é a melhor opção. Apenas 5 consumidores indicaram não ser o melhor local, apresentando justificativas tais como a acessibilidade restrita apenas para quem mora perto ou vem a pé e de ser um local pouco acessível.

A Feira da Ponta Norte caracteriza-se por apresentar uma grande diversidade de produtos para comercialização sendo o seu principal foco a venda de alimentos. A seguir apresentamos a lista de produtos que foram apresentados nos questionários para que o consumidor pudesse indicar quais

são os produtos mais adquiridos na feira. Dentre as opções temos: frutas, legumes e verduras; secos (castanhas, nozes, amêndoas), queijos e derivados do leite; outro tipo de alimento; plantas ornamentais, livros, roupas, acessórios e cosméticos.

Entre os respondentes, 63 (79%) indicaram consumir mais de 1 opção de produtos listados nos questionários, sendo que 11 (14%) consumidores indicaram consumir apenas frutas, legumes e verduras e 6 (7%) somente livros, roupas, acessórios e cosméticos.

Do total que consumiram mais de dois itens, o destaque foi novamente o consumo de frutas, legumes e verduras com 60 (95%) consumidores seguidos do consumo de secos (castanhas, nozes, amêndoas) com 41 (65%) respondentes. Ainda no ramo de alimentos, 23 (36%) consumidores indicaram o consumo de queijos e derivados do leite e 5 (8%) outro tipo de alimento. No segmento dos produtos não alimentícios destacou-se o consumo de livros, roupas, acessórios e cosméticos com 29 (46%) consumidores, seguindo do consumo de plantas ornamentais com 23 (36%) consumidores.

No questionário, listamos algumas motivações para a escolha da Feira da Ponta Norte enquanto espaço de consumo. Foram indicadas previamente cinco possibilidades: comodidade, preços acessíveis, qualidade do produto, alimento saudável e causa política. 30 consumidores elencaram apenas uma opção, sendo 17 consumidores indicando a opção “alimento saudável”, 12 “qualidade do produto” e 1 optou por “comodidade”. Entre o total de 50 respondentes que escolheram mais de uma opção, a escolha por “alimento saudável” foi mais uma vez a que contou com maior frequência de resposta sendo escolhida por 46 (92%) consumidores. Em segundo lugar, 34 (62%) consumidores indicaram a “qualidade do produto” e, em terceiro, 24 (48%) indicaram “causa política” (30%), seguido de perto por “comodidade” com 23 (46%) como motivação para o consumo na feira. Por último, a opção “preço” foi que recebeu o menor número de indicações, sendo apontada por 18 (36%) consumidores.

Foi perguntado aos consumidores sobre o diferencial da Feira da Ponta Norte em relação às demais feiras de rua de Brasília. Nas respostas a essa pergunta foram indicadas uma quantidade enorme de avaliações acerca das singularidades da feira. A origem dos produtos foi apontada por 26 (32%) consumidores como sendo o diferencial da feira, seguido da qualidade dos produtos indicada por 15 (19%). As demais respostas foram abaixo de 5% de frequência, porém é válido ressaltar aqui avaliações tais como: a presença e diversidade de produtos orgânicos, alimentos saudáveis, naturais e confiáveis, a compra direta com o produtor, o incentivo ao pequeno produtor, consumo consciente, público acolhedor, a de serem produtos de luta e resistência, produtos oriundos de movimentos sociais e políticos e que expressam valores políticos e da democracia. Todos esses pontos dialogam com a tendência contemporânea do ativismo de consumo e do consumo de ativismo, facetas também presentes no universo da comercialização de alimentos (Silva, Miranda, 2018; Portilho, 2020).

Considerações finais

A análise do perfil e das potencialidades da Feira Agroecológica da Ponta Norte em Brasília revela a construção de um espaço de consumo que extrapola a simples comercialização de alimentos, evidenciando dimensões sociais, culturais e políticas. Os dados levantados por meio de questionários indicam um público predominantemente feminino, jovem e de alta renda, residente, majoritariamente, nas áreas nobres de Brasília, como Asa Norte e Asa Sul. Esse perfil reflete não apenas as características demográficas da clientela, mas também a relação entre renda, localização e a preferência por espaços de consumo alternativos.

A predominância de consumidores jovens indica uma mudança importante de paradigma no comportamento de compra, especialmente em relação ao consumo consciente e político. A feira, ao conectar diretamente produtores e consumidores, promove valores como sustentabilidade,

alimentação saudável e valorização da agricultura familiar. Esse aspecto é reforçado pelas motivações relatadas pelos consumidores, que destacam, sobretudo, a busca por alimentos saudáveis, produtos de qualidade e o engajamento com causas políticas. Esse resultado está em consonância com o que acompanhamos na literatura sobre a relação entre ativismo e consumo. Outro ponto de destaque foi o caráter de proximidade geográfica e social da feira, que atende majoritariamente à comunidade local e de um perfil de renda mais circunscrito. Esse dado sugere a necessidade de refletir sobre estratégias que ampliem sua acessibilidade para outros grupos sociais e territoriais, promovendo uma democratização maior do acesso aos seus produtos e valores.

Por fim, a feira se consolida como um espaço diferenciado no cenário de consumo alimentar em Brasília. Suas peculiaridades, como a articulação entre produtores e moradores das quadras residenciais, a origem agroecológica dos produtos e o incentivo ao pequeno produtor, demonstram que a FPN representa um importante exemplo de resistência aos modelos tradicionais de varejo alimentar. Essa configuração pode inclusive ser utilizada como modelo para a criação de outras feiras que tenham como base a ligação campo e cidade, rompendo com os papéis tradicionais de agricultor/produtor e morador/consumidor. Ou seja, esses papéis podem ser múltiplos na medida em que os atores envolvidos se engajam politicamente na cocriação de ambientes alimentares saudáveis, exemplo máximo de uma rede alimentar cívica.

Referências

- ALMEIDA, D. A. O. **Isto e aquilo**: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)". Tese de Doutorado, Faculdade de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2016.
- ALTIERI, M. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera** 13, no. 16: 22-32, 2010. <https://doi.org/10.47946/rnera.voi16.1362>
- ARAUJO, A. M.; RIBEIRO, E. M. Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, p. 561, 2018.
- AZEVEDO, D. A.; BEZERRA, Juscelino Eudâmidas; XAVIER, V. B. Novas estratégias político-espaciais em um Brasil polarizado: o estudo de caso da Feira Agroecológica da Ponta Norte de Brasília (DF-Brasil). **REVISTA NERA (UNESP)**, v. 25, p. 154-179, 2022.
- BEZERRA, Juscelino Eudâmidas; AGNER, M. R. Geographic Dynamics of the Supermarket Sector in Brasília (DF). **Sociedade & Natureza (UFU. ONLINE)**, v. 33, p. 1-11, 2021.
- BORGES, Bárbara Loureiro. **Reforma agrária e abastecimento alimentar**: a agricultura camponesa do Distrito Federal construindo a segurança e soberania alimentar. 2018. 170 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- CAPORAL, F. R. **Agroecologia**: uma nova ciência para apoiar a transição a agricultura mais sustentáveis. Brasília: MDA/SAF, 2009.
- CASSOL, A; CRUZ, O. C. Mercados como cultura: los lazos sociales, crédito rural y ferias de alimentos. DOI 10.17141/eutopia.20.2021.5163, v. 20, p. 8-31, 2021.
- CASSOL, A; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. **Lua Nova (Impresso)**, v. 95, p. 143-177, 2015.
- DISTRITO FEDERAL (Brasil). **Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal** - Documento Técnico - Versão Final - 2009.
- HESPANHOL, R.A.M. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. **Mercator (Fortaleza. Online)**, v. 12, p. 103-112-112, 2013.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Agência IBGE Notícias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em:< <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/39262-ibge-divulga-rendimento-domiciliar-per-capita-2023-para-brasil-e-unidades-da-federacao>>. Acesso em: 08 jan. 2025.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Produção Agrícola Municipal 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em:< <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457> >. Acesso em: 05 jan. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/panorama>>. Acesso em: 20 dez. 2024.

IDEC. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. **Feiras Orgânicas**. [s. d.]. Disponível em: <<https://feirasorganicas.org.br/estatisticas/>>. Acesso em: 07 jan. 2025.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PAVIANI, Aldo. **Geografia urbana do Distrito Federal: evolução e tendências**. Espaço & Geografia, v. 10, n. 1, p. 1-22, 2007.

PAVIANI, Aldo. **Brasília a metrópole em crise: ensaios sobre a urbanização**. Brasília: Editora UnB, 2010.

PENNA, Nelba Azevedo. Empreendedorismo e Planejamento Urbano em Brasília: da máquina de morar à máquina de crescimento urbano. In: Pereira, Elson Manoel. (Org.). **Planejamento Urbano no Brasil**. Conceitos, diálogos e práticas. 2 ed. Chapecó: Argos Editora da Unochopeco, 2013, v. 1, p. 207-230

PORTILHO, Fatima. Ativismo alimentar e consumo político? Duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. **REDES (SANTA CRUZ DO SUL. ONLINE)**, v. 25, p. 12-33, 2020.

RENTING, H.; SCHERMER, M.; ROSSI, A. Building food democracy: exploring civic food networks and newly emerging forms of food citizenship. **International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, v. 19, n. 3, p. 289-307, 2012.

SILVA, I. D.; MIRANDA, A. P. C. **Consumo de Ativismo**. 1. ed. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2018. v. 1.

SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. A questão cidade - campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, v., p. 111-130.

Estudo de caso da Feira Popular da Agricultura Familiar de Alto Paraíso de Goiás/GO

César Adriano de Souza Barbosa; Nina Paula Ferreira Laranjeira

Resumo

Na presente pesquisa buscou-se entender a relação entre a diversidade produtiva e os níveis da Transição Agroecológica de um grupo de agricultores dos assentamentos Sílvio Rodrigues e Mingau, localizados na Chapada dos Veadeiros, municípios de Alto Paraíso de Goiás e São João d'Aliança. Integrantes deste grupo criaram, em 2015, com o apoio do Centro UnB Cerrado, a reconhecida Feira Popular da Agricultura Familiar no município de Alto Paraíso. Pretendeu-se entender, também, como as práticas agroecológicas, integradas a outros indicadores de transição, podem influenciar a permanência destes agricultores junto a esta feira. Dessa forma, foram propostos indicadores dos níveis da transição agroecológica nas parcelas do grupo. O levantamento da produção foi realizado mensalmente a partir de visitas à feira e, também, serviu de base para a elaboração de um Calendário Sazonal de produção com a distribuição dos produtos (hortifrúti) por estações do ano. A coleta de dados referente às práticas agroecológicas e demais indicadores foram feitos a partir da elaboração e aplicação de questionário e realização de visitas às parcelas para observação e avaliação das informações coletadas. O presente estudo permitiu ampliar a compreensão da relação da Segurança Alimentar e Nutricional com processos de base agroecológica na agricultura familiar. Pode-se concluir que os indicadores possibilitaram identificar níveis de transição agroecológica para as parcelas analisadas e que a adesão às práticas de base agroecológicas influencia diretamente o processo produtivo e a diversificação de atividades e cultivos, mas fatores como o tamanho da área de cultivo e a quantidade de membros da família envolvidos nas atividades produtivas podem influenciar a produtividade das parcelas. Ainda que não haja uma relação direta entre diversidade e o nível de transição, este parece influenciar na permanência dos agricultores na referida feira. Esperamos que este trabalho sirva de incentivo para que estes agricultores continuem participando da Feira Popular da Agricultura Familiar e avançando no processo de transição agroecológica, e que os Indicadores aqui propostos possam vir a servir como um caminho a ser trilhado pelas famílias em transição rumo a uma produção cada vez mais diversificada e de base agroecológica.

Palavras-chave: Indicadores, Transição agroecológica, Feira.

Introdução

A Feira Popular da Agricultura Familiar foi criada em 2015, em Alto Paraíso de Goiás, a partir da organização de famílias agricultoras do Assentamento Sílvio Rodrigues e suas associações, apoiadas pelo Núcleo de Alimentação Sustentável e Produção Agroecológica (Naspa), do Centro UnB Cerrado, Cooper Frutos do Paraíso (cooperativa regional) e da Prefeitura do município. Incluiu também uma família do Assentamento Mingau, situado no município vizinho, São João D'Aliança. A ação da UnB junto a estas famílias se deu no âmbito do projeto “Agricultores protagonistas de Segurança

Alimentar e Nutricional (SAN): produção e abastecimento de alimentos”, desenvolvido ao longo dos anos de 2014 a 2016, com financiamento do CNPq (Chamada n.º 82/2013), que permitiu desenvolver atividades no Projeto de Assentamento Sílvio Rodrigues (PASR) e abarcou os seguintes objetivos: i) avaliar produção, abastecimento e comercialização do assentamento Sílvio Rodrigues com foco em frutas, legumes e verduras; ii) contribuir para a formação profissional e educação popular das agricultoras e agricultores; iii) instituir circuitos curtos de produção, abastecimento, distribuição e consumo de alimentos.

O projeto possibilitou a atuação direta de agricultoras(es) em capacitações e práticas agroecológicas, mobilização e organização, o que deu origem à primeira edição da Feira Popular da Agricultura Familiar de Alto Paraíso. A difusão das práticas agroecológicas se deu por meio de ações de extensão universitária realizadas por equipe multiprofissional do Centro UnB Cerrado, incluindo apoio técnico, reuniões, cursos e partilha de conhecimento.

O presente estudo propõe: i) criar indicadores de transição agroecológica direcionados à realidade da Chapada dos Veadeiros; ii) categorizar o grupo de agricultores em 3 níveis de transição; e iii) avaliar a relação entre práticas agroecológicas e a diversidade de produtos comercializados na feira.

1. Assentamentos e a Feira Popular da Agricultura Familiar

O assentamento Sílvio Rodrigues está localizado em área rural, a cerca de 35 Km da cidade de Alto Paraíso, cujo acesso se dá por estrada de terra, a partir da GO-118. É composto por 119 lotes (parcelas), agrupados em torno de 12 áreas comuns. Foi formado em 2005, pela junção de dois acampamentos: Dom José Gomes, que se situava na BR-060, entre Goiânia e Anápolis, e o

José Porfírio, situado em Barro Alto/GO; deslocados posteriormente para Cocalzinho/GO e depois, em novembro de 2003, para a antiga sede da Fazenda RECIFRA, em Alto Paraíso de Goiás, onde o novo acampamento viria a se tornar o Assentamento Sílvio Rodrigues (Laranjeira *et al.*, 2012).

Em 2010, o assentamento teve viabilizada sua produção de base agroecológica, por meio da instalação de 20 (vinte) Kits Pais (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável), programa da Fundação Banco do Brasil e Sebrae, por meio da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso e da Associação dos Produtores do Assentamento Sílvio Rodrigues (APSR), propiciando o acesso de algumas famílias à Feira do Produtor Rural, que tradicionalmente acontece aos sábados e terças-feiras na cidade.

Já o assentamento Mingau está a uma distância de cerca de 20 km da cidade de São João d'Aliança/GO, às margens da GO-118. Criado em 1996, o PA Mingau está dividido em 80 lotes e localizado numa região ocupada pelo Agronegócio, em que muitas famílias se renderam à monocultura. Poucas famílias praticam agricultura de base agroecológica e uma destas é cofundadora da Feira Popular da Agricultura Familiar, deslocando-se semanalmente cerca de 50 km até a cidade de Alto Paraíso.

Nos anos de 2014 e 2015, a partir de ações voltadas à juventude local destes assentamentos, por meio do Programa de Bolsas de Estudo para Ensino Básico, do Centro UnB Cerrado, um grupo de jovens desenvolveu projetos de agroecologia junto às suas respectivas famílias. Tal iniciativa proporcionou o estreitamento de laços familiares, e alguns deles contribuíram de forma efetiva para o aumento da produção familiar (Laranjeira *et al.*, 2014a e b, Barbosa *et al.*, 2017).

Destes projetos do grupo de jovens, identificou-se algumas famílias com grande potencial de produção de base agroecológica: 4 delas já participavam da Feira do Produtor Rural, aos sábados, em Alto Paraíso. O trabalho conjunto entre estas famílias dos assentamentos Sílvio Rodrigues e Mingau e a equipe do Nasp/UnB Cerrado resultou não somente na criação de uma

nova feira, a Feira Popular da Agricultura Familiar, como também no avanço da Transição Agroecológica, no fortalecimento e empoderamento de suas associações: Associação dos Produtores do Assentamento Sílvia Rodrigues (ASPR), Associação dos Pequenos Produtores da Fazenda Paraíso (UNI-UP) e Associação dos Pequenos Produtores Rurais Unidos e Região (Asprur). Para o lançamento desta feira, o Naspa e as associações do assentamento Sílvia Rodrigues contaram também com o apoio do poder público local, representado pela Secretaria Municipal de Agricultura, além da Cooperativa Frutos do Paraíso e da Associação dos Moradores de Alto Paraíso (Amoalto).

No mês de novembro de 2015, um grupo de 20 agricultoras e agricultores destes assentamentos inauguraram a Feira Popular da Agricultura Familiar com uma grande diversidade de alimentos agroecológicos e que, desde então, continua acontecendo todos os domingos na Praça do Artesão, ao lado do CAT (Centro de Atendimento ao Turista) em Alto Paraíso de Goiás.

2. Metodologia e definição dos indicadores

Inicialmente, esta feira tinha como proposta a venda de produtos agroecológicos a preços justos e com o objetivo de ampliar o acesso a estes produtos pela população de baixa renda. Do grupo inicial de agricultores, apenas 6 continuavam participando da feira. A este pequeno grupo se juntaram outros agricultores(as), compondo um total de cerca de 15 feirantes. Dentre estes, selecionamos 10, sendo 9 do assentamento Sílvia Rodrigues (Alto Paraíso de Goiás) e 1 do assentamento Mingau (São João d'Aliança) para investigarmos o nível de transição agroecológica destas famílias.

Vários motivos foram apresentados pelas famílias para justificar as desistências, entre eles: a falta de produtos, a falta d'água, problemas com pragas e fertilidade dos solos, além da dificuldade de manter produção contínua. Em contrapartida, agricultoras e agricultores que continuaram a

frequentar a feira, se mantiveram com uma produção diversificada e com estabilidade financeira, conforme discorreremos a seguir, demonstrando que conseguiram superar tais dificuldades.

A grande desistência por parte do grupo inicial foi o que despertou o interesse em entendermos como o avanço no processo de transição agroecológica poderia ter contribuído na permanência e estabilidade do grupo remanescente na Feira Popular da Agricultura Familiar. A incorporação e integração das práticas agroecológicas denota uma mudança de paradigma, na direção do redesenho dos agroecossistemas, a partir dos princípios da agroecologia (Assis, 2004).

O aumento da fertilidade, decorrente do uso integrado de diversas práticas agroecológicas, incluindo a diversidade da produção, trazendo, além de maior renda, segurança alimentar e nutricional para a agricultura familiar, e reforçando a identidade camponesa, conforme observado por Laranjeira e Barbosa (2018, p. 18) no processo vivido por esse grupo: “Ressalta-se a tomada de consciência das famílias envolvidas sobre a importância da agricultura familiar de base agroecológica para a segurança alimentar e conservação ambiental da região, fortalecendo a identidade camponesa”.

A relação entre práticas agroecológicas, estabilidade financeira e a segurança alimentar é algo difícil de ser mensurado, entretanto, para termos uma noção desta relação, acompanhamos durante um ano, de junho de 2017 a junho de 2018, a produção deste grupo de agricultores nesta feira. Registramos, mês a mês, a diversidade de produtos comercializados e calculamos a média de produtos, ao longo deste ano, para cada agricultor(a). Para avaliarmos e registrarmos as práticas em uso, visitamos as parcelas destes 10 agricultores(as) e aplicamos um questionário envolvendo as seguintes questões:

1. Há quanto tempo participam da Feira Popular da Agricultura Familiar?
2. Reconhecem algum aumento na produção neste período?

3. A que atribuem este aumento?
4. O que mudou na forma de produzir neste período?
5. Com quem aprenderam estas técnicas?
6. Perceberam algum aumento da renda neste período?
7. Já entregou ou entrega alimentos para o PAA e/ou PNAE?

Conhecendo as limitações na implantação e manutenção das práticas agroecológicas apresentadas a agricultores(as), propusemos indicadores direcionados à realidade da Chapada dos Veadeiros, tomando como base o Método Camponês a Camponês (Sosa *et al.*, 2012), que será discutido a seguir. Conforme esse método, tais indicadores foram dispostos em categorias que refletem o nível do processo de transição agroecológica de cada uma destas parcelas. Para contribuir na análise, propusemos 3 Categorias, levando em consideração, entre outros indicadores, a diversidade média de produtos e o número de práticas agroecológicas observadas em cada uma das parcelas.

2.1. Levantamento da produção (diversidade de produtos)

Neste levantamento, foi questionado a cada agricultora e agricultor durante a feira, uma vez por mês, qual a origem dos produtos, a fim de considerar apenas os produtos que foram confirmados como produção própria. Avaliamos um grupo de 10 agricultores(as) participantes da feira ao longo de um ano. Deste grupo, seis agricultores(as) participam desde o início da feira (fundadores), sendo que um deles é do assentamento Mingau, os demais passaram a integrar ao longo dos quase três anos de existência da feira. Do levantamento mensal, foi calculada a diversidade média de produtos para cada agricultor(a), somando-se o número de produtos (diversidade da produção) de cada mês e dividindo-se pelo número de coletas de dados (número de meses).

Uma ampla gama de técnicas baseadas na perspectiva agroecológica está sendo desenvolvida e testada com sucesso em diversas regiões do mundo. Estas abordagens envolvem a manutenção ou a introdução de biodiversidade agrícola (diversidade de culturas, pecuária, agrofloresta (SAF), pesca, polinizadores, insetos, biota do solo e outros componentes que ocorrem nos e em relação aos sistemas de produção) para atingir os resultados desejados na produção e sustentabilidade (Schutter, 2012). Neste sentido, demos especial atenção à diversidade da produção como um indicador importante. Este levantamento serviu de base também para elaboração de um Calendário Sazonal, no qual pode ser verificada a diversidade de produtos por estação do ano, além de indicar quais são os produtos mais comuns e os mais raros na feira, o que pode servir de orientação para o planejamento de futuros plantios.

2.2. Levantamento das práticas agroecológicas

A coleta de dados sobre as práticas agroecológicas em uso nas parcelas de agricultores(as), entre outros indicadores, deu-se a partir da aplicação de questionário e de visitas para avaliação. As seguintes práticas agroecológicas foram avaliadas durante as visitas: cobertura do solo, uso de biofertilizantes, compostagem, barreira do tipo quebra vento, consórcios, SAF, sementes crioulas, banco de sementes, adubação verde, calcário, pó de rocha, cinza, defensivos naturais. Todas estas práticas foram difundidas durante o projeto executado pelo Naspá, e algumas já faziam parte do universo de parte das famílias. Procuramos levantar quantas e quais estavam em uso.

2.3. Indicadores de transição agroecológica

Inspirado no Movimento Agroecológico de Camponês a Camponês (Macac) de Cuba (Sosa *et al.*, 2012) propusemos indicadores voltados à realidade dos assentamentos estudados da biorregião da Chapada dos

Veadeiros, a fim de analisar o nível do processo de transição agroecológica em que se encontram.

Indicadores do Movimento Agroecológico “Camponês a Camponês” (Macac):

CATEGORIA 1: em que as roças iniciaram o processo de transição agroecológica.

1. Ter aplicado o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) na sua roça;
2. estar desenvolvendo a técnica ou alternativa agroecológica para resolver o problema diagnosticado;

3. ter práticas (1 a 3) agroecológicas em desenvolvimento;

4. família sensibilizada em relação ao Movimento e envolvida com ele (pode estar se iniciando);

5. família sensibilizada com a problemática ambiental e produtiva;

6. compromisso de participação no Movimento na Assembleia Geral, por parte da família ou associado/a;

7. prática e/ou resgate de tradições camponesas;

8. perspectivas de diversificar as plantas e animais da roça;

9. prática e/ou disposição para experimentar (experimentação camponesa);

10. apresentar potencialidades produtivas e de comercialização com fim social.

CATEGORIA 2: roças em plena transição agroecológica.

1. Roças integradas ao processo de intercâmbio, experimentação e promoção do Movimento e da metodologia Camponês a Camponês (como receptor/a ou ator);

2. crescente biodiversidade e integralidade dos componentes produtivos da roça (integração de agricultura criação de animais e áreas de mata);

- 3. redução substancial na aplicação de produtos químicos;**
- 4. crescente aproveitamento dos recursos gerados pelo estabelecimento e proporcional redução da dependência externa;**
5. compromisso social;
6. integração da família e do grupo de cooperativados com equidade de gênero (participação de homens e mulheres de acordo com suas capacidades e condições);
- 7. reafirmação da identidade camponesa (social e cultural);**
8. produção eficiente do sistema (econômico);
9. estabelecimento organizado e funcional.

CATEGORIA 3: roças consideradas agroecológicas.

- 1. Elevada consciência agroecológica e domínio conceitual da sustentabilidade e segurança alimentar** com enfoque de gênero;
- 2. Compromisso como promotor/a com o Movimento Agroecológico,** com participação em oficinas e intercâmbios de experiências;
- 3. diversificação elevada e integração e uso eficiente dos componentes da roça** (solo, cultura, árvores, animais, água, sementes, cultura familiar);
- 4. produção elevada e suficiente para a família e a comercialização local** (rendimento por área comparável ou superior à agricultura convencional);
- 5. não realizar práticas agressivas ao entorno (não aplicar produtos químicos sementes transgênicas, produtos hormonais, mecanização excessiva, monocultura intensiva etc.)**
- 6. baixa** (quase nula) **dependência externa** para a produção e manutenção da vida familiar;
- 7. garantia de qualidade de vida familiar** (família, educação, saúde, informação);

8. participação nas atividades das organizações de base;

9. compromisso social (produtos para o mercado local e entidades sociais);

10. conservação e prática das tradições culturais camponesas;

11. revalorização permanente dos recursos da roça (conservação do solo e da água, promoção da fertilidade etc.);

12. participação da família (homens, mulheres, jovens) nas tarefas e decisões relativas ao estabelecimento.

Os destaques (em negrito) são dos parâmetros que foram utilizados como inspiração para a proposição de indicadores na presente pesquisa. A intenção é categorizar em níveis o avanço da transição agroecológica nas roças do grupo de agricultoras(es) em questão.

Ressaltamos que nesta região, ou mesmo nestes assentamentos, as famílias não estão envolvidas em um movimento organizado de Agroecologia, como no caso de Cuba, mas vêm, ao longo do tempo, passando por diversas capacitações e vivências, intensificando o processo de transição agroecológica. Desta forma, o envolvimento das famílias nos encontros, cursos e mutirões que ocorreram ao longo do desenvolvimento do projeto foi considerado como indicador, já que no processo de transição agroecológica, a participação e a organização comunitária são elementos importantes.

Ressalta-se que neste caso, também, todas as famílias já possuíam práticas tradicionais da agricultura familiar, e a maioria não fazia uso sistemático de agrotóxicos ou monocultivos intensivos. Assim sendo, a transição da forma de produção dá-se mais na direção de ampliar técnicas de plantio e a ação coletiva, que possibilita trocas de conhecimentos e a própria organização da feira; bem como a crescente preocupação com a conservação ambiental e redução de insumos externos. Para definição das categorias que se encontram estas parcelas, levamos em consideração também as orientações de Gliessman (2000) para transição agroecológica.

Segundo o autor, o primeiro nível de transição marca o início do processo e se refere ao incremento e à eficiência das práticas convencionais para reduzir o consumo de insumos externos, em especial aqueles que são escassos e danosos ao meio ambiente. Essa etapa tem como principal objetivo reduzir os impactos negativos ao ecossistema. O segundo nível é marcado pela implementação de práticas agroecológicas, com redução efetiva de insumos sintéticos e, finalmente, o último nível da transição é marcado principalmente pelo redesenho do agroecossistema, com uso e recursos naturais próprios, contribuindo na permanência nas atividades de comercialização e ampliação da quantidade de práticas agroecológicas.

Observamos, ao longo desta pesquisa, que o avanço destas famílias no processo de transição agroecológica deu-se no sentido da redução do uso de insumos sintéticos e sementes transgênicas, bem como na organização de eventos, como cursos, oficinas ou vivências de difusão da agroecologia por parte de alguns integrantes da feira. No quadro 1, abaixo, apresentamos as 3 Categorias e seus indicadores.

Quadro 1. Indicadores propostos nesta pesquisa por categoria:

Categoria 1	Categoria 2	Categoria 3
Uso de 1 a 3 práticas agroecológicas	Uso de 4 a 6 práticas agroecológicas	Uso de mais de 7 práticas agroecológicas
Evidente diminuição dos insumos externos às parcelas	Participação em capacitações de Agroecologia	Conhecimento sobre agroecologia e segurança alimentar
Envolvimento familiar	Reafirmação da identidade camponesa (como agroecológico)	Ausência de transgênicos, mecanização e monoculturas (intensivas)
Disposição ou prática para experimentação	Diversidade de produção comercializada	Produção para o mercado local
Sensibilidade para questões ambientais	Evidente diminuição dos insumos sintéticos	Permanência nas atividades de comercialização (tempo nas feiras)
	Agrobiodiversidade e integração dos componentes da roça na produção	Participação nas atividades das organizações de base
		Ausência de insumos sintéticos
		Difusor da agroecologia promovendo eventos, cursos, feiras etc.

Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as).

3. Resultados

O tratamento dos dados coletados ao longo de um ano, na feira e nas parcelas das famílias em questão, nos permitiu chegar a indicadores e organização de 3 níveis de transição agroecológica, o que será relatado a seguir.

3.1. Diversidade da produção

A partir de dados de produção levantados entre junho de 2017 e junho de 2018, em visitas mensais à feira, foi calculada a média de produtos ao longo destes doze meses (Tabela 1).

Tabela 1. Média da produção para cada uma das parcelas (feirantes).

N.º das Parcelas/(Feirantes)	Média de produtos
44	9
13	9
75	11
10	9
109	23
41	14
23	14
74	11
72	12
XX	14

Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as).

Como resultado deste levantamento foi estruturado um calendário sazonal, com a diversidade de produtos por estação do ano, e que pode servir de orientação para o planejamento de futuros plantios.

Figura 1. Calendário sazonal



Fonte: Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Sociobiodiversidade e Sustentabilidade no Cerrado; Barbosa, 2018)

3.2. As práticas agroecológicas

O levantamento das práticas agroecológicas utilizadas por este grupo de agricultores participantes da Feira da Agricultura Familiar se deu a partir das visitas aos assentamentos Sílvio Rodrigues e Mingau e posterior aplicação de questionário para complementar as observações referentes às práticas.

Na tabela 2, abaixo, podemos visualizar a relação das práticas agroecológicas encontradas nas parcelas estudadas. Observa-se que algumas delas, como o uso de biomassa para cobertura do solo, Sistemas Agroflorestais (SAF), adubação verde e mesmo os bancos de sementes familiares, ainda são pouco encontradas, quase inexistentes neste grupo.

Tabela 2. Quantidade de práticas agroecológicas identificadas nas parcelas (sítios) do grupo de agricultores participantes da Feira Popular da Agricultura Familiar.

Práticas Agroecológicas	Parcelas/Feirante (N.º)									
	109	41	23	75	72	74	10	44	13	XX
Cobertura do solo	X				X				X	
Biofertilizantes	X	X		X						
Compostagem	X			X	X					
Barreira de quebra vento					X				X	
consórcios	X	X	X	X	X	X	X		X	
SAF's									X	
Sementes crioulas	X			X	X	X	X	X	X	
Banco de sementes	X									
Adubação verde										
Calcário		X	X	X			X		X	
Pó de rocha				X	X					
Cinza	X	X	X		X	X	X	X	X	
Defensivo natural	X	X		X					X	
TOTAL	8	5	3	7	8	3	4	2	8	

Fonte: Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Sociobiodiversidade e Sustentabilidade no Cerrado; BARBOSA, 2018).

Avaliando os questionários respondidos pelos integrantes da feira, observamos que:

- 60 % participam da feira desde o seu lançamento em 2015;
- 90% reconhecem um aumento da produção ao longo do período que frequentam a feira e que este aumento se deve a diversos fatores, tais como:
 - (40%) aumento da área de produção;
 - (10%) aumento na diversidade de produtos;
 - (10%) rotação de cultura e abertura de poço;
 - (20%) abertura de poço artesiano, mudança na forma de irrigação (uso de aspersor) e mudança na forma de produção (agroecológica);
 - mudança na forma de produzir: uso de cama de frango, de roçadeira para roçagem do capim em substituição à capina com enxada e uso de aspersor na irrigação;
 - orientações sobre técnicas agroecológicas, principalmente cursos feitos pelo Senar⁹, Instituto OCA Brasil e aos projetos do Sebrae¹⁰ (Kit PAIS) e Naspá/Centro UnB Cerrado¹¹;
 - 90% reconhecem aumento da renda familiar advindo da feira;
 - 90% fornecem ou já forneceu produtos para PNAE/PAA.

A análise das respostas ao questionário indica que a grande maioria dos entrevistados reconhece um aumento da renda familiar advindo da participação na feira, além de um aumento da produção e sua diversidade. Estes fatores, junto com a incorporação de práticas agroecológicas e a solução para a falta d'água, favoreceram a permanência destes agricultores na feira.

⁹ Senar - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

¹⁰ Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

¹¹ Centro UnB Cerrado - Centro de Estudos do Cerrado da Chapada dos Veadeiros (UnB)

3.3. Avaliação de indicadores

A avaliação dos indicadores propostos gerou um mapeamento dos níveis de transição agroecológica de cada uma das parcelas analisadas. A seguir, podemos observar a sistematização destes indicadores em categorias (níveis de transição) para cada uma das parcelas.

Categoria 1 – Roças iniciando o processo de transição agroecológica.

Para a categoria 1 propusemos indicadores que denotam o início do processo de transição, com destaque para a constatação do uso de: i) n.º de práticas agroecológicas (entre 1 e 3); ii) envolvimento familiar, considera-se aqui a participação da família ainda em um nível inicial, fundamental na agroecologia e na comercialização local, enquanto no Macac o envolvimento familiar está na categoria 3, pois trata de participação da família inclusive na tomada de decisão; iii) diminuição no consumo de insumos externos às parcelas, o que foi reconhecido por todos os agricultores, principalmente insumos sintéticos. Apresentamos, na tabela 3, os indicadores propostos para a categoria 1.

Tabela 3. Indicadores e parcelas classificadas como categoria 1.

C A T E G O R I A	INDICADORES	PARCELAS DO PASR (N.º)									
		109	41	23	75	72	7	1	4	13	XX
1	N.º de práticas agroecológicas (entre 1 e 3)	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Envolvimento familiar	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Sensibilidade para questões ambientais	x	x		x	x				x	x
	Disposição ou prática para experimentação	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Evidente diminuição dos insumos externos às parcelas	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Fonte: Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Sociobiodiversidade e Sustentabilidade no Cerrado; BARBOSA, 2018).

Nesta categoria, foram incluídas todas as parcelas que apresentaram pelo menos uma prática agroecológica, demonstrando o início do processo de transição, acrescidos de outros indicadores, os quais foram constatados em todas as parcelas analisadas, com exceção da “Sensibilidade para questões ambientais”, que não conseguimos perceber nas parcelas de n.ºs 23, 74, 10 e 44.

Categoria 2 – Roças em pleno processo de transição agroecológica.

Para a definição das parcelas que se encontram na categoria 2, demos mais ênfase à mudança da forma de produzir, com: i) maior número (acima de três) de práticas agroecológicas; e ii) efetiva diminuição de insumos sintéticos (químicos).

Nesta categoria, além de ampliarmos o número de práticas para, até o dobro da categoria 1, acrescentamos indicadores que demonstram a evolução da transição, tais como: i) capacitações em Agroecologia, que não identificamos nas parcelas de n.ºs 41, 74, 10 e 44; ii) reafirmação da identidade camponesa (agroecológica); e iii) agrobiodiversidade e integração dos componentes da roça que não foram identificados nas parcelas de n.ºs 41, 23, 74, 10 e 44.

Apresentamos, na tabela 4, os indicadores propostos para a categoria 2 na próxima página.

Tabela 4. Indicadores e parcelas classificadas como categoria 2.

INDICADORES	PARCELAS DO PASR (Nº.)									
	109	41	2	75	72	74	1	44	1	XX
			3				0		3	
N.º de práticas agroecológicas (entre 4 e 6)	x	x	x	x	x		x		x	x
Participação em capacitações de Agroecologia	x		x	x	x				x	x
Agrobiodiversidade e integração dos componentes da roça na produção	x			x					x	x
Evidente diminuição dos insumos sintéticos.	x	x		x	x	x		x	x	x
Reafirmação da identidade camponesa (como agroecológico)	x			x	x				x	x
Diversidade de produção comercializada	x	x	x	x	x	x		x	x	x

Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as).

Categoria 3 – Roças avançadas no processo de transição agroecológica

Para a definição das parcelas que se encontram na categoria 3 no processo de transição agroecológica, levamos em consideração o redesenho dos agroecossistemas. Nessa categoria, levamos em consideração o compromisso com: i) difusão da Agroecologia, por exemplo, promovendo eventos em suas parcelas (cursos, oficinas, vivências etc.), o que não foi identificado nas parcelas de n.ºs 41, 23, 74, 10, 44 e 13; e ii) participação em atividades das organizações de base, somente presente nas parcelas de n.ºs 75, 72 e XX. Apresentamos, na tabela 5, os indicadores propostos para a categoria 3.

Tabela 5. Indicadores e parcelas classificadas como categoria 3.

INDICADORES	PARCELAS NO PASR (N.º)									
	109	41	23	75	7	74	1	44	13	X
					2		0			X
N.º de práticas agroecológicas (acima de 7)	x			x	x				x	x
Conhecimento sobre agroecologia e SAN										
Difusor da agroecologia promovendo eventos, cursos, feiras etc.	x			x	x					x
Ausência de químicos, transgênicos, mecanização e/ou monoculturas intensivas)										
Produção para o mercado local	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Permanência nas atividades de comercialização (tempo nas feiras etc)	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Participação nas atividades das organizações de base				x	x					x

Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as).

Este último nível não significa que as parcelas já são completamente agroecológicas, mas que o processo avançou e continua em curso. As parcelas avaliadas nesta categoria não contemplaram todos os indicadores aqui propostos. A parcela de n.º 13, por exemplo, que apresentou elevado número de práticas agroecológicas, acima de 7, no entanto não foi incluída nesta categoria por não contemplar indicadores considerados importantes neste nível, como envolvimento em atividades coletivas.

Indicadores tais como: i) conhecimento sobre agroecologia e segurança alimentar; e ii) ausência do “uso de químicos” (agrotóxicos e fertilizantes), transgênicos, mecanização e/ou monocultivos intensivos, ainda não foram identificados neste grupo de agricultores(as), demonstrando que ainda há um

certo caminho a ser trilhado rumo à culminância do processo de transição Agroecológica mesmo para as parcelas que se encontram na categoria 3. Neste caso específico, não constatamos mecanização e monoculturas intensivas, mas persiste o uso de insumos sintéticos em alguns cultivos, como no caso das culturas de milho e feijão. A comprovação da ausência de transgenia também exigiria exames laboratoriais para real constatação.

3.4. Relação entre a diversidade de produtos, práticas agroecológicas, permanência na feira e categorias (ou níveis) de transição agroecológica

Na tabela 6, abaixo, apresentamos a relação comparativa sobre a média da diversidade de produtos, o número de práticas agroecológicas identificadas, o tempo de permanência na feira (anos), e as categorias ou níveis de transição agroecológica propostas para cada uma das parcelas.

Tabela 6. Relação comparativa entre diversidade de produtos, o número de práticas agroecológicas, a permanência na feira e as categorias ou níveis de transição agroecológica.

Parcelas (n.º)	Média dos produtos	Práticas agroecológicas	Período de permanência (anos)	Categorias (níveis)
10	9	4	3	1
44	14	3	2	1
74	11	3	2	1
23	14	4	3	2
41	9	4	2	2
13	9	8	3	2
109	23	8	3	3
75	11	7	3	3
72	12	8	3	3
XX	14	8	3	3

Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as).

4. Discussão

Analisando a quantidade de práticas agroecológicas associadas à diversidade (média) de produtos encontrados na Feira Popular da Agricultura Familiar para cada agricultor(a), conforme apresentado na tabela 5, podemos observar que não há uma relação direta entre a diversidade da produção e as categorias propostas. Devemos, assim, considerar que a diversidade da produção está atrelada também a outros fatores, tais como: o tamanho das áreas cultivadas e/ou o número de integrantes da família que atua no cultivo, fatores que parecem influenciar diretamente no resultado da produção, mas que não foram levantados de forma sistemática nesta pesquisa; bem como à tradição comum na agricultura familiar.

É o que parece ter acontecido com as parcelas de n.ºs 23 e 74 que apresentaram poucas práticas agroecológicas (apenas 4 e 3 respectivamente) e diversidade acima das parcelas de n.ºs 10 e 41 (com 4 práticas), é possível que seja devido ao número de membros da família envolvidos na produção naquelas parcelas. Provavelmente foi também o que elevou a quantidade de produtos na parcela de n.º 109, bem acima das parcelas de n.ºs 75, 72 e a XX do assentamento Mingau, mesmo todas estando no mesmo nível de transição, categoria 3.

Analisando as respostas ao questionário aplicado, observamos também que a maioria relata que, além da utilização de diversas práticas agroecológicas, também ampliou áreas de cultivo, e percebeu um aumento da produção e diversidade, a partir da participação na feira, além de aumento na renda familiar. A renda de alguns é complementada pelas vendas institucionais ao PAA e ao PNAE, coordenadas pela Cooper Frutos do Paraíso. Programas que visam a promover melhoria da qualidade da alimentação nas escolas, criando oportunidades de geração de renda para a agricultura familiar, estimulam a permanência no campo, valorizam a produção local/regional e fomentam o envolvimento agrário sustentável (Lulkin, 2018). Em síntese, mercados locais e institucionais garantem comercialização,

provocam a ampliação da produção, da renda, e conseqüentemente, da segurança alimentar das famílias.

Quanto à categorização utilizada para a avaliação do nível do processo de transição, podemos perceber que foi adequada para esta consideração, na medida em que as parcelas pertencentes à categoria 1 (n^{os}. 10, 44 e 74), apesar de não apresentarem necessariamente as menores médias de diversidade de produtos, estão realmente iniciando seu processo de transição, o que pode ser comprovado pelos demais indicadores e pelo pequeno número de práticas agroecológicas, como observado no quadro 6, acima. Entre as 3, 2 começaram a participação na feira depois.

As parcelas pertencentes à categoria 2 (n.ºs 13, 23 e 41), consideradas em pleno processo de transição agroecológica, apresentam quantidades de práticas agroecológicas distintas (8, 4 e 4 respectivamente), acima da categoria 1, mas não contemplam diversos outros indicadores, o que justifica a categorização num nível intermediário entre aquelas parcelas que iniciaram o processo e aquelas já em estágio avançado do processo de transição.

Já as parcelas da categoria 3 (n^{os}. 109, 75, 72 e XX), que apresentaram médias elevadas de diversidade de produtos e as maiores quantidades de práticas agroecológicas implementadas nas suas áreas de cultivo, foram categorizadas em processo avançado de transição, mas ainda em transição.

A proposta de categorização das parcelas em níveis de transição agroecológica, conforme os indicadores apresentados nesta pesquisa, também levou em consideração atitudes, comportamentos e o envolvimento da família com o movimento agroecológico. Entretanto, a quantidade de práticas é um dos principais indicadores do nível de transição agroecológica na agricultura familiar, por possibilitar a melhoria da fertilidade e, conseqüentemente, da produtividade e a libertação dos insumos sintéticos externos (químicos).

Considerações finais

A análise dos indicadores propostos nesta pesquisa possibilitou propor 3 níveis (categorias) do processo de transição agroecológica para as parcelas analisadas. A quantidade de práticas agroecológicas, utilizada como um dos indicadores parece não ter relação direta com a diversidade de produção. Outros fatores, tais como, o tamanho da área e a quantidade de membros da família envolvidos no cultivo podem influenciar e deveriam ser considerados e mensurados como parâmetros para novas avaliações do processo de transição.

A diversidade de produtos tampouco parece refletir diretamente o nível de transição. Relaciona-se, possivelmente, com os fatores citados acima e outros não estudados nesta pesquisa, tais como as práticas agrícolas tradicionais.

Entre as 4 parcelas (n.ºs 109, 75, 72 e XX) classificadas na categoria 3, nenhuma contemplou todos os indicadores desta categoria, o que sugere que todas tem caminhos a percorrer até o redesenho de seus agroecossistemas. Além disso, as parcelas que foram classificadas na categoria 1, ou seja, iniciando o processo de transição, também contemplam alguns indicadores das categorias 2 e 3, demonstrando que o processo é gradual, sistêmico e não linear.

O mais importante aqui, é que dos 7 agricultores(as) das parcelas nas categorias 2 e 3, 6 são fundadores(as) da feira, ou seja, estão desde o seu início, e ocupam os níveis mais elevados do processo de transição. A própria participação na feira parece propiciar, não só pela troca contínua de conhecimentos, como também pela exigência de consumidores(as), com relação à produção orgânica, a continuidade do processo de transição agroecológica (Laranjeira; Barbosa, 2018).

Os dados mostraram que 100% famílias têm uma produção ao longo de todo o ano, com diversidade e compromisso com a difusão da qualidade orgânica e agroecológica, indicando que este grupo tem encontrado na

agroecologia uma ferramenta e uma base para a garantia da segurança alimentar. Evidenciamos a melhoria na qualidade de vida destas famílias, seja pela diversidade de produtos em suas bancas, conseqüentemente de alimentos saudáveis e nutritivos em suas mesas, ou pelo aumento da renda familiar, confirmada por todas(os) do grupo, advinda das vendas na Feira da Agricultura Familiar.

O presente estudo permitiu ampliar a compreensão do processo de transição agroecológica em assentamentos nesta região, a partir de indicadores como a diversidade de práticas agroecológicas e a diversidade produtiva, além de outros indicadores importantes para se definir o nível da transição agroecológica, como atividades e comportamento de agricultores(as) rumo a uma produção agroecológica. Mostraram-se adequados à categorização deste grupo, revelando inclusive a importância de novos parâmetros para estudo, tais como tamanho das áreas, número de membros das famílias ou mesmo a qualidade do solo.

Esperamos que este trabalho sirva de incentivo para que estas famílias agricultoras continuem participando da Feira Popular da Agricultura Familiar e avançando no processo de transição agroecológica, e que os indicadores aqui propostos possam vir a servir como um caminho a ser trilhado por elas rumo à produção cada vez mais diversificada e agroecológica.

Referências

- ASSIS, Renato L. **Práticas agroecológicas na produção familiar no centro sul do Paraná**. Ciência & Ambiente, Santa Maria, v. 29, p. 61-72, 2004.
- BARBOSA, César A. S.; LARANJEIRA, N. P.; SCHULER, Luis F.; DHELOMME, Aleph M.; COSTA, Nilsionir G. **Curso de Agroecologia e Sustentabilidade no Cerrado oferecido pelo Centro UnB Cerrado/NASPA**. VI Congresso Latino-americano de Agroecologia; X Congresso Brasileiro de Agroecologia; V Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno. Brasília/DF, 2017. Cadernos de Agroecologia, 13(1), 2018. Disponível em: <<http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/365>>. Acesso em: 08 nov. 2018.
- BARBOSA, César A. S. **Diversidade produtiva e transição agroecológica: um estudo de caso da feira popular da agricultura familiar de Alto Paraíso de Goiás**. 2018. Pag. 50. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Sociobiodiversidade e Sustentabilidade no Cerrado. Centro de Estudos do Cerrado da Chapada dos Veadeiros da Universidade de Brasília. Alto Paraíso de Goiás, 2018.
- GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.
- LARANJEIRA Nina P.; BARBOSA César A. S.; DHELOMME, Aleph M. **Juventude do campo e transição agroecológica**. *Cadernos de Agroecologia*, 9(3), 2014a. Disponível em: <<http://revistas.abaagroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/15983>> Acesso em: 08 nov. 2018
- LARANJEIRA, Nina P. F.; RODRIGUES, L.P.F.; LULKIN, Claudia; BARBOSA, César A. S.; DHELOMME, Aleph M. 2014b. **Formação de jovens do campo para a sustentabilidade na Chapada dos Veadeiros, Goiás, Brasil**. Congreso Iberoamericano de Ciencia, Tecnología, Innovación y Educación. Buenos Aires, Argentina, 2014. Artículo 1212. Disponível em: <<http://www.oei.es/congreso2014/memorias2014.php>>. Acesso em: 08 nov. 2018.
- LARANJEIRA, Nina P.; BARBOSA, César A. S. **A pesquisa participante e a construção do protagonismo camponês na transição agroecológica: o caso do assentamento Sívio Rodrigues, Goiás, Brasil**. *Agroecología*, v. 13, n. 1, p. 47-56, 2018.
- LARANJEIRA, Nina P. F.; BARBOSA, César A. S.; BERNARDES, Selma; SILVA, Isabela; TORRES, Amanda; GARCEZ, Nilcionir. **Agroecologia como tema de sensibilização de jovens para a sustentabilidade**. In: III Seminário de Agroecologia do DF, 2012, Brasília. Anais, 2012.
- LULKIN, Claudia I. **Cerrado para a mesa: articulando agricultura familiar com alimentação escolar pelas frutas nativas do Cerrado**. (Monografia apresentada para obtenção do Título de Especialista em Sociobiodiversidade e Sustentabilidade no Cerrado). Centro UnB Cerrado-UnB, 2018.
- SCHUTTER, Olivier. **Agroecologia e o Direito Humano a Alimentação Adequada**. Caderno da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar. MDS:Brasília, DF, 2012.
- SOSA, Braulio.M.; JAIME, Adilén M. R.; LOZANO, Dana R.A.; ROSSET, Peter M. **Revolução Agroecológica: O Movimento Camponês a Camponês da ANAP em Cuba**. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 100-101.

Agroecologia, ativismo alimentar e resiliência climática: a trajetória da Feira dos Agricultores Ecologistas de Porto Alegre/RS

Potira Preiss; Alicia Ganzo

Resumo

Frente a um cenário contemporâneo de múltiplas crises – alimentar, ambiental, climática, econômica, democrática – torna-se relevante analisar processos que possam oferecer soluções transversais. Nesse sentido, há uma crescente literatura dedicada a tratar da relevância de processos de aproximação entre agricultores e consumidores, seja como forma de fomentar mercados diretos, resgate de culturas autóctones, fomento a economias territorializadas locais, criação de redes de resistência frente aos desafios ambientais e climáticos. A partir dessas perspectivas, este capítulo tem como objetivo relatar e analisar a trajetória da Feira dos Agricultores Ecologistas, tida como a primeira feira ecológica do Brasil, localizada na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Surgida no final da década de 1970, por meio de mobilizações de consumidores, ambientalistas e agricultores alternativos, a feira tem sobrevivido a diferentes desafios, criando dinâmicas inovadoras de interação por meio de processos participativos e democráticos e fomentando práticas de comercialização que influenciaram outros empreendimentos na região, se constitui como uma referência para temas como abastecimento da agricultura familiar, ativismo alimentar e resiliência frente às mudanças climáticas.

Introdução

Estamos vivendo um cenário contemporâneo de múltiplas crises – alimentar, ambiental, climática, econômica e democrática – em que desigualdades sociais se agravam. A permanência da fome e da insegurança alimentar e nutricional, os conflitos agrários, a degradação ambiental acelerada, as drásticas perdas da biodiversidade, o impacto nocivo dos alimentos de baixa qualidade na saúde humana são alguns dos alimentos que permeiam as discussões e os desafios atuais para a construção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis (Willett *et al.*, 2019; IPCC, 2022; Preiss e Vasconcellos, 2022; FAO *et al.*, 2024; IPES-Food, 2024).

Uma crescente literatura tem sido dedicada a tratar da relevância de processos de aproximação entre agricultores e consumidores, seja como forma de fomentar mercados diretos, resgate de culturas originárias, fomento

a economias territorializadas, criação de redes de resistência frente aos desafios ambientais e climáticos (Perez-Cassarino e Ferreira, 2013; Gelbcke, D. L. *et al.*, 2018; Moragues-Faus *et al.*, 2020; Meirelles, 2024; Pecqueur, 2024). Como diria Polany (2000), são contramovimentos, movimentos de resistência e de respostas contra hegemônicas. Neste processo, surgem diferentes dinâmicas e alianças entre agricultores e consumidores em processos de aproximação para construção redes de abastecimento alimentar localizadas, em processos de certificação participativa e dinâmicas de soberania alimentar, ou seja, atuando como coparticipes de um sistema agroalimentar mais ético, justo, sustentável (Seyfang, 2006; Holt-Giménez; Shattuck, 2011; Renting, Schermer; Rossi, 2012; Cucco; Fonte, 2016; Signori; Forno, 2019; Preiss, 2023).

A partir dessas perspectivas, este capítulo tem como objetivo relatar e analisar a trajetória da Feira dos Agricultores Ecologistas (FAE), tida como a primeira feira ecológica do Brasil, localizada na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Surgida no final da década de 1970, por meio de mobilizações de consumidores, ambientalistas e agricultores ecológicos, a feira tem sobrevivido a diferentes desafios, criando dinâmicas inovadoras de interação por meio de processos participativos e democráticos e fomentando práticas de comercialização que influenciaram outros empreendimentos na cidade e no Estado. O conteúdo apresentado aqui é resultado de anos de acompanhamento e pesquisa das autoras com a FAE. Ações organizadas a campo para coleta de dados ocorreram em 2004, 2005, 2017, 2020, 2023 e 2025. Em todas essas ocasiões, dados foram levantados por meio de entrevistas com agricultores, consumidores e demais frequentadores. Também foram realizadas análise documental e observação de campo. Ainda que partes do conteúdo aqui apresentado tenham composto outras publicações, o conjunto do material é inédito.

O capítulo está organizado em seis seções. Após esta introdução são relatados os anos iniciais de formação da FAE, seguidos por uma seção que

informa sobre o contexto atual de gestão e composição da feira. A terceira seção traz a formação de uma nova Feira Ecológica do Menino Deus a partir da FAE e a quarta foca no florescimento mais amplo de feiras na cidade e o Conselho de Feiras Ecológicas do Município de Porto Alegre (CFEMPOA). A quinta seção foca em relatar momentos desafiadores enfrentados nos anos recentes, a pandemia da covid-19 e a enchente de maio de 2024. A sexta seção discute avanços e retrocessos com o poder público na construção de uma legislação municipal voltada às feiras ecológicas, sendo o capítulo encerrado com considerações finais.

Assim, focamos em alguns períodos em especial, obviamente deixando de fora inúmeros outros episódios. Mas esperamos que o conteúdo aqui apresentado seja suficiente para explicar o porquê de a FAE ter se tornando uma referência para temas como abastecimento da agricultura familiar agroecológica, ativismo alimentar e resiliência frente às mudanças climáticas.

1. Os primeiros anos

A história da FAE começa com a Cooperativa Ecológica Coolméia, criada em 23 de janeiro de 1978 por membros da Grande Fraternidade Universal (GFU) integrante da Fundação Serge Raynaud de La Ferriere. A cooperativa ficava na garagem da sede da Grande Fraternidade Universal na Rua Dr. Barros Cassal, em Porto Alegre. Tratava-se de um grupo de cerca de 40 pessoas, muitos também pertencentes a militância política de esquerda e o movimento ambientalista, que buscavam uma alimentação vegetariana e ecológica. O país vivia em um regime de ditadura militar e em um contexto agrícola nacional de ápice de implementação da Revolução Verde e da “modernização conservadora”, portanto, a produção e o acesso a alimentos orgânicos eram muito difíceis e a ação social altamente cerceada. A cooperativa nasce com a proposta de articular consumidores urbanos em busca de alimentos diferenciados com agricultores agroecológicos do interior do estado, criando um espaço inédito de comercialização de alimentos sem

uso de aditivos químicos. Inicialmente, a Cooperativa funcionou por meio de um entreposto gerido de forma voluntária pelos consumidores, ofertando especialmente frutas, verduras e leguminosas produzidas sem agrotóxico por agricultores familiares de municípios do interior, relativamente próximos à capital.

A atuação da cooperativa foi crescendo, seja em sócios, público consumidor e número de produtores, acompanhando o processo de mobilização social local. A década de 1980 foi marcada por diferentes escândalos de contaminação dos alimentos por excesso de agrotóxicos, a realização dos primeiros encontros de agricultura orgânica, bem como as primeiras ocupações de terras improdutivas no norte do estado por trabalhadores rurais em busca de melhores condições de vida – era a origem do que se tornaria anos mais tarde o Movimento Sem-Terra, considerado o maior movimento social da América Latina. A cooperativa esteve no centro desses processos e mobilização. A alternativa de criação de mercados para estes agricultores familiares ecologistas não foi apenas buscada com o intuito de prover alimento de qualidade, mas a inserção neste mercado pode ser analisada como a forma encontrada por estes atores de conseguirem permanecer na terra, conservando seu estilo de vida rural e dando novas respostas ao sistema econômico, social, ambiental e político que o Brasil se encontrava.

Após serem divulgadas evidências de que as águas do Rio Guaíba, que circunda a capital, estavam contaminadas com pesticidas agrícolas organoclorados, se desencadeia uma mobilização com o envolvimento de mais 50 organizações da sociedade civil, entre os quais estavam a Coolméia resultando em uma legislação estadual de controle do uso de agrotóxicos. Esta foi a primeira lei do tipo no país, sendo rapidamente contestada na justiça pela indústria química, ainda que sem sucesso. No dia 14 de outubro de 1986, em celebração ao “Dia Mundial da Alimentação” e o “Dia de Luta Contra os Agrotóxicos” ocorreu a primeira feira de produtos orgânicos do Brasil, a

“Tupambaé”, organizada pela Cooperativa Coolméia e outras entidades do movimento ambientalista local, com o intuito de divulgar a produção agroecológica do estado e fomentar práticas sustentáveis (Figura 1). A feira teve como público mais de 13 mil pessoas e contou com uma programação que contava com atividades culturais, arte, meditação, yoga e feira de produtos ecológicos.

Figura 1. A Feira Tupambaé no Parque da Redenção.



Fonte: Fotografia retirada de artigo na Zero Hora¹².

Outras duas edições ocorreram nos anos seguintes e o sucesso fez com que em 1989 a feira se consolidasse como uma atividade mensal no Parque da Redenção, área central da cidade, passando a se chamar Feira dos Agricultores Ecológicos (FAE). Um ano depois, com o crescimento da demanda, a realização da feira tornou-se quinzenal na rua lateral ao Parque e em 1991 a FAE passa a ser semanal (Figura 2), permanecendo assim até os dias de hoje.

¹² Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/almanaque/noticia/2023/01/conheca-glaci-alves-a-mae-das-feiras-ecologicas-de-porto-alegre-clcv0qli3003c01814ecth3an.html>

Figura 2. A Feira Tupambaé passa a ser quinzenal atraindo grande público.



Fonte: Acervo digital da FAE¹³.

Ao longo dos anos 1990, a Coolméia chegou a ter mais de mil associados em três categorias (associados operacionais, associados produtores e associados consumidores), conseguindo além da FAE gerenciar um restaurante e entreposto no bairro Bom Fim, onde também comercializava os alimentos oriundos dos agricultores ecologistas (Figura 3 e 4). A FAE foi ancorada por outras organizações que na maioria dos casos seguem ativas até hoje e que foram cruciais no processo de transição e florescimento da agroecologia no RS e no Brasil, entre elas estão o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Cetap), o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (Capa), o Centro Ecológico, a Fundação Gaia, a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural e a Pastoral da Terra.

¹³ Disponível em: <https://feiraecologica.com.br/fae/sobre-a-fae/#magnific/4/>

Figura 3: Fachada da cooperativa Coolméia em 2025;



Fonte: Acervo pessoal das autoras.

Figura 4: uma edição típica da feira em 2025.



Fonte: Acervo pessoal das autoras.

Desde o início da FAE, foi criado um processo de gestão participativa – um conselho composto por representantes de todas as bancas de produtores e dos consumidores, consolidando não só uma dinâmica de gestão participativa, mas criando efetivamente uma instância de controle social dos processos logísticos, comerciais e éticos que regem a feira, tendo como base as relações de confiança e colaboração dos atores que o compõem. Criou-se a prática de que cada feira inicia com uma reunião dos agricultores feirantes, prática que se mantém até hoje, colocando em pauta as demandas e desafios para a construção conjunta de soluções. Nesta dinâmica participativa que também se cria o regimento interno da feira, com sua forma de gestão, processo de entrada de feirantes, administração de recursos, mas também critérios sobre a qualidade dos produtos a serem comercializados.

Entre as práticas, estava uma dinâmica de visitas “surpresas” realizadas por grupos de agricultores e consumidores às propriedades dos produtores feirantes de forma a conferir pessoalmente as formas de produção, técnicas de plantio e insumos utilizados. Esse processo, que passou também a ser utilizado em Cooperativas e redes de produção e comercialização de alimentos agroecológicos, tal como é o caso da Rede Ecovida de Agroecologia, organização precursora da certificação participativa amplamente estudada na literatura e referência internacional de certificação orgânica (Radomsky, Niederle and Schneider, 2015; Oliveira, Grisa, Niederle, 2020; Ploeg, Ye and Schneider, 2022). Essa também foi a semente para os processos de certificação participativa que se tornaram uma lei federal em 2003 e para a política nacional de produção agroecológica e orgânica, inspirando processos similares em outros países (Niederle, 2014; Cavallet, Canavari, Fortes Neto, 2018; Le Coq *et al.*, 2020).

Importante ressaltar que o mercado que a FAE abriu não diz respeito apenas a alimentos produzidos sem agrotóxicos, mas desde seu início a feira foi chave na consolidação de um mercado para produtos oriundos da reforma

agrária e dos povos tradicionais. Nesse sentido, irrompe o debate sobre a relevância da origem social e política de quem produz nosso alimento, não só em termos de valorizar determinadas categorias – agricultores beneficiários da reforma agrária, indígenas, quilombolas, entre outros, mas também em facilitar a estruturação logística e comercial para que estes segmentos tenham renda, melhores condições de reprodução social e econômica. Esse processo se deu por uma dinâmica dialógica entre os atores, sendo a relação entre agricultores e consumidores o mecanismo de confiança inicial, que com o tempo abriu frente para a criação de outras ferramentas como os diferentes selos que atualmente atestam a origem produtiva e social dos alimentos. Preiss e Vasconcellos (2022) ressaltam como a incorporação massiva de práticas mais ecológicas e socialmente inclusivas nos sistemas agroalimentares requer um engajamento efetivo da sociedade, colocando a FAE como uma referência exemplar de como a ação de atores sociais resultou na formação de novos mercados e dinâmicas agroecológicas, bem como promovendo ações políticas e fomentando os debates que fomentam uma cultura social ecológica mais ampla.

2. Composição e gestão atual

Em 2006, após situações de má gestão e problemas com funcionários, a Coolméia foi encerrada, sendo fechado o restaurante e entreposto. Uma nova entidade foi criada para seguir as atividades da FAE, a Associação de Agricultores Ecologistas Solidários do Rio Grande do Sul (Figura 5). Administrativamente, a Associação tem um coordenador, um vice, um tesoureiro e um secretário com gestões escolhidas por eleição democrática a cada três anos. Também há a atuação de duas Comissões: ética e educativa de forma contínua e permanente, envolvendo três associados em cada uma delas.

Figura 5. Reunião de Fundação da Associação de Agricultores Ecológicos e Solidários do Rio Grande do Sul.



Fonte: Acervo digital da FAE.¹⁴

Existem cerca de 100 associados entre pessoas físicas (agricultores e consumidores) e pessoas jurídicas, mais especificamente entidades coletivas de agricultores tal como é o caso da Associação dos Agricultores Ecológicos de Ipê, e Antônio Prado, Associação de Produtores Ecológicos Companheiros da Natureza e a Associação dos Colonos Ecológicos da Região de Torres (Acert).

Ao todo, a FAE é composta por 44 bancas, das quais 90% são de associados da Associação Agroecológica, tendo sua produção certificada pela Rede Ecovida. A feira ocorre semanalmente (sem interrupção, inclusive em feriados), todos os sábados iniciando às 5h e finalizando às 13h, ocupando a primeira quadra da rua José Bonifácio ao lado do Parque da Redenção. A FAE reúne semanalmente a produção de cerca de agricultores agroecológicos de

¹⁴ Disponível em: <https://feiraecologica.com.br/fae/sobre-a-fae/#magnific/4/>

cinco regiões do RS (Metropolitana, Litoral, Serra, Vales Taquari e Caí) e atende um público semanal que a coordenação da Associação estima que seja de aproximadamente 20 mil pessoas.

As feiras oferecem uma grande variedade de alimentos tais como frutas, legumes, verduras, grãos, panificação, lanches e todo tipo de alimento natural ou minimamente processado como aipim descascado e refrigerado assim como produtos oriundos das agroindústrias certificadas orgânicas como geleias, compotas, sucos e leites vegetais. Além disso, como a feira é realizada por produtores de diversas regiões do Rio Grande do Sul, no verão, podemos ter banana, produto do litoral, ao lado das maçãs e kiwis, vindos da serra, assim como no inverno, outono e primavera teremos os alimentos das estações. Também por causa da diferença das regiões, é comum vermos alimentos com a sazonalidade estendida, pois quando ele acaba em uma região pode estar recém começando na outra, como é o caso dos cítricos que amadurecem primeiro na região central do Estado e mais tarde, na serra. Além de ser um espaço essencial de abastecimento, tendo um papel relevante na segurança alimentar e nutricional da população local, sua atuação inspirou a criação de várias outras iniciativas de abastecimento no estado e país, sejam estas feiras de agricultores familiares, cooperativas, grupos de consumo ou ainda lojas especializadas.

A Associação também contribui diretamente com a FAE viabilizando a contratação de uma jornalista que semanalmente faz a gestão das redes sociais, em que somente a conta do Instagram (@fae.feiraecologica) conta com 23,3 mil seguidores. A rede é bastante ativa, trazendo informações atualizadas sobre as famílias de agricultores, os produtos ofertados, mas também sobre campanhas relevantes e temas sociais nos quais a FAE está envolvida. A Feira é tida como um espaço importante de socialização na cidade, promove com grande frequência atividades culturais (shows, brincadeiras para crianças, transmissão de filmes), rodas de debate, lançamento de livros e festas em datas de relevância, como aniversário da

Feira, Semana da Alimentação, Dia da Agroecologia, entre outros. As pessoas vão para a feira para encontrar amigos, se informar sobre pautas, tomar café, consolidando-se como um espaço de lazer e cultura ecológica, muito além do comércio de alimentos.

Entre um dos exemplos das campanhas e práticas incentivadas pela FAE está a redução do consumo de plástico. Desde 2018, a FAE iniciou uma campanha para reduzir o uso de sacolas plásticas na feira, criando a cultura de que os consumidores levem suas sacolas reutilizáveis (Figura 6). Desde 2020, não são distribuídas mais sacolas, ficando este item a cargo dos consumidores. Também é comum que embalagens utilizadas para os alimentos, como garrafas, vidros, bandejas sejam devolvidos aos produtores após o uso, criando uma dinâmica de reutilização dos materiais.

Figura 6. Uso de sacolas de pano na FAE.



Fonte: Acervo digital da FAE¹⁵.

¹⁵ Disponível em: <https://feiraecologica.com.br/fae/sobre-a-fae/#magnific/4/>

3. Ampliando a ação na cidade: a Feira Ecológica do Menino Deus

A experiência da FAE foi fundamental e inspiradora para outras feiras na cidade. Em 1994, a segunda feira agroecológica de Porto Alegre iniciou suas atividades no bairro Menino Deus, no início da zona sul da cidade. É a Feira Ecológica do Menino Deus, hoje com 32 anos de funcionamento (Figura 7). Para que um acontecimento tão grande como a criação de uma feira ecológica possa se dar de maneira material, acontecer de fato, uma série de outras questões estavam sendo mobilizadas anteriormente. É necessário que os atores que farão este grande evento acontecer se reconheçam dentro de uma rede e que estejam apropriados de uma série de modos de fazer. Esta rede de reconhecimentos estava em ebulição com o sucesso da FAE, os movimentos ecológicos do campo impulsionados pela Pastoral da Terra e Centro Ecológico, junto com os consumidores organizados na Coolméia, mas não só.

Figura 7. Inauguração da Feira Ecológica do Menino Deus.



Fonte: Acervo digital da FAE¹⁶.

¹⁶ Disponível em: <https://feiraecologica.com.br/fae/sobre-a-fae/#magnific/4/>

Um dos jovens agricultores agroecológicos que estava ajudando a iniciar a feira, ao ser entrevistado por Oliveira (2014), relata que a viagem de ônibus da associação ecológica que levava os agricultores de Ipê às feiras em Porto Alegre durava cerca de 8h de ida e volta, e que este era um espaço privilegiado para a troca de informações sobre agricultura ecológica. Isto é, com todos esses novos encontros que estavam se estabelecendo semanalmente, os diálogos estavam em constante florescimento entre todos os atores que estavam agindo nesta cena. A Feira Ecológica do Menino Deus se originou com uma comissão de feirantes e consumidores em associação com o Estado do Rio Grande do Sul e a Prefeitura de Porto Alegre.

Após consolidar uma parceria com o Governo do Estado, a nova feira sai do papel e ganha um espaço: o pavilhão da Agricultura Familiar dentro da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul, dando início a segunda feira ecológica mais antiga de Porto Alegre. Este lugar é simbólico para o movimento ecológico, visto que é terra pública, era o Parque de Exposições da cidade que desde 1910 recebia feiras de exposição agrícola, que viriam a ser a Expointer¹⁷. Ali também foram realizados pronunciamentos de Getúlio Vargas enquanto presidente, além de outros eventos de relevância. A agricultura familiar ecológica ocupar este espaço atualmente é, para os gestores da feira, um marco de ressignificação do que é a agricultura hoje no país. A primeira feira aconteceu em 1993, no sábado, e logo depois, a feira de quarta-feira também já estava ocorrendo no mesmo local.

Hoje, as duas feiras ecológicas que acontecem nas quartas-feiras e nos sábados no Menino Deus não aparentam visivelmente ser tão diferentes entre si. Um novo freguês pode não perceber, à primeira vista, as diferenças das feiras. No entanto, elas possuem comissões diferentes e atendem diferentes públicos, assim como tem regras, preços, culturas e propósitos distintos. A feira que acontece na quarta-feira, oficialmente chamada de Feira da Cultura

¹⁷ A Expointer é uma feira agropecuária de destaque nacional realizada no Rio Grande do Sul. É considerada a maior feira de exposição de animais da América Latina e reúne público do Brasil inteiro.

Ecológica e originalmente apresentava-se música ao vivo, rodas de conversa e oficinas diversas sobre cultura ecológica, assim como ações de reciclagem, conscientização e performances artísticas. Já na feira dos sábados, a Feira da Biodiversidade havia recorrentes troca de sementes crioulas, doação de mudas e experimentações de alimentos. Feiras de artesanato, banco do tempo, economia solidária, sopão comunitário, oficinas de movimento, rodas de conversa sobre agroecologia são outros exemplos de atividades comuns nas feiras do Menino Deus nestes trinta anos de história, e aos poucos, os eventos que aconteciam em uma também aconteciam na outra. Na feira de sábado tem música ao vivo, mesmo sendo mais raro do que nas de quarta, e nas feiras de sábado tem mais ações culinárias, evento mais raro nas feiras de quarta. Para os frequentadores é nítido que termos como “cultura ecológica” e “biodiversidade” são tão importantes como o produto orgânico em si. Não é à toa que as feiras não se chamam “feiras do produto orgânico”, e sim, “feira ecológica”, um espaço onde podemos encontrar “muito mais que produto orgânico” (Vasile e Thome, 2022). Anualmente os aniversários da feira são comemorados (Figura 8).

Hoje em dia, é difícil encontrar alguém que se refere a ambas as feiras com seus nomes originais, e comumente se fala delas como “a feira de quarta do menino deus” ou “a feira de sábado do menino deus”, ou, somente, Feira Ecológica do Menino Deus. Ambas continuam com número expressivo de feirantes e um amplo leque de variedades, sendo possível encontrar de tudo que há em qualquer outra feira ecológica grande da cidade de Porto Alegre: frutas, verduras, legumes, grãos, temperos, biscoitos, lácteos e lanches prontos. A variedade encontrada nas feiras se deve à amplitude territorial dos agricultores que se dividem bem entre a região da serra, litoral norte e região metropolitana. Os assentamentos da reforma agrária também estão presentes em ambas as feiras com número considerável de assentados e suprimindo a feira também com grande variedade, em geral esses produtores estão focados na biodiversidade alimentar.

Figura 8. Aniversário de 25 anos da Feira Ecológica do Menino Deus no ano de 2018.



Fonte: Acervo pessoal das autoras.

Novamente, há um regimento interno da feira que estrutura o papel da comissão de feira como gestora, a participação de agricultores de todas as bancas, representações de consumidores, processos de entrada, qualidade dos produtos comercializados e outros elementos que dão o caráter de coletividade na organização da feira. Em 2019 foi realizado um censo na feira para levantar questões básicas do perfil dos consumidores de sábado (GALARÇA, 2022), assim que em gênero, são páreos, com uma maioria branca (91% são brancos), com perfil de renda igualmente distribuído, idades mais acumuladas entre adultos e maior idade e escolaridade alta (67% têm ensino superior completo). Essas informações encontram respaldo em outros trabalhos sobre o tema e sobre o perfil em geral dos frequentadores de feiras orgânicas.

4. O florescimento de novas feiras na cidade e o surgimento do Conselho de Feiras Ecológicas

Ao longo dos anos novas feiras foram surgindo. Atualmente, das 25 feiras agroecológicas e orgânicas existentes no município, nove acontecem em espaços públicos, sendo todas protagonizadas por agricultores familiares. São elas: Feira dos Agricultores Ecologistas (FAE), a Feira Ecológica do Menino Deus, a Feira Ecológica do Bom Fim, a Feira Ecológica da Tristeza, a Feira Ecológica Três Figueiras, a Feira Ecológica André Forster, a Feira Ecológica Lindóia, a Feira Ecológica Auxiliadora e a Feira Ecológica do Centro Administrativo Municipal Guilherme Socias Villela (mais recente). Na grande maioria dos casos, as novas Feiras foram se formando por demanda de associações de bairro que solicitaram às comissões das feiras já existentes uma feira específica na sua localidade, criando a partir daí uma demanda de público e sendo organizada uma comissão para estruturar a nova feira, buscando agricultores interessados. A Associação de Agricultores Ecologistas e Solidários do Rio Grande do Sul está presente nas nove feiras por meio de seus associados.

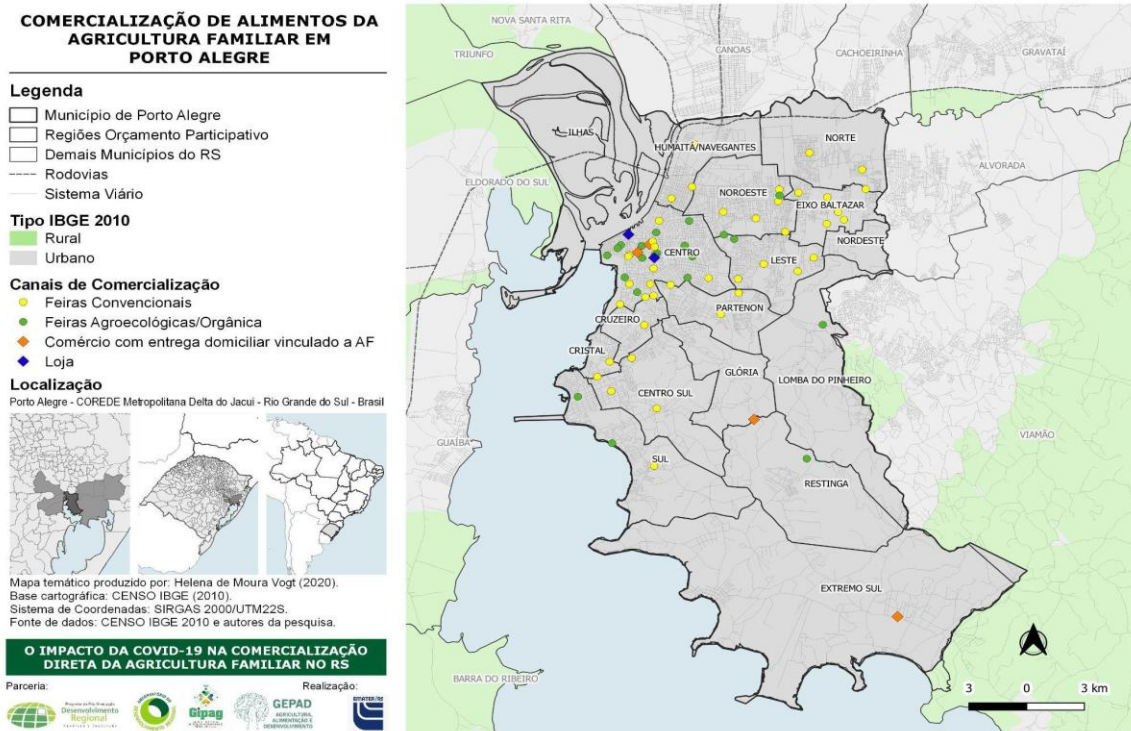
Cada feira tem representantes compondo assentos no Conselho de Feiras Ecológicas do Município de Porto Alegre (CFEMPOA) de Porto Alegre, um colegiado criado em 2006 que tem importante papel na gestão das feiras e no diálogo com o município. O número de representantes no Conselho varia conforme o tamanho da Feira, a cada 10 bancas a feira tem direito a um representante sendo a vaga sempre vinculada a um titular e um suplente. Cada Feira tem também seu regimento interno próprio estabelecendo seus regramentos de funcionamento e uma Comissão de Feira em que um corpo diretivo é eleito para fazer o papel de representação frente a outras entidades, inclusive o Município. Em 2012, o Conselho foi regulamentado na Resolução Municipal 03/2012 como Conselho Gestor das Feiras Ecológicas, mantendo a presidência pela sociedade civil e tendo representações do poder público por meio de funcionários da Emater-RS, do Ministério da Agricultura e Pecuária

(Mapa) e do Centro Agrícola Demonstrativo (CAD). O CFEMPOA é um espaço democrático que além de intermediar e definir o processo de condução das feiras, se torna um espaço de permanente diálogo entre o poder público e as demandas dos agricultores e consumidores da cidade.

Em seu conjunto, as feiras têm um papel altamente relevante não só para a segurança alimentar e nutricional da população da capital, como são uma fonte de renda essencial para um conjunto de famílias agricultoras do estado. Além disso, quase todos os feirantes têm outros canais de comercialização, ou seja, vendem seu produto em outros espaços com outros formatos e são eles, principalmente: compras públicas, restaurantes, supermercados, outras feiras e entrega em casa aos consumidores. A diversidade de canais de abastecimento dos feirantes reforça uma tese de que quanto mais resistente é essa família agricultura às pressões externas, mais diversificada ela é (Schneider 2016; Galarça, 2022)

Ainda que seja um número relativamente interessante de Feiras quando comparada a outras capitais, a popularização dos alimentos agroecológicos ainda é um desafio. Outro elemento que não pode deixar de ser problematizado é que a ocorrência das Feiras Ecológicas é altamente concentrada na região central e em bairros abastados da cidade (Figura 9). Infelizmente, essa tem sido uma tendência corroborada em outros municípios analisados na mesma pesquisa, mas também em outros estados brasileiros, conforme as evidências de Castro Junior (2018), Zocchio & Hirota (2020) e Bocchi *et al.* (2020). Essa discussão, que tem sido reconhecida na literatura pelo conceito de desertos alimentares, é crucial para o atendimento da SAN, visto que o acesso físico da população a alimentos de qualidade é um dos elementos mais basilares do direito humano à alimentação.

Figura 9. Mapa de Comercialização de alimentos da agricultura familiar em Porto Alegre, com identificação das feiras ecológicas em pontos verdes.



Fonte: Preiss *et al.*, 2020.

As demais 16 feiras agroecológicas e orgânicas acontecem em espaços fechados, como centros de ensino, shoppings e centros culturais, já o processo de organização e gestão varia conforme cada caso. Ainda que em diferentes medidas, podemos dizer que todas estas feiras foram influenciadas pela atuação pioneira da FAE, seja porque sua existência atual visa dar vazão a uma demanda crescente por produtos agroecológicos, seja porque seus processos de organização, logística e gestão tem na maioria dos casos inspiração em processos experienciados e aprimorados pela FAE.

5. Resiliência em tempos de crise: a pandemia da covid-19 e a enchente de maio de 2024

Nos anos recentes, dois grandes desafios afetaram a FAE – a pandemia da covid-19 e a enchente de maio de 2024. Em março de 2020, quando começaram as primeiras medidas de proteção e afastamento social em Porto

Alegre como forma de combater a covid-19, não havia uma diretriz clara sobre os processos de contaminação em espaços comerciais, ficando a cargo dos municípios proporem medidas de restrição. A Prefeitura de Porto Alegre emitiu em 20 de março de 2020 o decreto 20.521 que determinava que feirantes oriundos de outros municípios estavam proibidos de comercializar na cidade. Considerando os dados já apresentados que boa parte dos feirantes são provenientes de municípios do entorno e regiões próximas, a medida foi altamente impactante, inviabilizando a realização das feiras, inclusive a FAE que pela primeira vez em todos seus anos de atuação teve apenas duas bancas em um sábado pela manhã.

Rapidamente foi criada uma mobilização liderada pelo CFEMPOA, a Associação Agroecológica, a Rede Metropolitana de Agroecologia (Rama), Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS), a Associação dos Consumidores e Feirantes Ecológicos do Rio Grande do Sul (ACONFERS) e com o apoio do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea-RS). Esse grupo de trabalho estruturou um “Plano de Contingenciamento de Danos relativo ao Coronavírus” em que uma série de medidas foram elaboradas visando o cuidado com agricultores e consumidores, de forma a poder manter as atividades das feiras. Entre as medidas estavam: 1. alterações no processo de transporte e logística dos alimentos para a feira; 2. mudanças na conformação física de feira com o distanciamento de no mínimo de 2m entre as bancas; 3. redução do número de agricultores comercializando em cada banca; 4. fornecimento de materiais de higienização nas bancas e em diferentes pontos das feiras; 5. maior acondicionamento dos produtos comercializados; 6. Cancelamento de degustações de alimentos e atividades culturais; 7. Criação de um sistema de encomenda prévia de produtos com os agricultores para rápida retirada no dia da feira; 8. Priorização de pagamentos via aplicativo Papayas¹⁸ ou transferências, evitando o uso de papel e moedas e, finalmente, 9. Produção

¹⁸ A Papayas é um aplicativo de meio de pagamento e de vale alimentação exclusivo para uma rede de alimentação sustentável com o objetivo de incentivar a saúde das pessoas, do meio ambiente e a economia local.

de uma forte campanha de educação e orientação aos consumidores, seja na feira ou nas redes sociais (Preiss, 2020).

De forma paralela a elaboração do Plano de Contingenciamento, foi realizada também uma forte mobilização social com o público geral demandando a retomada das feiras e a entrada dos agricultores na cidade, tendo um resultado positivo em reverter o decreto, que durou apenas uma semana. Assim, as atividades da feira foram retomadas com uma série de cuidados que se tornaram exemplares, pois promoveram medidas de prevenção mais cuidadosas do que outros espaços comerciais na cidade (figuras 10 e 11). A cada edição de feira, equipes voluntárias de consumidores eram mobilizadas para auxiliar na implementação e monitoramento das ações, cuidando do fluxo de pessoas circulando e orientando o público em geral.

Figuras 10 e 11. Adaptações na FAE frente a pandemia da covid-19



Fonte: Acervo digital da FAE.

A atuação coletiva dos agricultores e consumidores durante a pandemia demonstrou uma alta capacidade de resiliência para se adaptar ao novo contexto de forma a preservar suas atividades de comercialização com ações que reduziram a exposição dos produtores e consumidores ao vírus, à medida que mantiveram, ainda que em parte, a renda dos agricultores e o fluxo de

alimentos de qualidade para a população, criando um contexto de menor vulnerabilidade sócio econômica e alimentar aos atores de ambas as pontas da cadeias alimentar (Tiftonell *et al.*, 2021).

Apesar do cuidado, o público foi reduzido em cerca de 50% durante o período, acarretando a redução da renda de agricultores. Por outro lado, as estratégias criadas para reação e adaptação a covid abriram novos caminhos. Por exemplo, devido à redução no movimento das Feiras muitos agricultores e seus coletivos iniciaram processos de comercialização via entrega domiciliar de alimentos criando, assim, alternativas de comercialização e aumentando seu público consumidor. A FAE há anos demandava o fechamento da rua para carros aos sábados de forma a ter maior espaço e segurança de circulação. Com a aplicação do distanciamento de 2m entre as bancas, a feira teve que ir além da calçada e “invadir” a rua José Bonifácio. Na prática, se mostrou um modelo muito mais interessante e seguro para a feira e a autorização emitida em caráter temporário durante a pandemia, se tornou permanente.

Em maio de 2024, Porto Alegre foi acometida por uma grande calamidade pública. Uma sequência prolongada de chuvas ao longo de 35 dias resultou em uma precipitação acumulada de 652mm (até 900 mm em algumas áreas), quantidades normalmente esperadas ao longo de cerca de meio ano. Esse processo levou a uma dinâmica de alagamentos generalizados pela cidade, com o transbordamento do Rio Guaíba que banha a cidade. As áreas baixas da cidade foram fortemente inundadas, levando a um colapso generalizado da cidade, com rompimento do fornecimento de eletricidade e de abastecimento de água potável, a circulação foi interrompida em diversas vias, inclusive nos pontos de entrada no Município (Pilar e Overbeck, 2024). As enchentes de maio de 2024 foram consideradas o maior desastre natural da história do Rio Grande do Sul e um dos maiores do Brasil, afetando cerca de 2,4 milhões de pessoas em 478 municípios, causando 183 mortes e prejuízos econômicos estimados na casa dos bilhões de reais (Brasil, 2025).

Dados levantados pela Emater-RS/Ascar relatam que para além do impacto social, nas áreas rurais ocorreram vários danos em instalações como casas, galpões, armazéns, silos, estufas e aviários, afetando 19.190 famílias rurais, com 9.158 localidades atingidas. Inúmeras lavouras foram afetadas e o escoamento da produção de 4.548 comunidades foi paralisado devido a problemas nas estradas (SDR, 2024). Entre os impactos na produção, as estimativas são de que foram fortemente afetados 48.674 produtores de grãos, 8.000 fruticultores e ao menos 8.049 horticultores, resultados que repercutiram na cadeia de abastecimento de alimentos e economia estadual (SDR, 2024). Importante considerar que os prejuízos causados pelas chuvas têm repercussões de médio a longo prazo, por exemplo, a SDR (2024) avaliou que quase três milhões de hectares de terras perderam a fertilidade após o impacto das enchentes, visto que a enxurrada levou parte dos nutrientes necessários para a produção, tornando necessário medidas de recuperação do solo que pode durar meses ou até anos.

A localidade mais impactada no estado foi o município de Eldorado do Sul, localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre. Com uma população total de 39.556 habitantes, cerca de 32 mil foram desalojadas visto que 100% da área urbana da cidade foi atingida pela água, além de boa parte da área rural (Vilela, 2024). O município abriga sete assentamentos da Reforma Agrária vinculados ao Movimento Sem Terra (MST), que reúnem 328 famílias, sendo todos fortemente atingidos (Figura 12 e 13). Só a perda de produção de arroz agroecológico irrigado nos assentamentos de Eldorado do Sul foi de 19 mil toneladas.

Figuras 12 e 13. Inundação de maio de 2024 no ano passado arrasou o Assentamento Integração Gaúcha; perdas nas hortas no Assentamento Apolônio de Carvalho (ambos em Eldorado do Sul).



Fonte: MST-RS e SDR (2024).

Com a enchente que assolou o estado, as feiras demonstraram resiliência em adaptar-se ao novo momento e agilidade no processo de aprendizagem de novas práticas necessárias para o momento. Ainda que a situação fosse bastante distinta, a experiência coletiva de mobilização para lidar com a pandemia auxiliou em muito, pois garantiu uma resposta ágil e rápida das Comissões de Feiras e Conselho. O impacto da enchente ocorreu principalmente afetando diretamente as famílias de agricultores e consumidores em diferentes formas e intensidades, variando de pequenas perdas na colheita a desalojamento e perda de casas e áreas de produção. Por meio do CFEMPOA foi organizada uma campanha de doação. Recursos financeiros direcionados para uma conta bancária. Doação de alimentos, roupas, materiais de limpeza e outros itens eram recebidos nas diferentes unidades de feira e agrupados em um ponto central de gerenciamento próximo as feiras do Bom Fim (Figuras 14 e 15). Foi realizada uma ficha de avaliação de impacto circulando entre as famílias para avaliar de que forma foram afetadas e que tipo de apoio precisavam. A partir disso, os recursos tanto financeiros como materiais foram distribuídos, dando prioridade aos afetados mais gravemente.

Figura 14. Agricultor disponibilizando água para consumidores na Feira.

Figura 15. Cartaz para mobilizar doações das feiras.



Fonte: Acervo digital FAE.

Do lado dos agricultores, os mais impactados foram justamente as famílias dos assentamentos de Eldorado do Sul, e houve uma mobilização social a partir da feira para ajudar estas famílias a se reerguer, desde mutirões de limpeza, carretos com doações de roupa, alimento, água e ajuda financeira. Tendo em vista que muitos consumidores ficaram sem abastecimento de água, agricultores que tinham poço (ou outras formas de acesso) traziam água potável de suas propriedades e distribuíam nas feiras aos consumidores. A dinâmica de solidariedade e reciprocidade presente constantemente durante esses eventos extremos, demonstra a força dos laços existentes que são construídos a partir das feiras.

Um elemento que não pode deixar de ser mencionado é que apesar de Eldorado do Sul ter praticamente ficado 30 dias fortemente alagada, apenas três meses após as enchentes a produção de hortaliças pode ser retomada nos Assentamentos do MST. Um estudo realizado por pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) analisou amostras do solo do local e verificou que este se manteve quase inalterado, com poucas alterações significativas nas características físicas e químicas (Audi, 2024). A explicação está no manejo agroecológico realizado pelos agricultores assentados, que usam a rotação de culturas, manutenção de cobertura vegetal

rica, produção diversificada e sazonal dos plantios e obviamente, sem qualquer tipo de agrotóxico. Em conjunto, essas práticas ajudaram a evitar a erosão e, conseqüentemente, a perda de fertilidade do solo. A notícia foi comemorada não só pelos agricultores diretamente envolvidos, mas por todas as feiras e seus apoiadores visto que o resultado corrobora a relevância da agroecologia e sua eficácia no combate e mitigação dos efeitos das crises climáticas.

6. Avanços e retrocessos com o poder público na construção de uma legislação municipal

A tramitação recente de uma nova legislação municipal regulamentando as feiras na cidade, requereu novamente resiliência da FAE e acabou por explicitar uma dinâmica retrógrada e autoritária do poder público frente a feira e seus atores para a construção de uma legislação municipal. Apesar de uma longa trajetória de atuação no município, até recentemente a legislação que de alguma forma orientava a ação dos feirantes era a Lei dos Ambulantes (Lei n.º 10.605/2008), que de forma prática, muito pouco condiz com a dinâmica e proposta de funcionamento das feiras ecológicas. Posteriormente, foi lançada a Resolução Municipal n.º 03/2012 que tratava diretamente das feiras e foi construída em colaboração entre agricultores feirantes, consumidores e o poder público. Ainda que tenha sido um avanço (por exemplo, regulamentou a existência do CFEMPOA conforme já informado), a resolução deixava pontos importantes em aberto e como resolução não tem a mesma força jurídica de uma lei.

Visando uma legislação mais qualificada, o CFEMPOA iniciou em 2018 um processo interno de diálogo para a formulação de uma lei que estivesse alicerçada na realidade vivida pelas feiras ecológicas, atendesse às demandas de seus atores (feirantes e consumidores), respeitando os espaços públicos utilizados, e honrando bandeiras históricas na forma de gestão utilizada desde 1989. Os diálogos foram interrompidos com a emergência da pandemia de

covid-19 e retomados em 2023. Ano em que dois Seminário foram mobilizados pelo CFEMPOA, abertos à participação pública para discussão do tema, sendo o 1º Seminário realizado em 13 de março e o segundo em 8 de maio (Figura 16), resultando em documento que trazia o acúmulo deste debate centrado e organizado em seis eixos temáticos: o papel e as atribuições do Conselho de Feiras Ecológicas do Município de Porto Alegre; o papel e as atribuições das Unidades de Feiras Ecológicas; critérios para a admissão, suspensão e exclusão de feirantes; inclusão de novos produtos para produtores que já integram as feiras; manutenção do papel histórico do Centro Agrícola Administrativo; sucessão familiar e questões éticas.

Figura 16. 2º Seminário sobre a Lei das Feiras Ecológicas foi realizado no Plenarinho da Assembleia Legislativa do RS.



Fonte: Elson Schroeder, publicada no Brasil de Fato¹⁹.

¹⁹ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/08/feiras-ecologicas-de-porto-alegre-seminario-aprofunda-debate-para-criacao-de-projeto-de-lei/>

Em 5 de junho do mesmo ano, foi realizada uma reunião ordinária do CFEMPOA, aberta à comunidade, com ampla divulgação e com a presença do então secretário municipal de Governança Local e Coordenação Política (SMGOV), Cássio de Jesus Trogildo, que de forma pública se comprometeu de considerar as questões trazidas pelo Conselho e dialogar com o colegiado para a produção de uma nova legislação. No entanto, apenas dois dias depois, em 07 de junho a Prefeitura publicou no DO a Resolução n.º 002/2023, disciplinando a realização das Feiras, sem considerar os debates realizados pelo CFEMPOA, Representantes do poder público realizaram encontros com alguns grupos e famílias específicas de agricultores, no entanto não se dispuseram a participar das reuniões do Conselho ou considerar de forma efetiva o acúmulo dos debates realizados.

O processo intensificou a mobilização do Conselho e das feiras, bem como uma campanha pública para apoio e mobilização da sociedade civil, tendo sido pauta de diferentes reportagens. Algumas reuniões foram realizadas com a Prefeitura, intermediada por Vereadores da oposição, apesar de proclamar diálogo publicamente, na prática a prefeitura manteve uma postura refratária na alteração da resolução.

Em 19 de outubro de 2023, a Prefeitura protocolou na Câmara de Vereadores de Porto Alegre o Projeto de Lei do Executivo (PLE) n.º 037/23, com vistas a regulamentação das Feiras Ecológicas de Porto Alegre, com pedido de votação com carácter de urgência, novamente com uma redação que não contemplava as discussões do Conselho. Novas mobilizações sociais foram realizadas e inclusive uma Audiência pública na Assembleia Legislativa convocada pelo deputado estadual Adão Pretto (PT). Ao longo do processo, seis emendas propostas pelo CFEMPOA foram adicionadas por intermédio da vereadora Abigail Pereira (PCdoB), buscando atender em parte as demandas apresentadas pela sociedade civil. O projeto foi aprovado por unanimidade pelos vereadores da Câmara Municipal e se tornou lei em 19 de janeiro de 2024 (Lei n.º 13.841, de 5 de junho de 2019).

Foram 11 meses de forte embate, que como era de se esperar também gerou diversos desgastes ao CFEMPOA, divergências internas foram acirradas visto que é difícil encontrar consenso em um grupo tão amplo e diversos de pessoas, em especial, dentro de um contexto de pressão e coação. Considerando que a proposta final não contemplou uma série de demandas solicitadas pelos agricultores ecologistas, a Associação Agroecológica entrou com uma ação junto à Câmara de Vereadores solicitando a anulação da lei, estando o processo em andamento. A principal questão em jogo se refere à autonomia da gestão participativa e protagonizada pela sociedade civil, que com a lei em vigor se torna reduzida e mediada pelo poder público. Os dirigentes da Associação Agroecológica ressaltam que a FAE atravessou décadas mantendo sua existência e aumentando sua resiliência em parte, por conseguir criar um processo paralelo e autônomo de gestão que não fica à mercê da gestão administrativa municipal sujeita a alterações ideológicas a cada quatro anos.

Considerações finais

Atualmente a Feira dos Agricultores Ecológicos (FAE) celebra 34 anos de atuação, que se somados à experiência prévia da Cooperativa Ecológica Coolméia, aumenta para 47 anos. Os episódios aqui descritos são apenas pequenas pinceladas recortadas dessa trajetória, havendo muitos outros processos não mencionados, bem como desafios sejam nas relações sociais, sejam nos processos comerciais. No entanto, acreditamos que o relato aqui apresentado seja suficiente para exemplificar a relevância da colaboração entre agricultores e consumidores para os processos de transição agroecológica, construção de mercados e fomento a uma cultura ecológica, democrática e participativa.

Também ajudam a exemplificar o que pode significar em termos práticos a quantidade de elementos, tarefas e desafios que a gestão e a manutenção das feiras requerem ao longo dos anos, passando desde

inovações e transformações produtivas, criação de processos institucionais, dinâmicas comerciais diferenciadas, mas principalmente a estabelecimento de relações colaborativas e criação de espaços de diálogo, negociação e aprendizagem conjunta de novas formas de fazer. Em seus anos de trajetória, a FAE gerou muitos frutos, sendo reconhecida não só pelos produtos que vende e o espaço social privilegiado que abriga, mas também pela seriedade dos atores que a promovem e seu compromisso em fomentar processos sociais e ecológicos transformadoras, sendo efetivamente um laboratório de experimentações produtivas, comerciais, institucionais e políticas.

Referências

AUDI, A. **MST: produção no RS manteve solo preservado após enchentes**. Disponível em: <<https://apublica.org/2024/10/producao-do-mst-no-rs-manteve-solo-preservado-apos-enchentes/>>. Acesso em: 28 maio. 2025.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **AS ENCHENTES NO RIO GRANDE DO SUL. LIÇÕES, DESAFIOS E CAMINHOS PARA UM FUTURO RESILIENTE**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/noticias-e-eventos/noticias/estudo-aponta-que-enchentes-de-2024-foram-maior-desastre-natural-da-historia-do-rs-e-sugere-caminhos-para-futuro-com-eventos-extremos-mais-frequentes>

CAVALLET, L.E.; CANAVARI, M.; FORTES NETO, P. Sistema de garantia participativa, equivalência e controle de qualidade em um estudo comparativo sobre sistemas de certificação orgânica na Europa e no Brasil. **Revista Ambiente & Água**, v. 13, p. e2213, 2018.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP, & WHO. (2024). **The State of Food Security and Nutrition in the World 2024**. FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. <https://openknowledge.fao.org/handle/20.500.14283/cd1254en>

FONTE, M.; CUCCO, I. Cooperatives and alternative food networks in Italy. The long road towards a social economy in agriculture. **Journal of rural studies**, v. 53, p. 291-302, 2017.

GALARÇA, A. **ATORES, INSTITUIÇÕES SOCIAIS E OS CONTRAMOVIMENTOS DA AGROECOLOGIA NO RIO GRANDE DO SUL: a construção social da Feira Ecológica do Menino Deus em Porto Alegre (RS)**. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022.

GELBCKE, D. L. *et al.* A “proximidade” nos circuitos de abastecimento de alimentos orgânicos da Grande Florianópolis–SC–Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 3, p. 539-560, 2018.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (SDR). **IMPACTOS DAS CHUVAS E CHEIAS EXTREMAS NO RIO GRANDE DO SUL EM MAIO DE 2024**. Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos/202406/relatorio-sisperdas-evento-enchentes-em-maio-2024.pdf>

HOLT GIMÉNEZ, E.; SHATTUCK, A. Food crises, food regimes and food movements: rumblings of reform or tides of transformation? **The Journal of peasant studies**, v. 38, n. 1, p. 109-144, 2011.

IPCC. (2022). **Climate Change and Land: IPCC Special Report on Climate Change, Desertification, Land Degradation, Sustainable Land Management, Food Security, and Greenhouse Gas Fluxes in Terrestrial Ecosystems** (1º ed). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781009157988>

IPEF-Food (2024). **Food from somewhere: building food security and resilience through territorial markets.**

LE COQ, J.F. *et al.* Public policy support for agroecology in Latin America: Lessons and perspectives. **Global Journal of Ecology**, v. 5, n. 1, p. 129-138, 2020.

MACHADO, A. **Feiras Ecológicas de Porto Alegre: seminário aprofunda debate para criação de projeto de lei.** Brasil de Fato, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/08/feiras-ecologicas-de-porto-alegre-seminario-aprofunda-debate-para-criacao-de-projeto-de-lei/>.

MEIRELLES, L. **A Certificação de Produtos Orgânicos - caminhos e descaminhos.** Ipê, RS.: Centro Ecológico, 2003. Disponível: <https://vozes.centroecologico.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Certificacao-caminhos-e-descaminhos.pdf>.

MORAGUES-FAUS, A. *et al.* **Building diverse, distributive, and territorialized agrifood economies to deliver sustainability and food security.** *Economic Geography*, v. 96, n. 3, p. 219-243, 2020.

NAVARRO, R. S.; GANZO, A.; PREISS, P.V. **A Cooperativa de Consumidores de Produtos Ecológicos de Três Cachoeiras: fomentando saúde e responsabilidade ambiental** In: *Desafios e tendências da alimentação contemporânea: consumo, mercados e ação pública*. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023, p. 219-224. <http://hdl.handle.net/10183/256162>.

NIEDERLE, P.A. Os agricultores ecologistas nos mercados para alimentos orgânicos: contramovimentos e novos circuitos de comércio. **Sustentabilidade em debate. Brasília, DF. Vol. 5, n. 3 (set./dez. 2014), f. 79-97**, 2014.

OLIVEIRA, D.; GRISA, C.; NIEDERLE, P. Inovações e novidades na construção de mercados para a agricultura familiar: os casos da Rede Ecovida de Agroecologia e da RedeCoop. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 25, n. 1, p. 135-163, 2020.

PECQUEUR, B. (2024). **Can the territorial food system provide solutions to recurring crises in the global food system?** *Italian Review of Agricultural Economics (REA)*, 79(1), 5–14. <https://doi.org/10.36253/rea-15170> (Original work published May 17, 2024).

PEREZ-CASSARINO, J.; FERREIRA, A.D. **Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma leitura a partir da Rede Ecovida de agroecologia.** In: NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado (org.). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. [S. l.]: Kairós Edições Ltda, 2013. p. 171–213.

PILLAR, V. D.; OVERBECK, G. E. Learning from a climate disaster: The catastrophic floods in southern Brazil. **Science**, v. 385, n. 6713, p. eadr8356, 2024.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época.** 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PREISS, P.V *et al.* **Relatório de Resultados Preliminares da Pesquisa “O impacto da COVID-19 na comercialização direta da agricultura familiar no RS”**: Regiões Metropolitana do Delta do Jacuí e Vale do Rio Pardo. Santa Cruz do Sul: OBSERVA-DR, 2020.

PREISS, P.V. **Challenges facing the COVID-19 pandemic in Brazil: lessons from short food supply systems.** *Agriculture and Human Values*, v.1, 2020. <https://link.springer.com/article/10.1007/s10460-020-10062-4>

PREISS, P.V; VASCONCELLOS, F.C.F. **The role of Civil Society in sustainable food systems: insights from the Brazilian experience.** *In: SCHNEIDER, S.; PREISS, P.V; MARSDEN, T. (org) Food and Agriculture in Urbanized Societies: Pathways for a Better Future Research in Rural Sociology and Development*, 26, London: Emerald Publishing, 2022. <https://doi.org/10.1108/S1057-192220220000026012>

RENTING, H. *et al.* Building food democracy: Exploring civic food networks and newly emerging forms of food citizenship. **The International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, v. 19, n. 3, p. 289-307, 2012.

SCHNEIDER, S. Mercados e Agricultura familiar. *In: MARQUES, F.; CONTERATO, M; SCHNEIDER, S. Construção de Mercados e Agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

SEYFANG, G. Ecological citizenship and sustainable consumption: Examining local organic food networks. **Journal of rural studies**, v. 22, n. 4, p. 383-395, 2006.

SIGNORI, S.; FORNO, F. Consumer groups as grassroots social innovation niches. **British Food Journal**, v. 121, n. 3, p. 803-814, 2019

TITTONELL, P.*et al.* **Emerging responses to the COVID-19 crisis from family farming and the agroecology movement in Latin America - A rediscovery of food, farmers and collective action.** *Agricultural Systems*, v.190, p.103098, 2021. *doi:10.1016/j.agsy.2021.103098*. <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0308521X21000512>.

VAN DER PLOEG, J.D.; YE, J.; SCHNEIDER, S. Reading markets politically: on the transformativity and relevance of peasant markets. **The Journal of Peasant Studies**, v. 50, n. 5, p. 1852-1877, 2023.

VILELA, P. **Depois de ficar totalmente inundada, Eldorado do Sul tenta se reerguer.** Agência Brasil, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/depois-de-ficar-totalmente-inundada-eldorado-do-sul-tenta-se-reerguer>.

WILLETT, W., *et al.* (2019). Food in the Anthropocene: The EAT–Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems. **The Lancet**, 393(10170), 447–492. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(18\)31788-4](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(18)31788-4).

Redes Alimentares Alternativas (RAA) na Cidade do México: alcances, limitações e possibilidades²⁰

Irene Sofía Espinosa Bonifaz; Eduardo Quintanar Guadarrama; Marina Mendez de Rosenzweig

Resumo

Na Cidade do México, novos esquemas de abastecimento alimentar estão surgindo, entre os quais se destacam as Redes Alimentares Alternativas (RAA). Como RAA, impulsionadas por formas de ação coletiva, buscamos participar da coconstrução de sistemas alimentares mais sustentáveis. Há mais de uma década, essas iniciativas operam em diferentes áreas da cidade, seguindo lógicas de produção e consumo distintas, tanto comerciais quanto populares. Suas estruturas organizacionais e modelos de comercialização são diversos, abrangendo desde mercados e feiras livres até cooperativas de produção e consumo, grupos de consumidores e lojas.

Qual a relevância de compreender os atores, processos e recursos envolvidos na produção dos alimentos que consumimos? Quais elementos e atividades tornam possível o abastecimento alimentar em áreas urbanas? Embora as cidades dependam de áreas externas para o seu funcionamento, seus habitantes frequentemente negligenciam a importância das áreas rurais para garantir o abastecimento alimentar e as contribuições da natureza que elas proporcionam. A proteção desses territórios é crucial, dada a necessidade urgente de abordar os problemas socioambientais que afetam os sistemas alimentares.

Os processos de industrialização e urbanização geraram alterações socioecológicas em escala global, levando a uma crise socioambiental (Casas e Vallejo, 2019) que ameaça a continuidade da vida humana e não humana em nosso planeta. Nas cidades do Norte e do Sul globais, esses problemas se manifestam como desigualdade no acesso a bens, serviços e espaços, bem como nos desafios ambientais decorrentes da demanda por recursos naturais, da geração de resíduos e sua contribuição para as emissões de gases de efeito estufa (GEE) (Delgado, 2019). No contexto dessa crise civilizacional, é crucial

²⁰ Artigo original em espanhol. A versão inicial em português foi obtida com o auxílio de uma ferramenta de inteligência artificial de tradução com revisão integral do texto realizada pelas organizadoras do livro, para assegurar a precisão terminológica, a clareza e a fidelidade ao conteúdo original.

estudar a emergência e a proliferação de movimentos alimentares em ambientes urbanos.

Os sistemas alimentares são estruturas sociais nas quais diversos atores sociais interagem para criar e reproduzir os vários modelos de produção e consumo de alimentos que coexistem globalmente. A capacidade de gerar ação, mudança ou reprodução social dentro desses sistemas faz parte da agência dos atores sociais. Nesse sentido, analisar a formação de Redes Alimentares Alternativas (RAA) em contextos específicos permite examinar o alcance das inovações sociais que, como parte dos movimentos alimentares globais, buscam promover a transformação dos sistemas alimentares por meio da ação coletiva.

Segundo Zibechi (2017), os movimentos sociais caracterizam-se pela sua estrutura organizacional, pelas suas reivindicações, pelas suas formas de ação coletiva e pelas oportunidades políticas que facilitam o seu surgimento e influência no cenário político. No Norte e no Sul globais, o surgimento de movimentos sociais ligados à alimentação está relacionado com uma crescente preocupação social relativamente aos impactos sociais, ambientais e económicos causados pelos atuais padrões de produção e consumo.

Os impactos do modelo agroindustrial nos ecossistemas têm sido amplamente documentados. A Revolução Verde marcou uma mudança no paradigma socioprodutivo, levando os agroecossistemas a se tornarem dependentes de combustíveis fósseis. Entre os problemas mais graves associados a esse modelo estão a perda de agrobiodiversidade, a poluição de corpos d'água, a erosão e degradação do solo, o desmatamento e o surgimento de doenças zoonóticas. Além disso, atribui-se a ele a geração de entre 44% e 57% das emissões de gases de efeito estufa (GEE) (Via Campesina e GRAIN, 2015).

Por outro lado, a ocidentalização das dietas e a mercantilização dos alimentos contribuíram para o agravamento de doenças crônicas relacionadas

à alimentação, bem como para a persistência das desigualdades no acesso a alimentos suficientes e de qualidade. Para alguns atores sociais, esses impactos começaram a ser considerados em suas decisões de consumo. Atualmente, existe uma grande diversidade de movimentos alimentares, incluindo a Associação Americana de Alimentação (RAA), em que as preferências, posicionamentos ideológicos e culturas alimentares de diferentes atores convergem em processos coletivos.

Os pequenos agricultores desempenham um papel fundamental nesses movimentos, uma vez que, além de produzirem alimentos, suas lutas pelo acesso e controle da terra lhes permitiram recuperar seus modos de vida e sua reprodução social. Segundo Zibechi (2017), a soberania alimentar e as raízes territoriais são elementos identitários e políticos característicos dos movimentos camponeses. As mobilizações camponesas têm uma longa tradição histórica; exemplos notáveis incluem o Zapatismo no México, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil e a Confederação de Comunidades Camponesas. Paysanne na França, ou Plataforma Rural na Espanha.

Esses movimentos resgatam a identidade camponesa e, no caso do México, a identidade dos povos indígenas que transmitiram cosmovisões e sistemas de produção de alimentos que permanecem relevantes até hoje. Toledo e Bassols se referem a esses modelos de produção como “Memória Biocultural”, enquanto Eckart Boege os conceitua como “Patrimônio Biocultural”. Nesses sistemas, conhecimentos, práticas e técnicas são combinados para alcançar uma produção diversificada de alimentos em diferentes zonas e nichos ecológicos. Conhecidos como agroecossistemas, eles demonstraram sua resiliência e relevância para a produção de alimentos, especialmente diante dos desafios das mudanças climáticas.

Contudo, paralelamente aos movimentos de recampenização, também houve movimentos de descampenização durante o capitalismo do século XX e

início do século XXI. No final do século XX, o movimento camponês se consolidou em um movimento internacional conhecido como Via Campesina. Esse movimento surgiu da mobilização social contra a globalização, particularmente contra as políticas e estratégias da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Uma das principais lutas da Via Campesina tem sido propor a soberania alimentar como princípio fundamental para que povos e nações possam exercer seu direito de definir suas próprias políticas agrícolas e alimentares. A agroecologia ocupa um lugar central nas estratégias promovidas por esse movimento para garantir a soberania alimentar. A agroecologia é entendida como um conjunto de práticas e técnicas que levam em consideração os aspectos ecológicos da agricultura. No entanto, em regiões como a América Latina e a Espanha, a agroecologia também incorpora elementos sociais, culturais, econômicos e políticos. No caso da América Latina, a agroecologia possui um forte componente cultural influenciado pelos grupos indígenas que habitam o continente. Além disso, ela tem se engajado em diálogo com os diversos grupos que migraram para esses territórios, cujos conhecimentos, sabedoria, práticas e técnicas se entrelaçaram ao longo do tempo.

Tanto o movimento pela soberania alimentar quanto a agroecologia têm promovido a colaboração entre produtores e consumidores por meio de processos coletivos, o que se reflete na formação de Redes de Abastecimento Alimentar (RAA). As RAA são sistemas de abastecimento alimentar com mecanismos de comercialização direta, que fazem parte de um conjunto de inovações sociais que integram demandas sociais, ambientais e econômicas em sua lógica operacional. Essas iniciativas envolvem a coordenação de atores (produtores e consumidores), processos (produção, processamento, distribuição, comercialização, consumo e destinação final) e territórios (rurais e urbanos) em torno de objetivos comuns para a transição rumo a sistemas alimentares mais sustentáveis em nível local.

As RAA surgem como uma resposta da sociedade organizada ao sistema alimentar dominante, que se baseia na industrialização da produção e distribuição em larga escala. A lógica extrativista do sistema alimentar dominante fomenta a desconexão dos elementos socioculturais, ambientais e econômicos característicos de cada região, bem como dos produtores e consumidores. Esse sistema, que exerce controle sobre os sistemas alimentares globais, faz parte do terceiro regime alimentar (McMichael, 2013). Nesse regime, caracterizado pela hegemonia do mercado, as funções do Estado foram reduzidas, embora ele continue a desempenhar um papel fundamental no estabelecimento do marco regulatório que facilita a participação de atores corporativos (Otero, 2023).

As Redes Alimentares Alternativas envolvem três grupos principais de atores: a) projetos produtivos, que incluem pequenos produtores agrícolas e pecuários, processadores e comerciantes; b) gestores, responsáveis pela coordenação do funcionamento das iniciativas; e c) consumidores. Entre os princípios que seguem estão a produção sustentável e o consumo local, a conexão entre produtores e consumidores em contextos rurais, urbanos e periurbanos, o reconhecimento da interdependência entre sociedade e natureza, a redistribuição dos benefícios derivados das atividades produtivas, a equidade de gênero, a solidariedade, a transparência e a organização horizontal. Além disso, promovem a democratização dos processos, a autogestão, a autonomia, a corresponsabilidade e a inclusão.

Tanto no Norte Global quanto no Sul Global, as redes compartilham objetivos relacionados à soberania e segurança alimentar, bem como à prática do consumo político que respeita as pessoas e o meio ambiente. No entanto, suas formas de organização variam de acordo com as características sociais, culturais, ambientais, econômicas e políticas de cada território. No Norte Global, os movimentos de RAA surgiram principalmente em resposta a preocupações ambientais e com a qualidade dos alimentos, e são caracterizados por sistemas de agricultura apoiada pela comunidade, os

mercados de produtores “*farmers markets*” e cooperativas de consumo (Murdoch *et al.*, 2000).

Entre os modelos de RAA que se desenvolveram no Sul Global, destacam-se os mercados e feiras de produtos orgânicos, a agricultura urbana e os grupos de consumidores (Escalona, 2009). O surgimento dessas iniciativas no Sul Global está ligado aos impactos do neoliberalismo sobre as comunidades camponesas e sobre a segurança alimentar da população. No caso do México, desde a década de 1980, a política agrícola neoliberal promoveu a liberalização comercial do setor agrícola, direcionou subsídios para grandes produtores, incentivou o uso de pacotes tecnológicos, favoreceu economias de escala e adotou abordagens paternalistas em relação ao setor camponês (Cotler *et al.*, 2024).

No México, as demandas das Redes Alimentares Alternativas incluem reivindicações culturais e identitárias, a defesa do território e a proteção da agrobiodiversidade. A primeira RAA documentada no país foi o Círculo de Produção e Consumo Responsável em Jalisco, no final da década de 1990. Na Cidade do México, a primeira RAA surgiu com o “Mercado el 100” em 2010. Pasquier e Buratti (2024) estimam que existam cerca de 60 iniciativas na capital, localizadas em diferentes bairros, principalmente na região centro-sul. Estas redes operam em espaços urbanos sob uma ampla variedade de modelos organizacionais e de comercialização, incluindo: a) mercados alternativos, como o “Mercado de las Cosas Verdes”, o Forum de “Tianguis” Alternativo Ecológico, o “Mercado Alternativo” e o “Mercado Capital Verde”; b) cooperativas como “La Lucha”, a Cooperativa Unidade Latinoamericana e a Cooperativa de Consumo “La Imposible”; c) lojas como “Tierra Xitle” e “De la Pixca a la Ciudad”; e d) grupos de consumidores como Rede Autônoma de Alimentação de Itacate, Insekto Libre e Coletivo Zacahuitzco.

Com uma população aproximada de 9,2 milhões de pessoas e mais de 21 milhões na Região Metropolitana do Vale do México (RMVM), a Cidade do

México é considerada uma das maiores cidades do mundo. Os limites territoriais desta imponente cidade dividem-se em área urbana (41%) e área de conservação (59%). Apesar da importância da área de conservação para a sustentabilidade da cidade e o bem-estar de seus habitantes, este território enfrenta múltiplos problemas relacionados à mudança no uso do solo, à expansão de assentamentos urbanos irregulares, à inadequada destinação de resíduos sólidos, à superexploração de aquíferos, à degradação florestal e à falta de gestão integrada de ecossistemas (Diário Oficial da Cidade do México, 2019; Bak-Geller e Pasquier, 2022).

A área rural da Cidade do México está localizada dentro da Zona de Conservação. As atividades agrícolas são realizadas principalmente em áreas periurbanas, e 93% das culturas dependem da agricultura sazonal (Censo Agropecuário, 2022). Os principais desafios enfrentados pelos produtores incluem a baixa rentabilidade das unidades de produção, os altos custos de insumos e serviços, a instabilidade das vendas, a insegurança, a falta de canais de comercialização, os efeitos das mudanças climáticas e os impactos do modelo agroindustrial. A resistência geracional das famílias de agricultores à urbanização e à industrialização tem sido fundamental para a continuidade das atividades agrícolas, a conservação das variedades nativas e a proteção da biodiversidade endêmica da Zona de Conservação.

Embora a Cidade do México possua disponibilidade alimentar suficiente para garantir o abastecimento, os índices de insegurança alimentar e pobreza demonstram o funcionamento inadequado do sistema alimentar. A insegurança alimentar está ligada a um problema estrutural relacionado ao acesso. Em 2020, 57,3% dos domicílios enfrentavam algum tipo de insegurança alimentar (INSP, 2022), 32,6% da população vivia em situação de pobreza e 17,8% sofriam com deficiências no acesso a alimentos nutritivos e de qualidade (CONEVAL, 2020). Bak-Geller e Pasquier (2022) apontam que pessoas em situação de insegurança alimentar tendem a consumir maior

quantidade de produtos processados, enquanto o consumo de alimentos frescos, como frutas, verduras e carnes, é menor, o que aumenta o risco de dupla carga de má nutrição.

Os alimentos que abastecem a Cidade do México provêm de uma combinação de sistemas de distribuição por atacado e varejo. No sudeste da cidade encontra-se a Central de Abastecimento (Ceda), o principal mercado atacadista do país. Aproximadamente 30% da produção nacional é comercializada na Ceda, e estima-se que os alimentos recebidos ali poderiam alimentar 22 milhões de pessoas diariamente (FICEDA, 2024). No varejo, operam canais de distribuição informais e corporativos, juntamente com modelos de abastecimento inovadores, como as RAA.

Nos canais de distribuição mais populares, destacam-se os supermercados, os mercados públicos estabelecidos em locais permanentes e as feiras de rua e “tianguis” que funcionam um dia por semana em diferentes partes da cidade (COFECE, 2020). Após a reconfiguração do sistema de abastecimento alimentar na década de 1980, as alianças com empresas de distribuição em massa facilitaram a expansão do modelo de negócio, especialmente por meio de redes de supermercados (Torres Salcido, 2020). Com 3.162 lojas e clubes operando em mais de 580 cidades no México (Walmart México, 2024), o Walmart do México responde por 65% de todas as vendas de supermercados no país (Navarro, 2024).

Os supermercados se consolidaram como espaços de consumo nos quais, aparentemente, é possível satisfazer todas as nossas necessidades em um só lugar. Segundo Mata (2022), um dos objetivos desses espaços é “criar a ilusão de pureza e limpeza” por meio da neutralização de odores, da eliminação de vestígios de sangue, da disposição estratégica dos produtos, de cores vibrantes e frutas e verduras com formato perfeito, disponíveis o ano todo, de padronização e de embalagens seguras. Mas o que não vemos nesses espaços? O que se esconde por trás da “liberdade” de escolha e da ampla

disponibilidade de produtos? Quais atores, processos, acordos comerciais e estratégias de marketing limitam nossas opções?

Os supermercados distanciaram os consumidores tanto dos métodos de produção quanto dos territórios, atores, histórias e problemáticas associadas aos alimentos que consomem. Em metrópoles como a Cidade do México, esse distanciamento se manifesta em diversas áreas (Bricas, 2020): a) geográfica: deslocalização dos sistemas alimentares; b) econômica: multiplicação de intermediários; c) cognitiva: desconexão entre consumidores e produtores; d) social: individualização dos comportamentos; e e) política: concentração de poder em certos atores. Segundo Bricas (2020), esses fatores de distanciamento impulsionaram o surgimento de iniciativas com características de RAA, baseadas na proximidade.

Diferentemente das práticas encontradas em espaços de consumo como supermercados, os projetos produtivos que integram as RAA oferecem aos consumidores uma ampla variedade de produtos que se distinguem pela sua origem local e regional, bem como pela incorporação de métodos de produção agroecológicos, sustentáveis e/ou tradicionais. Por trás dos vegetais, frutas da estação, cacau, café, grãos, produtos à base de milho, laticínios, alimentos veganos e vegetarianos, produtos de origem animal, pães, doces, salgadinhos, molhos, conservas, cosméticos, remédios fitoterápicos, produtos de limpeza e artesanato disponíveis por meio dessas iniciativas, estão famílias produtoras, territórios vizinhos e cuidado coletivo.

Por outro lado, as motivações dos consumidores que frequentam as Redes Alimentares Alternativas estão relacionadas tanto à experiência de compra e à qualidade dos produtos, quanto à possibilidade de engajamento no consumo político, reconectando os alimentos aos espaços de produção e às mulheres que os produzem. Ao promover a produção e o consumo locais, bem como o envolvimento ativo de diferentes atores sociais, as RAA na cidade contribuem para a co-construção de sistemas alimentares mais sustentáveis

por meio de esquemas de abastecimento que vão além da mera comercialização de alimentos. Essas iniciativas também funcionam como espaços educativos, uma vez que, como aponta Di Masso (2012), as RAA não oferecem apenas alternativas de curto prazo, mas representam também uma proposta mais ampla de transformação social e criação de uma nova ética alimentar que começa no nível local, e não o contrário.

As RAA fazem parte de um conjunto mais amplo de processos de reflexão e ação que ocorrem nas cidades para abordar os impactos negativos do sistema alimentar dominante. Por meio da ação coletiva e da colaboração de diversos atores sociais que compartilham práticas e princípios comuns, as RAA estão lançando as bases para novos sistemas alimentares que priorizam o bem-estar da natureza e das pessoas.

Apesar dos benefícios sociais, ambientais e econômicos proporcionados pelas redes, sua participação no sistema de abastecimento alimentar permanece limitada. Na Cidade do México, as RAA proliferaram, especialmente desde a pandemia de covid-19. No entanto, elas enfrentam diversos desafios para sua formação e consolidação, particularmente em relação ao acesso a espaços para seu desenvolvimento. Além disso, o número de projetos produtivos beneficiados pelas RAA é pequeno e, para muitas pessoas, a compra de produtos dessas organizações não é economicamente viável. A capacidade dessas iniciativas de expandir seu alcance é limitada tanto pela capacidade organizacional de cada RAA quanto por um contexto marcado pela desigualdade social e por um marco regulatório que favorece a concentração de poder em atores corporativos.

Embora os governos federal e local tenham promovido a transição agroecológica por meio de programas governamentais, ainda existem desafios significativos para aprimorar os canais de comercialização e aumentar o consumo desses produtos. As RAA podem desempenhar um papel fundamental na elaboração de novas políticas públicas, mantendo sua

autonomia e fomentando a confiança dos consumidores. A partir de 2019, diversas iniciativas na cidade iniciaram um processo organizacional para desenvolver conjuntamente a certificação de produtos orgânicos por meio do Sistema Participativo de Garantia (SPG); sua implementação, contudo, permanece tarefa pendente para as RAA.

Referências

CASAS, Alejandro. y VALLEJO, Mariana. Agroecología y agrobiodiversidad. *In*: Merino P. L. **Crisis ambiental en México. Ruta para el cambio**. Universidad Nacional Autónoma de México, México p. 99-117. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publiBAK-GELLER>, Sarah y PASQUIER, Ayari. (2022) Almanaque de Sustentabilidad, UNAM. 2019. Disponível em: <http://www.data.educacion.cdmx.gob.mx/oip/2022/121/45/Almanaque.pdf>.

BRICAS, Nicolas. Las ciudades frente a los desafíos de la alimentación sostenible. *In*: **Alimentación, Salud y Sustentabilidad**. Editores: Monachón, Pasquier y Bertran. Universidad Nacional Autónoma de México. México. 2020. p. 45- 60. Disponível em: https://www.academia.edu/116105722/Alimentaci%C3%B3n_Salud_y_Sustentabilidad_hacia_una_Agenda_de_investigaci%C3%B3n?auto=downloadcation/335526491_Agroecologia_y_agrobiodiversidad.

COMISIÓN FEDERAL DE COMPETENCIA ECONÓMICA (COFECE). **Estudio de competencia en el canal moderno del comercio al menudeo de alimentos y bebidas**. Disponível em: https://www.cofece.mx/wp-content/uploads/2020/11/EE_comercio-031120-FINAL-002.pdf.

CONSEJO NACIONAL DE EVALUACIÓN DE LA POLÍTICA DE DESARROLLO SOCIAL (CONEVAL). **Informe de pobreza y evaluación 2020**. Ciudad de México. 2020. Disponível em: https://www.coneval.org.mx/coordinacion/entidades/Documents/Informes_de_pobreza_y_evaluacion_2020_Documentos/Informe_CDMX_2020.pdf.

CONSEJO NACIONAL DE EVALUACIÓN DE LA POLÍTICA DE DESARROLLO SOCIAL (CONEVAL). **Pobreza en México**. 2020. Disponível em: https://www.coneval.org.mx/Medicion/MP/Paginas/Pobreza_2022.aspx.

COTLER, Helena., ROBLES, Héctor., LAZOS, Elena. Autosuficiencia alimentaria: avances, oportunidades y retos. En L. Merino y C. Navarro (Coords.), **Agenda**

socioambiental 2024: diagnósticos y propuestas, Universidad Nacional Autónoma de México. 2024. p. 87- 97.

DELGADO RAMOS, Gian Carlo. **Sustentabilidad y resiliencia urbana. En Asentamientos urbanos sustentables y resilientes: retos y oportunidades para la transformación urbana en California y Baja California.** Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades, UNAM. 2019. Disponible em: <https://ru.ceiich.unam.mx/handle/123456789/4059>.

DI MASSO, Marina. **Redes alimentarias alternativas y soberanía alimentaria. Posibilidades para la transformación del sistema agroalimentario dominante.** 2012. [Tesis]. <https://ddd.uab.cat/record/114317>.

ESCALONA, Miguel Angel. **Los tianguis y mercados locales de alimentos ecológicos en México: su papel en el consumo, la producción y la conservación de la biodiversidad y cultura.** [Tesis]. Instituto de Sociología y Estudios Campesinos. Universidad de Córdoba, España. 2009. Disponible em: <http://hdl.handle.net/10396/3516>.

FICEDA. **¿Qué es la Central de Abasto de la Ciudad de México?** 2024. Disponible em: <https://ficeda.com.mx/acerca-de/>.

GACETA OFICIAL DE LA CIUDAD DE MÉXICO. **Gaceta Oficial.** Gobierno de la Ciudad de México. 2019. Disponible em: <https://www.consejeria.cdmx.gob.mx/gaceta-oficial>.

GOBIERNO DE LA CIUDAD DE MÉXICO. **Resultados del Censo Agropecuario 2022 para la Ciudad de México.** Gobierno de la Ciudad de México. 2023. Disponible em: <https://ipdp.cdmx.gob.mx/storage/app/uploads/public/65c/a3d/b98/65ca3db9803a6888795924.pdf>.

INSTITUTO NACIONAL DE SALUD PÚBLICA. **Encuesta Nacional de Salud y Nutrición 2021 sobre COVID-19.** Instituto Nacional de Salud Pública. 2022. Disponible em: https://www.insp.mx/resources/images/stories/2022/docs/220804_Ensa21_digit al_4ago.pdf.

LA VÍA CAMPESINA y GENETIC RESOURCES ACTION INTENATIONAL. **Juntos podemos enfriar el planeta.** La Vía Campesina; GRAIN. 2015.

MATA, Verónica. Paseos por el supermercado. *In: Revista de la Universidad de México.* México. 2022. p. 34-39. Disponible em:

<https://www.revistadelauniversidad.mx/releases/85b2790d-b1d3-4b1b-aab5-061e818a8a2f/comida>.

McMICHAEL, Philip. **Food Regimes and Agrarian Questions**. Agrarian Change and Peasant Studies Series. Fernwood Books Ltd., Nova Scotia, 3. Disponible en: <http://dx.doi.org/10.3362/9781780448787>.

MURDOCH, Jonathan MARSDEN, Terry y BANKS, Jo. Quality, Nature, and Embeddedness: Some Theoretical Considerations in the Context of the Food Sector. **Economic Geography**. Vol. 76, No. 2. 2000, p. 107-125 (19 pages). Published By: Taylor & Francis, Ltd.

NAVARRO, Mina Lorena. **Hacer común contra la fragmentación en la ciudad: Experiencias de autonomía urbana**. Benemérita Universidad Autónoma de Puebla. México. 2016.

PASQUIER, Ayari. y BURATTI, Simone. **Mercados de producción agroecológica y artesanal: sustentabilidad y gentrificación en la Ciudad de México o Agro-ecological and artisanal production markets: Sustainability and gentrification in Mexico City**. Íconos. Revista de Ciencias Sociales, 79/28(2). 2024. p. 79-97.

OTERO, Gerardo. Dieta neoliberal: ¿elección personal o condición económica? *In*: E. Lazos y T. Rivera (Coords.). **Horizontes y experiencias agroalimentarias en México: entretejiendo actores, escalas y dinámicas de transformación**. Universidad Nacional Autónoma de México-Instituto de Investigaciones Sociales. 2023, p. 293-392.

TORRES SALCIDO, Gerardo. Revisitando a la Central de Abastos de la Ciudad de México y los mercados mayoristas. Viejos problemas y nuevas tendencias. *In*: **Alimentación, Salud y Sustentabilidad**. Editores: Monachón, Pasquier y Bertran. Universidad Nacional Autónoma de México. México. 2020, p. 145-162. Disponible en: https://www.academia.edu/116105722/Alimentaci%C3%B3n_Salud_y_Sustentabilidad_hacia_una_Agenda_de_investigaci%C3%B3n?auto=download.

WALMART MEXICO, 2024. Disponible en: <https://www.walmartmexico.com/sala-de-prensa/2024/12/celebra-walmart-de-mexico-un-nuevo-hito-en-su-historia-al-alcanz>.

ZIBECHI, R. **Movimientos Sociales en América Latina. El “mundo otro” en movimiento**. Bajo Tierra Ediciones; El Rebozo. México. 2017.

Sistematização de experiências



Parte 2

Universidade na feira: sistematização de experiências de agricultoras e agricultores da Ponta Norte

Armina Félix da Cunha; Flavio do Carmo; Daniela Alves dos Santos; Lindaura Medrado dos Santos; Atahualpa Nazareth Costa; Maria Edmilda O. Barbosa (Iza); Lourdes dos Santos Carvalho; Bruna Cardoso Afonso da Silva; Carlos Eduardo Oliveira Soares; Rafaela Patrício Chagas; Thábata Lohane Pereira Marinho Bezerra; Wanderley Antônio Pereira de Souza; Yan Dutra de Souza.

Introdução

Regido pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o Art. N.º 207 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 dispõe sobre a autonomia didático-científica das universidades, possibilitando a formação profissional para fora da sala de aula e no modelo verticalizado em que professores ensinam e estudantes aprendem, para aprendizados com inserção na realidade. “A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade” (Freire, 1967, p. 43).

Em perspectiva por uma educação como prática da liberdade, o projeto “Sistematização de experiências da Feira da Ponta Norte”, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) da Universidade de Brasília (UnB), viabilizou o contato de estudantes dos cursos de Agronomia (FAV/UnB), Gestão do Agronegócio (FUP/UnB), mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) e da Residência Multiprofissional em Ciência, Tecnologia e Sociedade: habitat, agroecologia, economia solidária e saúde ecossistêmica, coordenada pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (CTS/FAU/UnB) com agricultoras e agricultores da Feira Agroecológica e de Artesanato da Ponta Norte (Feira da Ponta Norte) para a sistematização de experiências.

A feira possui 55 associados²¹, composta por agricultoras/es familiares, quilombolas e assentadas/os da Reforma Agrária, localizados no Distrito Federal e na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (Ride-DF). Deste público, sete foram selecionados para serem acompanhadas/os por estudantes do NEA a fim de conhecerem e refletirem sobre a rotina de trabalho na feira e sobre suas trajetórias de vida.

As setes pessoas selecionadas foram escolhidas levando em consideração: (I) o tempo de atuação na feira, selecionando pessoas que estiveram na sua fundação; (II) engajamento político e social, pessoas que fazem parte de movimentos sociais; (III) produção de alimentos *in natura* e minimamente processados de forma orgânica e agroecológica; e (IV) disponibilidade²² para receber as/os estudantes em sua rotina de trabalho e venda na feira.

Como ressaltado por Souza *et al.* (2024, p. 2), a escolha pela Feira da Ponta Norte deu-se pela dinâmica de comercialização, pela interação social e cultural no espaço e pelos diálogos e debates ligados à Agroecologia, visto que, a feira adota o modelo de Circuitos Curtos de Comercialização, que objetiva aproximar produtores e consumidores pela venda direta, sem a interferência de atravessadores ou revenda. Assim, a feira quebra a lógica da comercialização de alimentos como mercadoria e se insere na lógica de consumo político, justo e sustentável, fomentando a permanência da agricultura no campo e a aquisição de produtos frescos e livres de agrotóxicos.

O presente capítulo objetiva apresentar sete experiências de agricultoras e agricultores que atuam na Feira da Ponta Norte e que foram acompanhadas/os por estudantes ligadas/os ao NEA/UnB. Cada subtópico trará o relato sistematizado por um/a estudante e suas percepções acerca do fazer agroecológico. Deste modo, adotou-se a metodologia de sistematização

²¹ Para mais informações acerca da Feira da Ponta Norte, consulte o capítulo disponível neste livro, intitulado: “Circuitos Curtos de Comercialização na Feira Agroecológica e de Artesanato da Ponta Norte, Brasília-DF” de Souza, Yan Dutra de; Diniz, Janaína Deane de Abreu; Silva, Bruna Cardoso Afonso da; Canavesi, Flaviane de Carvalho.

²² É válido ressaltar que as pessoas que participam da Feira da Ponta Norte seguem práticas de manejo e produção orgânica e/ou agroecológica, e por conta de escassez de tempo e recursos do trabalho, apenas sete tendas foram acompanhadas para sistematização, o que poderia ser expandido para os demais, ponto que será indicado nas considerações finais como uma recomendação para trabalhos futuros.

de experiências descrita por Oscar Jara Holliday (2006), assumindo que são experiências sociais dinâmicas e em permanente mudança, posto que cotidianamente surgem fatores objetivos e subjetivos que influenciam no movimento das pessoas que foram acompanhadas pelas/os estudantes.

Frente ao intuito de compreender a atuação de cada participante, extrair seus ensinamentos e comunicá-los no meio acadêmico (Holliday, 2006), as/os estudantes do NEA seguiram os cinco passos de como sistematizar, descritos por Holliday (2006, p.72), sendo eles: (1) o ponto de partida; (2) as perguntas iniciais; (3) recuperação do processo vivido; (4) a reflexão de fundo; e (5) os pontos de chegada. Ou seja, todas/os participaram da experiência, foram a campo e fizeram suas próprias perguntas, partindo da reflexão de “qual o objetivo de sistematizar?”, reconstruíram, ordenaram e classificaram as informações coletadas, analisaram e formularam reflexões acerca do que foi coletado. E assim, compreenderam que sistematizar não é apenas descrever, mas sim, aprender de dentro da própria experiência.

1. Sistematização de experiências

De posse das informações relatadas pelas agricultoras e agricultores participantes, cada discente elaborou uma breve sistematização, elencando os principais aspectos descritos. Vale destacar que as narrativas apresentadas foram construídas em conjunto com cada participante e que, após a organização, validaram a versão final de suas histórias por meio da assinatura da Carta de Anuência, confirmando a concordância com as condições de submissão e autorizando o uso de imagem para o presente capítulo.

1.1. Armina Félix da Cunha (por Rafaela Patrício Chagas)

Armina Félix da Cunha é mulher, mãe, produtora rural e liderança, faz parte de uma família composta por ela, seu marido Adailson e seus dois filhos, Victor com 16 e Miguel com 8 anos. A família reside no assentamento, organizado pela Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura

Familiar do Distrito Federal e Entorno (Fetraf) e a Associação dos Agricultores Familiares Associados Liberdade (Afal).

A Fetraf é uma organização sindical que luta pelos interesses da agricultura familiar no Distrito Federal e busca um modelo de desenvolvimento sustentável, incluindo a reforma agrária, o acesso à terra, o respeito à diversidade regional e cultural, a cidadania plena e a garantia dos direitos humanos (Contraf/CUT, 2012).

Antes de se estabelecerem no assentamento, Armina e sua família viviam na cidade de São Sebastião, Distrito Federal (DF), trabalhando no comércio local. Durante cinco anos, houve um acampamento na região e foi por meio da coordenadora do acampamento que Armina conheceu o movimento social e seus esforços pela reforma agrária. Ao visitar o local, ela se encantou com a terra e decidiu que era ali que queria viver. Recebida com acolhimento pelos membros do movimento, Armina e sua família permaneceram no acampamento durante dois anos, unindo-se aos demais na luta pela conquista da terra.

A história de Armina e sua família na então terra conquistada denominada Chácara Alecrim ilustra a luta pela terra, a força da agricultura familiar e a possibilidade de um modelo de produção sustentável. Por meio da organização coletiva, do apoio mútuo e da valorização dos recursos locais, a terra foi conquistada, um assentamento foi instalado, a produção agroecológica e a organização social e política se tornou possível.

No assentamento, cada família possui aproximadamente de 5 a 8 hectares de terra. Na propriedade de Armina e sua família, além das casas e galpões, há um curral, um poleiro para as galinhas, 0,5 hectares de horta e 4,5 hectares de pasto.

Em 2013, houve um programa social habitacional rural para a construção de casas para as famílias assentadas. No entanto, as casas não foram finalizadas devido a denúncias de corrupção no projeto, o que ocasionou em uma ruptura na associação do assentamento, e a construção

inacabada ainda está presente na propriedade, ao lado da casa onde Armina e sua família residem. Atualmente, o assentamento abriga 54 famílias, organizadas em duas associações: Agricultores Familiares Associados Liberdade (Afal) e Associação de Agricultores Familiares da Eco comunidade do Assentamento 15 de Agosto (Afeca). Essas associações desempenham um papel fundamental na gestão coletiva do assentamento e no acesso a políticas públicas e compras institucionais. A participação ativa de Armina como uma das fundadoras e coordenadoras da Associação Feira Agroecológica e de Artesanato da Ponta Norte contribui para o escoamento da produção e a geração de renda em circuitos de comercialização para ela e outros produtores do assentamento.

Durante sua trajetória como produtora rural, Armina recebeu apoio de programas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e em 2014, recebeu um financiamento pelo Programa Prospera, do Governo do Distrito Federal, o qual ela utilizou para adquirir suas primeiras duas cabeças de gado. Atualmente, a família possui nove cabeças de gado de raças variadas, selecionadas para a produção de leite e estabeleceu uma parceria com uma produtora vizinha que foi fundamental para garantir acesso a uma fonte contínua de leite, suprimindo a demanda de matéria-prima para sua produção e apoiando a produtora vizinha com o escoamento de praticamente toda sua produção de leite.

Motivada pela paixão pela produção de queijos, Armina decidiu investir nesse negócio promissor. Ela buscou conhecimento, pesquisando na internet e participando de cursos especializados, visando aprimorar suas habilidades. Seu objetivo é estabelecer uma micro agroindústria de queijaria, melhorando a produção e possibilitando a obtenção do registro necessário para expandir as vendas e acessar novos mercados. Além da produção de queijos, a família de Armina também se dedica ao cultivo de hortaliças orgânicas e à produção de outros derivados do leite.

Armina participou de programas do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) voltados para a produção de gado de leite. Esses programas abordam o planejamento, manejo de pastagens, manejo e alimentação dos animais, com o objetivo de capacitar os produtores para o sucesso em seus negócios. Atualmente, Armina está participando de outro programa do Senar, com foco nas Agroindústrias, que aborda planejamento, legislação, certificação e fornece orientações para a construção ou reforma de uma agroindústria.

Figura 1. Armina Félix da Cunha expondo sua produção na Feira da Ponta Norte.



Fonte: Janaína Diniz (2026).

Além de suas atividades na propriedade, Armina é co-fundadora e foi presidente da associação da feira da Ponta Norte. A feira é um importante local de escoamento da produção não apenas da família de Armina, mas também de outros produtores locais. Por meio dessa feira, conseguem obter renda e manter-se no assentamento. Além disso, Armina e sua família participam e realizam entregas no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) contribuindo para o fornecimento de alimentos saudáveis e locais para as instituições públicas. A associação local recebe os produtos do PAA e a feira da Ponta Norte é fundamental para a comercialização dos derivados do leite, uma vez que, devido à falta de registro, a venda direta para consumidores é sua única forma de acesso ao mercado.

A trajetória de Armina como produtora rural é marcada por desafios, entre os quais se destaca a necessidade de certificação sanitária de seus produtos derivados do leite. Para obtê-la, é preciso atender às exigências legais aplicáveis às agroindústrias, o que envolve adequações estruturais e conformidade dos processos produtivos aos requisitos estabelecidos pelos órgãos de inspeção e vigilância sanitária competentes. Essa certificação constitui requisito para a comercialização formal, na medida em que atesta o atendimento às normas de qualidade e segurança, possibilitando o acesso a mercados institucionais e a outros canais regulamentados de venda.

Outro grande desafio que Armina enfrenta é a construção da agroindústria de queijaria. Essa infraestrutura especializada requer investimento em materiais de construção de alvenaria e outros específicos, que garantam a higiene e evitem contaminações no local de produção. A construção da agroindústria é uma etapa importante para a expansão dos negócios de Armina, pois permitirá o aumento da produção de derivados do leite e a comercialização em maior escala. Com o apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF) e do Senar, Armina está avaliando as melhores opções e buscando financiamentos

e créditos disponíveis por meio das políticas públicas para a construção desse espaço essencial.

Além disso, a alimentação adequada dos animais durante a época de seca é um desafio significativo para a família. Durante esse período, Armina e sua família precisam encontrar alternativas para suprir a demanda por pasto e alimento para o gado. A família recorre a soluções como alugar pastos em outras propriedades, comprar capim ou silagem de vizinhos para garantir que os animais sejam bem alimentados.

Enfrentar esses desafios requer planejamento cuidadoso, acesso a recursos financeiros e parcerias estratégicas. Armina está empenhada em superar esses obstáculos, buscando apoio em programas de capacitação, parcerias estratégicas, explorando as oportunidades disponíveis e cooperando com outras famílias e produtores da região.

1.2. Flávio do Carmo (por Carlos Eduardo Oliveira Soares)

O assentamento Canaã, situado no INCRA 6 em Brazlândia/DF, ocupa uma área historicamente estratégica para o abastecimento de Brasília, integrando o antigo projeto Picag e posteriormente administrada pela estatal PROFLORA, o território carrega as marcas das transformações agrárias do Distrito Federal. Após 14 anos de resistência sob a liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) o território alcançou um marco histórico em novembro de 2025 com a entrega dos Contratos de Concessão de Uso (CCU) pelo Incra. Essa conquista formalizou a posse para 65 famílias, consolidando a área como referência em produção agroecológica e regeneração da Bacia do Descoberto.

A trajetória de Flávio do Carmo no território iniciou-se em 2011, a partir de seu envolvimento com movimentos ambientalistas. Foi nesse contexto que conheceu Gaspar Martins, um dos fundadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) no Distrito Federal, cuja aproximação possibilitou a participação no acampamento em 2011 que resultou na

conquista da área do Canaã. Onde atualmente reside com seu filho e consolidou um sistema agroflorestal diversificado, unindo o cultivo de hortaliças tradicionais e Plantas Alimentícias Não Convencionais (Panc), além de manter um tanque de peixes que contribui para complementar a renda familiar. O território é dinamizado por organizações coletivas como a Associação Agroecológica das Mulheres Rurais do pré-assentamento Canaã e a Cooperativa COTAPLUS, que foi cedida pela 26 de Setembro e tem promovido uma gestão solidária e coletiva.

Figura 2. Flávio do Carmo apresenta sua produção na Feira da Ponta Norte.



Fonte: Janaína Diniz (2026).

A luta de Flávio no território concretizou-se com a implementação de projetos estruturantes como o Programa Água Brasil (WWF Brasil) e a iniciativa de agrofloresta mecanizada do Centro Internacional de Água e Transdisciplinaridade (Cirat). Em sua parcela, cerca de um hectare de agrofloresta foi implantado e serve de modelo para acesso a políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e as Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA), um instrumento da reforma agrária popular que une o campo e a cidade. Além disso, Flávio mantém parceria com a Embrapa Hortaliças, para o resgate do patrimônio genético de espécies como ora-pro-nóbis, azedinha, vinagreira, chaya e moringa.

Para além da produção, Flávio atua nas feiras agroecológicas do MST, em que coordenou e fez parte da diretoria da “Feira da Ponta Norte”. Estruturando como um espaço do movimento social, a feira promove a reforma agrária e a defesa dos bens naturais da sociedade e dos direitos humanos, funcionando como um importante local de escoamento da produção via circuitos curtos de comercialização.

Contudo, essa trajetória revela as dificuldades enfrentadas por muitos brasileiros na luta pela terra. A certificação orgânica da parcela foi e continua sendo um dos principais obstáculos: O processo de obtenção exigiu três anos de adequação a Lei n.º 10.831, de 23 de dezembro de 2003 (BRASIL, 2003), atualmente o pagamento anual a Associação de Agricultura Ecológica (AGE), no valor de cerca de R\$ 1.200,00. representando um requisito rigoroso para agricultura familiar.

Soma-se a esse desafio a morosidade do Instituto Brasília Ambiental (Ibram) que tem o papel de agente fiscalizador sendo responsável pelo licenciamento do território do Canaã e a pressão constante da especulação imobiliária e da grilagem dentro do assentamento Canaã. Superar essas barreiras é essencial para garantir que a área cumpra sua função social e ambiental.

Apesar das dificuldades, a jornada de Flávio e seus companheiros no assentamento Canaã tem sido repleta de conquistas ao longo do caminho, desenvolveram habilidades na produção de orgânicos e sistemas agroflorestais, além de produzirem Panc, farinhas para pães, na produção de peixes e no extrativismo de frutos do Cerrado. Valorização da culinária regional e sua economia, permitindo a exploração de diferentes mercados e garantindo uma renda mais estável.

Como participante da Associação da Feira da Ponta Norte e das feiras agroecológicas do MST no Distrito Federal, Flávio compartilha suas práticas agrícolas e fortalece a rede de agricultores familiares na região. Seu engajamento nos movimentos sociais e sua participação ativa reflete seu compromisso contínuo com a melhoria das condições de vida no campo e a soberania alimentar.

1.3. Daniela Alves dos Santos (por Thábata Bezerra)

A experiência de Daniela com a agroecologia mostra como a conexão com a natureza é considerada um aprendizado diário, capaz de proporcionar equilíbrio e fortalecer as relações familiares. Com muita persistência e vontade de compreender o trabalho com a terra, Daniela e sua família hoje vivem da produção agroecológica no Assentamento Canaã e abastecem feiras em diferentes pontos de Brasília (DF).

A parcela em que vivem hoje foi herdada por seu marido, Robson. Seu sogro esteve presente desde a ocupação da área pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Após o falecimento do pai, Robson se mudou com a família para a casa em que moram atualmente. Vinda de um contexto urbano, a mudança repentina para a área rural foi árdua para a família de Daniela, que na época tinha duas filhas pequenas, dentre elas uma bebê. Muitas foram as adversidades, como por exemplo a distância da rede de apoio familiar; a logística de transporte para que suas filhas frequentassem a escola; a necessidade de Robson manter o emprego da cidade; mas em especial: como viver da terra?

Daniela então, começou a se interessar em plantar na área de maneira a produzir alimentos para própria subsistência. Inicialmente se engajou em grupos e associações para aprender a trabalhar com a terra. Contudo, foi com o projeto de implementação de agroflorestas no Assentamento que proporcionou boas oportunidades para melhorar a qualidade de vida no campo. A partir desse projeto, Daniela se interessou cada vez mais em plantar não só a própria comida, mas também acessar formas de venda e, futuramente, poder viver somente de sua produção.

Daí então não parou mais. Os mutirões nas agroflorestas, o curso sobre ervas medicinais e a participação ativa na Associação Agroecológica Mulheres Rurais do Assentamento Canaã²³ (AAMRAC) impulsionaram Daniela a buscar sempre a forma mais sustentável para o plantio, pois como ela mesmo relembra: o contexto é difícil. Apesar de o Assentamento Canaã estar localizado na bacia do Rio Descoberto, a principal fonte de abastecimento de água da capital do país, o terreno é cercado por proprietários que utilizam agrotóxicos em suas plantações. Seu uso contamina os recursos naturais e compromete a produção agroecológica, colocando em risco a saúde de Daniela e sua família.

Ainda que os desafios fossem muitos e complexos, Daniela se mostrou uma mulher de perseverança. Por meio da Associação de Mulheres e do MST conseguiu acessar oportunidades como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), as Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA) e, posteriormente, as feiras no Plano Piloto de Brasília sendo uma na Ponta Norte e outra no campus Darcy Ribeiro da UnB. Tais oportunidades foram cruciais para o aprimoramento das técnicas de plantio, sempre alinhadas com os princípios agroecológicos; o escoamento da produção, proporcionando renda; e a melhora na qualidade de vida da família, que se encontra unida e dedicada à produção de alimentos sem veneno.

²³ Constituída em 2020, a Associação Agroecológica de Mulheres Rurais do Assentamento Canaã é resultado de uma trajetória de resistência feminina dentro do território. É uma rede de apoio entre as mulheres que visa a troca de experiências, autonomia e protagonismo.

Na perspectiva de Daniela, a Feira da Ponta Norte é um lugar de muita luta e resistência, pois representa a conquista de um espaço onde agricultoras e agricultores familiares têm suas produções valorizadas. Aos sábados pela manhã, Daniela monta sua tenda e expõe frutas, verduras, legumes, ervas medicinais e alguns produtos beneficiados. A produção diversa garante a venda de diferentes itens e fideliza o público.

Figura 3. Daniela Alves dos Santos compartilha sua produção na Feira da Ponta Norte.



Fonte: Janaína Diniz (2026).

O item beneficiado de mais sucesso da tenda de Daniela é o pão artesanal. Seu marido Robson, que antes mantinha o trabalho de padeiro na cidade, hoje é quem faz os pães de batata, abóbora e cenoura. Ao terminar de montar a tenda já é possível ver os clientes buscando suas encomendas. Mesmo que os pães não estejam reservados, Daniela afirma que é na Feira da Ponta Norte que ela consegue escoar todos os pães produzidos, e ainda tem dias que a demanda é superior à oferta. Desta forma, ela se sente confiante de poder experimentar a venda de outros produtos beneficiados como antepastos e biscoitos.

Para além da compra e venda, a Feira também proporciona momentos de conexão com os colegas agricultores, expositores e consumidores. É comum a programação da Feira da Ponta Norte incluir apresentações de artistas locais, música, rodas de conversa e debates sobre temas relevantes que certamente fortalecem o movimento na região e atraindo moradores de todas as adjacências.

Com o semblante de satisfação, Daniela diz que sente o reconhecimento dos consumidores que não buscam somente uma alimentação de qualidade, mas também procuram saber um pouco mais da vida da família e do contexto de produção. Por muitas vezes param para elogiar a banca, comentam sobre receitas e pratos utilizando os diversos itens expostos, compartilham os desafios e limitações com certos itens, e assim, inevitavelmente, estreitam os laços entre produtores e consumidores.

Este breve período de diálogo entre agricultores e consumidores, juntamente com o ambiente favorável que a Feira da Ponta Norte promove e a organização do espaço é de extrema relevância para o fortalecimento do movimento, que vem crescendo e atraindo cada vez mais produtores e expositores. A diversidade e a cultura estão presentes em todos os pontos da Feira e oferecem oportunidades de trocas de experiências e vivências entre as pessoas.

Apesar das dificuldades para cumprir com sua produção, a logística de transporte e os eventuais imprevistos para comparecer todos os sábados na Ponta Norte, Daniela se sente realizada em poder expor seus alimentos com assiduidade e compromisso a seus consumidores. Para ela, a Feira é um local de muito acolhimento e apoio, onde além de ter um local certo para o escoamento de sua produção, é possível acessar cultura, formação política e socialização.

1.4. Atahualpa Nazareth Costa (por Rafaela Patrício)

“Somos uma família de agricultores do cerrado, seguimos os princípios da agroecologia com a prática de agrofloresta, integração animal, agroindústria artesanal e cultivo de Plantas Alimentícias Não Convencionais (Panc)” (Terramana, s.d.).

A Terramana possui 10 hectares, no município de Padre Bernardo (GO), foi fundada e é administrada pelo casal Athaulpa Nazareth e Ana Plá. Athaulpa é engenheiro agrônomo e sempre sonhou em cultivar a terra de maneira que respeitasse seus ciclos naturais, Ana é médica de família e comunidade e traz para a propriedade sua visão holística e ecossistêmica da saúde, integrando os conceitos de bem-estar e alimentação saudável.

Unindo os seus saberes e sonhos, implementaram sistemas agroflorestais focados na produção do maracujá-pérola do Cerrado e plantas alimentícias não convencionais (Panc). Um dos grandes objetivos dos produtores também consiste em estabelecer uma produção agroecológica e independente de uso de insumos externos, por isso, um dos pilares da propriedade é a criação de porcos, que desempenham um papel crucial na fertilização do solo. A técnica utilizada na criação dos suínos para produção do adubo é a técnica de cama sobreposta. O sistema de produção de suínos em cama sobreposta, conhecido como *“deep bedding”*, foi criado pela Embrapa Suínos e Aves no Brasil como uma alternativa aos métodos tradicionais. Esse sistema tem custos de implantação mais baixos, facilita o manejo dos dejetos, reduz a poluição e oferece maior conforto aos animais.

Nele, os suínos são criados em pisos de materiais como maravalha, palha, bagaço de cana ou casca de arroz, de modo que os dejetos passam por compostagem *in situ* (EMBRAPA, 2006). A criação de suínos caipira integra o sistema produtivo ao permitir o reaproveitamento dos resíduos orgânicos gerados na mini agroindústria da propriedade, onde os produtos são beneficiados e preparados para comercialização. Esses resíduos são destinados à alimentação dos animais, que, por sua vez, produzem esterco utilizado como adubo orgânico nas áreas cultivadas, configurando um ciclo interno de reaproveitamento de nutrientes.

Outra experiência enriquecedora na propriedade é o trabalho voluntário, que se dá por meio de plataformas online. Pessoas de diferentes partes do Brasil e do mundo, interessadas na produção orgânica, têm a oportunidade de passar um tempo na propriedade, contribuindo com suas habilidades e conhecimentos. Essa interação não se limita apenas ao trabalho físico; ela também promove uma rica troca cultural, de modo que os voluntários compartilham suas experiências e aprendizados, enquanto aprendem sobre as práticas agroecológicas desenvolvidas na propriedade.

Os voluntários participam ativamente das atividades diárias, como o plantio, a colheita e o beneficiamento de produtos, além de ajudar na manutenção dos sistemas agroflorestais. Essa colaboração mútua não só fortalece a comunidade local, mas também cria uma rede de apoio entre os participantes, que levam consigo novas ideias e práticas para suas próprias localidades. Ao final de sua estadia, muitos voluntários expressam gratidão pela oportunidade de aprender e contribuir, destacando a importância do voluntariado na promoção da agricultura sustentável e na construção de um futuro mais consciente.

O trabalho da propriedade sempre possuiu aptidão e foco em atender ao mercado atacado de produtos orgânicos, e, por isso, a feira torna-se uma experiência peculiar para os agricultores. No início da jornada dos produtores na feira, o foco da banca era em produtos de hortifrúti e frutas orgânicas. Em

2020, Athaulpa decide ampliar seu trabalho com as Panc e, juntamente com outros entusiastas da causa, funda a Associação de Produtores e Promotores das Plantas Alimentícias não Convencionais (Aspang).

A partir dessa iniciativa, estruturou-se o denominado Ponto Panc, concebido como espaço de comercialização e difusão de conhecimento sobre Panc. O Ponto Panc pode assumir caráter fixo ou itinerante, reunindo não apenas a oferta de produtos derivados dessas plantas, mas também atividades de orientação e sensibilização junto ao público consumidor. Com a proposta de constituir um local de referência temática, articulando produção, comercialização e educação alimentar e ambiental.

As Panc sempre estiveram presentes na infância e na vida de Athaulpa, que desenvolveu ao longo de sua trajetória uma relação de interesse e paixão com as “plantas alimentícias negligenciadas”. Com o trabalho coletivo entre a experiência da Terramana e da Aspang, foi possível a elaboração e desenvolvimento de produtos e receitas, bem como avanços na expertise dos produtores em relação à produção em campo, processamento e comercialização das Panc, o que tem contribuído de forma significativa nos avanços das pautas da associação.

Para a Terramana, a feira significa mais do que um ponto comercial, a feira representa um espaço de resistência, um ponto social estratégico de encontros e debates. Athaulpa ressalta a importância do caráter cultural e político da feira, como lugar democrático de encontros e trocas enriquecedoras e a forma como esses espaços oferecem oportunidades de escoamento da produção dos agricultores familiares em contato direto com o consumidor final. Esse espaço também proporciona à Aspang, a oportunidade para difundir o debate das Panc, apresentar e sensibilizar o público. Para Athaulpa, essas plantas são mais do que alimentos; são símbolos de resistência e de uma cultura que precisa ser resgatada.

Além de Ana e Athaulpa, a banca da Terramana conta com a colaboração de amigos e familiares que se tornaram essenciais para o

funcionamento semanal. Ricardo e Eurico, produtores com propriedades vizinhas, atuam de forma articulada tanto na produção quanto na comercialização, compartilhando etapas do cultivo, do manejo e da organização logística. Ambos participam diretamente da comercialização na feira, assumindo a linha de frente no atendimento ao público e na organização da banca.

Figura 4. Atahualpa Nazareth Costa expondo sua produção na Feira da Ponta Norte.



Fonte: Janaína Diniz (2026).

Suas trajetórias estão associadas a contextos de vulnerabilidade social; entretanto, a inserção na agricultura constitui elemento central em seus percursos de trabalho e reorganização econômica. A atuação conjunta evidencia a dimensão coletiva da produção, na qual cooperação territorial, proximidade espacial e divisão de responsabilidades estruturam o funcionamento da banca e ampliam sua capacidade operativa.

Kauan e Luara, primos do Athaulpa, também desempenham papéis fundamentais na banca, atuando no caixa e no atendimento aos clientes. Ambos possuem aptidão e muito interesse na área de ciências agrárias, são formados em cursos técnicos agropecuários e recentemente, Luara ingressou no curso de agronomia na Universidade de Brasília. Sua trajetória de vida e influências familiares, bem como os trabalhos com a feira possibilitaram a ela a motivação e ampliação de seus conhecimentos e interesses na área e desempenharam um papel importante na escolha de sua carreira profissional.

A Terramana busca tornar-se um microcosmo de resistência, onde a agroecologia, a cultura e a comunidade se entrelaçam de forma harmoniosa. Em cada fruto colhido, em cada receita desenvolvida, há uma história de luta e esperança. E assim, a feira continua a ser um espaço vital, onde cada encontro é uma celebração da vida e da diversidade, reafirmando a importância das Panc e de um modelo de produção que respeita a terra e seus habitantes.

1.5. Lindaura Medrado dos Santos (por Wanderley Souza)

Lindaura Medrado dos Santos, há 12 anos na luta pela terra, militante pela Agroecologia, mãe de Thiago de 15 anos e prima de Efigênia (25 anos), residentes na Comunidade Roseli Nunes, no Núcleo Rural Pípiripau II - Planaltina. Hoje, Lindaura, Thiago e Efigênia persistem no caminho do bem, produzindo na Comunidade e atuando na Feira da Ponta Norte e na Cooperativa Coopercarajás. São 5 anos produzindo e ofertando alimentos frescos, de qualidade e, principalmente, livres de agrotóxicos.

A Comunidade Roseli Nunes é fruto da luta pela terra, iniciada em 2013 pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com aproximadamente 250 famílias acampadas e 260 hectares de área total. Hoje, conta com aproximadamente 60 famílias. Muitas já vivem da produção agroecológica em suas áreas “parcelas” individuais de 4 hectares e outras que se organizam via associação local, a APROÁGUA, para o acesso às políticas públicas de fomento e fortalecimento da agricultura familiar no território. Antes de se fixar na Comunidade Roseli Nunes, Lindaura esteve em outras ocupações e mobilizações, resistindo contra os despejos recorrentes impostos pelo Estado.

O MST é um movimento social de luta pela terra, organizado desde 1984, cujo lema de seu primeiro seminário nacional “Terra não se ganha, se conquista” demonstra que, para o MST, a ocupação da terra promove a construção de espaços de luta e resistência (Morissawa, 2001).

Desde as primeiras ocupações, especialmente no pós-pandemia, a Comunidade tem-se organizado internamente por meio da APROÁGUA (Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Roseli Nunes), da Emater-DF e de parceiros como a Cooperativa Coopercarajás (Cooperativa de Produção e Comercialização Agroecológica Carajás). Algumas atuações do Estado, mesmo que de forma tímida, como o transporte escolar e a coleta de lixo, reivindicações antigas da comunidade por direitos básicos, foram implementadas, sendo precário ainda o acesso à energia elétrica e água.

A Coopercarajás foi criada como uma ação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UnB/FUP/CNPq) no Campus de Planaltina. Tendo como eixo principal apoiar o fortalecimento de uma experiência piloto de cooperativa mista de produção, comercialização, serviços, entre produtores experientes e juventude rural, bem como mobilização de consumidores urbanos que apoiam a produção agroecológica (Relatório Técnico ITCP/CNPq, 2019).

Lindaure integra a Diretoria Administrativa da Cooperarajás desde 2022. Além da gestão estratégica, desempenha um papel fundamental na operação logística, sendo responsável pelas rotas e gerenciamento das atividades no galpão. Sob sua coordenação, são estruturadas tanto a montagem das cestas verdes quanto o atendimento aos programas institucionais dos quais a cooperativa faz parte. Para além da atuação institucional, Lindaure concilia essas responsabilidades com o trabalho direto na terra como produtora rural, associada e cooperada, reafirmando sua presença multifacetada na base e na gestão da agricultura familiar.

As necessidades são muitas e a atuação do Estado, com políticas públicas de regularização fundiária, que abre as portas para as demais políticas e fomentos, é morosa e prejudica muitos que acabam por produzir pouco.

O acesso às outorgas de água, quatro no total para a comunidade, vem se arrastando de igual modo ao acesso à energia elétrica, que constituem atualmente o maior desafio para a produção agrícola no território. Para equilibrar ou não acumular perdas, Lindaure, diante destes desafios, diversifica a estratégia de renda para poder investir na propriedade, mudando por completo a sua visão sobre o sistema que, então, é quase todo de horticultura.

A partir das experiências adquiridas tanto na cooperativa quanto na feira e cansada das perdas dos anos anteriores, é “forçada” a morar em Planaltina, que fica mais próximo da sede da cooperativa e na Comunidade para manutenção dos plantios. Mantém parte da produção para comercializar na Feira da Ponta Norte e conta com a ajuda de sua prima Efigênia, que fica responsável pelas vendas, do estoque e do balanço fiscal da banca. Inicia-se então o planejamento para o ano de 2025 e para os próximos um redesenho produtivo, focado em plantas frutíferas.

Desta forma, Lindaure pretende, com a renda obtida na cooperativa e na Feira da Ponta Norte, implementar um sistema produtivo escalonado de frutíferas da estação em aproximadamente 2 hectares (em execução),

consorciando desde árvores nativas do cerrado, como ipês e frutíferas como o pequi, além daquelas com maior apelo comercial, como acerola, abacate, abacaxi, manga. A estratégia é produzir, regenerar e recuperar os sistemas produtivos e ecológicos no território.

Figura 5. Lindaura Medrado dos Santos apresenta sua produção na Feira da Ponta Norte.



Fonte: Janaína Diniz (2026).

A opção por frutíferas também vem da experiência na feira e na cooperativa, onde trabalha com polpas, que são muito solicitadas pela praticidade e diversidade de usos, facilitando a vida de muitos consumidores e gerando maior valor agregado aos seus produtos. Lindaura também pretende implementar uma agroindústria na chácara e um galpão em conjunto com a cooperativa, para facilitar o manejo, beneficiamento e a centralização de um depósito comum para os cooperados dentro da Comunidade Roseli Nunes.

Para Lindaura, os desafios não ultrapassam a experiência no trabalho cooperado, sustentado por relações de confiança e motivação coletiva. Sobre a feira, considera que não é uma experiência só de comercialização, mas sim, de promoção de algo singular que representa a coletividade. Na agroecologia, promove-se a biodiversidade no prato, ampliando o leque de sabores e melhores hábitos alimentares, diferentemente do encontrado nos sistemas convencionais e nas gôndolas que priorizam o esteticamente perfeito, pobres nutricionalmente e ricos em resíduos químicos.

Como afirma Lindaura: “As feiras têm o poder de emanar energias que só lá se encontram, é na feira que você se acha, se conecta, se enreda e, em se tratando de uma feira de produtores agroecológicos, a diversidade e a coletividade prosperam”.

1.6. Maria Edmilda O. Barbosa/Iza (por Yan Souza)

Cada agricultora da Feira da Ponta Norte carrega consigo uma história de luta, de resistência e de coragem. Maria Edmilda O. Barbosa, apelidada de Iza, é uma mulher determinada, que sonha em promover a alimentação saudável para o máximo de pessoas possível. Entre os seus objetivos de vida está a vontade de conscientizar os consumidores sobre a importância do alimento limpo, acessível e com preço justo, que consiga aproximar produtor e consumidor na relação campo-cidade. Para cumprir com esse objetivo, a

rotina de trabalho de Iza acontece diariamente no Assentamento Oziel Alves III, localizado no Núcleo Rural, Pípiripau, Planaltina (DF).

Para atender ao gosto de cada cliente, Iza conta com o apoio do companheiro Daniel e de um ajudante para semear, cuidar e colher os alimentos de modo orgânico e sustentável. Atualmente, Iza está em processo de certificação orgânica, buscando pela regulamentação governamental e pelo selo que comprova a produção orgânica em seus produtos, assegurando a qualidade de sua produção para o mercado consumidor. Por enquanto, os produtos são comercializados pela relação de confiança e por processos de vistorias realizadas pela equipe de coordenação da Feira da Ponta Norte.

Ao ser questionada sobre a participação na Feira da Ponta Norte, Iza declara que começou no ano de 2020, um ano após a inauguração da feira, e que chegou por meio de convite do sogro e de vizinhos. Além da Feira da Ponta Norte, complementa sua estratégia de escoar a produção fazendo a entrega de doze (12) cestas para co-agricultores que apoiam a sua produção via Comunidade que Sustenta a Agricultura na sede da Anvisa em Brasília. Em relação à Feira da Ponta Norte, a rotina de trabalho de Iza começa muito antes do sábado, posto que, ainda na semana, realiza a colheita e pequenos processamentos, enquadrando parte da produção em alimentos minimamente processados (descascados, cortados, fatiados e outros).

Aos sábados, Iza sai do Assentamento Oziel Alves III, por volta de 4h15, percorre 56,1 km e chega à Feira da Ponta Norte por volta das 05 horas. Ao chegar, arma a barraca e disponibiliza os produtos *in natura* e minimamente processados. Como diferencial, Iza aposta em duas estratégias: (I) trazer uma banca repleta de cores, sabores e texturas. Assim, conta com a parceria da Fazenda Colônia e da Terra Mader, ambas certificadas para tomate e batata inglesa, itens que ainda não produz, e (II) chamar o cliente pelo nome. Segundo Iza, o contato olho no olho é essencial para fidelizar o cliente e aproximá-los para além da compra, estabelecendo uma relação de amizade.

Durante a jornada de trabalho, comprovamos que a relação de amizade é consolidada pelos consumidores, que chegam à banca com assuntos pessoais, perguntando sobre a família, filhos, e, apenas após atualizarem os assuntos da semana, perguntam sobre o produto que querem comprar. Iza prontamente oferece produtos de acordo com o gosto de cada cliente, lembrando rapidamente quais produtos o consumidor comprou na última semana e oferecendo alimentos que são novidade na banca. Aqui, a palavra de ordem dos consumidores é “vou levar para experimentar” ou “você tem aquela batata doce da semana passada?”.

Figura 6. Iza expondo sua produção na Feira da Ponta Norte.



Fonte: Janaína Diniz (2026).

As horas vão passando e os produtos da banca começam a esvaziar. Os consumidores apressados correm e pedem para Iza reservar uma palma de banana ou um saquinho de abóbora. Tudo vale, até mesmo a pechincha que não pode faltar na feira. O ato de pedir desconto, chamando pelo nome, demonstra a relação de proximidade, a confiança de quem fala: “Iza, levando duas, você faz por 5 reais?”. Um pedido que revela o segredo de que, no próximo sábado, o cliente voltará.

E Iza confessa que os consumidores voltam mesmo: “Tenho clientes que saem de Águas Claras (Região Administrativa do Distrito Federal que fica a 23,5 km de distância da Feira) para vir para cá comprar comigo”. Os consumidores sabem que não é apenas o selo que define a qualidade do produto, mas um conjunto de fatores sociais, políticos e econômicos. É o amor pela produção que Iza possui e a preocupação de alimentar a sociedade com o mesmo alimento limpo, saudável, acessível, justo e gostoso que ela alimenta a própria filha.

1.7. Lourdes dos Santos Carvalho (por Bruna Cardoso Afonso da Silva)

Lourdes dos Santos Carvalho, moradora da Comunidade Roseli Nunes, no Pípiripau II, em Planaltina/DF, integra o grupo de agricultores que constroem a experiência da Feira da Ponta Norte. A cerca de 50 km do local onde ocorre a feira, ela e seu esposo enfrentam semanalmente o desafio do deslocamento, saindo muito cedo para garantir a chegada no horário e a montagem da banca. Todo o processo do plantio ao beneficiamento dos produtos é realizado pelo casal, que precisa conciliar os cuidados com a produção, a colheita de alimentos frescos e a organização para a comercialização. A distância e a logística necessárias para essa dinâmica reforçam o papel central do trabalho familiar na consolidação da Feira da Ponta Norte.

A vivência em uma feira agroecológica pode revelar muito mais do que a dinâmica de comercialização de produtos agroecológicos. O acompanhamento

da banca de Dona Lourdes evidenciou a importância da interação entre a universidade e os agricultores, que vai além da transferência de conhecimento técnico. Esse espaço é um verdadeiro laboratório prático, no qual se aprende sobre desafios, soluções e a relação entre produção e comercialização.

Figura 7. Lourdes dos Santos Carvalho compartilha sua produção na Feira da Ponta Norte.



Fonte: Janaína Diniz (2026).

A rotina de trabalho da Dona Lourdes demanda esforço físico e dedicação para atender os clientes. Desde a organização da banca no início da manhã até a última venda na parte da tarde, tudo é feito com cuidado e ajuda

de seu marido. Cada produto é disposto estrategicamente para atrair o olhar dos consumidores, e a banca é reorganizada ao longo do dia, destacando-se a variedade de cores e texturas dos produtos frescos, incluindo abóbora, mandioca, ovos e outros itens, alguns já beneficiados, como a goma de tapioca.

A sistematização dessa experiência é essencial para documentar os impactos positivos dessa interação e para inspirar novas iniciativas em outras localidades. Outro ponto observado foi a relação produtor/consumidor que tem grande importância, tendo um público fiel é possível adaptar as vendas, levando a demanda necessária para o dia sem ocorrer desperdícios, entender as necessidades e aumentar as variedades de produtos, incluindo por exemplo, mais produtos beneficiados.

Além disso, a feira agroecológica se destaca como um espaço essencial para pequenos produtores, como Dona Lourdes, que, além de comercializar sua produção, encontram nesse ambiente uma oportunidade de fortalecer sua base econômica e social. É um local de diálogo direto com os consumidores, em que é possível compartilhar histórias, construir relações de confiança e promover o valor dos alimentos cultivados de forma sustentável. Esse contato permite uma adaptação mais precisa às demandas do público, favorecendo a diversificação da produção e a inclusão de itens minimamente processados, que agregam mais valor e ajudam a evitar o desperdício. Assim, a feira não só fomenta a autonomia do agricultor, mas também incentiva o consumo consciente, contribuindo para a valorização de práticas agroecológicas em prol de sistemas alimentares mais justos e saudáveis.

Considerações finais

No relato de cada estudante é possível extrair que o objetivo de sistematizar é sem dúvidas, aprender de dentro da própria experiência. Cada sistematização demonstrou o olhar sensível e profissional do fazer agroecológico, demonstrou que não há roteiro; há escuta, há acolhimento e há

visão técnica sobre a rotina de cada agricultora e cada agricultor participante da feira da Ponta Norte. Como exposto, sete experiências foram acompanhadas seguindo a metodologia proposta por Holliday (2006).

Apesar de serem experiências distintas, existem elos que ligam cada relato, temas como: a luta pela terra, o pertencimento aos movimentos sociais, o fortalecimento da produção agroecológica, os desafios para certificação, a participação em programas governamentais e outros, unem as agricultoras e agricultores da Feira da Ponta Norte em prol da alimentação saudável na relação campo-cidade para a segurança e soberania alimentar.

Como exposto na introdução, a Feira da Ponta Norte conta com 55 agricultoras/es associados. Logo, para trabalhos futuros, recomenda-se a sistematização dos demais participantes da feira, sendo este, uma lacuna que o presente capítulo não conseguiu preencher em sua totalidade, visto a escassez de tempo e recursos. Mas que, para um primeiro momento, apresenta a força de cada relato e nos impulsiona a buscar pelos demais.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em 5 jan. 2025

BRASIL. **LEI Nº 10.831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm. Acesso em 3 jan. 2025

CONTRAF. **FETRAF apresenta definição e conceito da agricultura familiar ao GTR**. Disponível em: <https://contrafbrasil.org.br/noticias/fetrafpresenta-definicao-e-conceito-da-agricultura-familiar-ao-gtr-43eb/>. Acesso em 6 jan. 2025

EMBRAPA. **Sistema Alternativo de Criação de Suínos em Cama Sobreposta para Agricultura Familiar**: Embrapa, 2006. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/15448493.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2025.

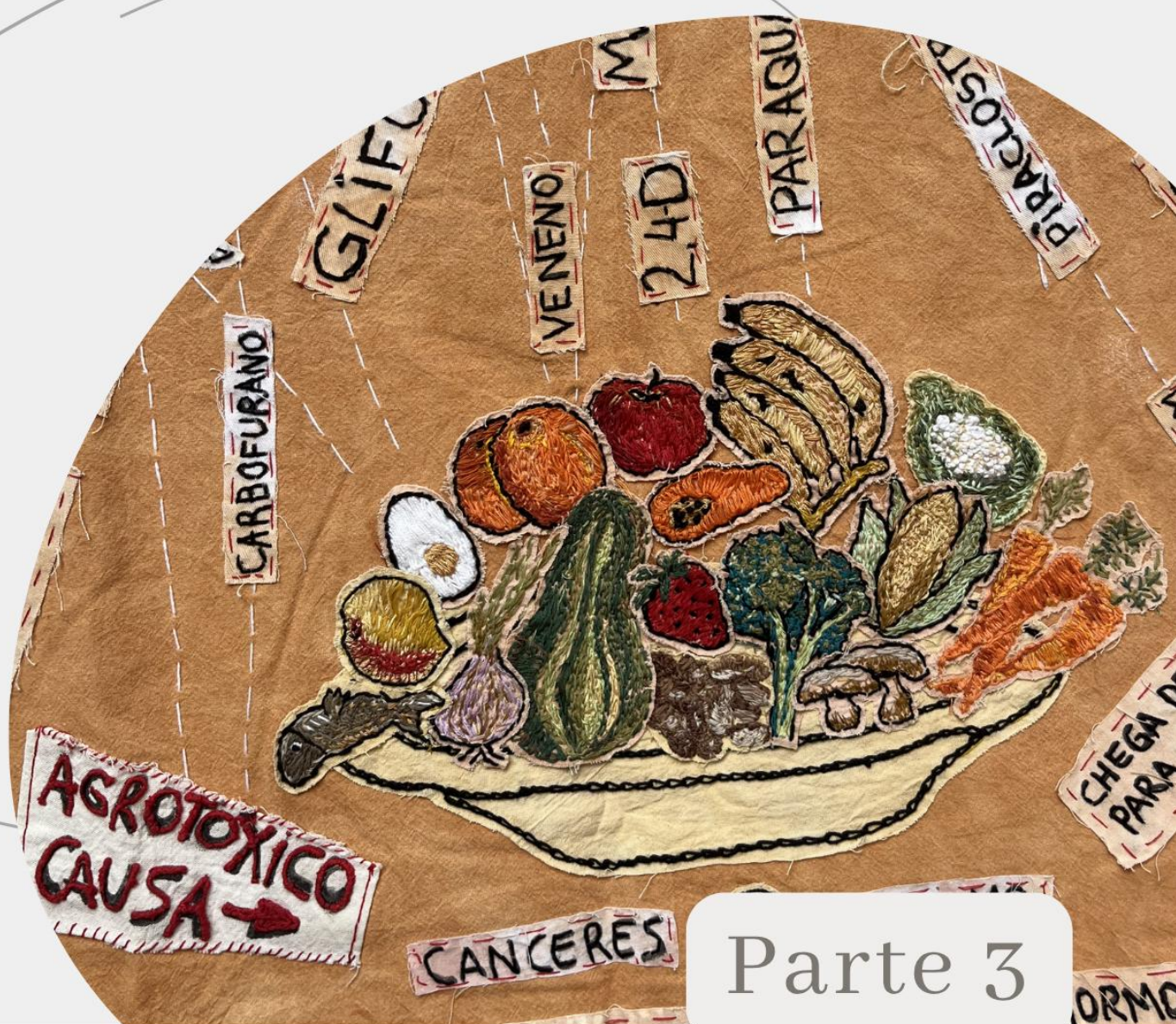
FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Editora Paz e terra, 1967

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. 2. Ed. Brasília: MMA, 2006.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

SOUZA, Yan; SOUZA, Wanderley; SANTOS, Lindaura; DINIZ, Janaína; CANAVESI, Flaviane. Extensão Universitária com a Associação da “Feira da Ponta Norte”: relato de observação participante. *In: Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Rio de Janeiro, RJ, v.19 n.1, 2024.*

A gente não quer só comida! Outras linguagens



Uma feira aos olhos de uma consumidora

Lorena Pinto Coelho Silva

A feira da Rua General Glicério, nas Laranjeiras, acontece todos os sábados. Eu estou no bairro há mais de 20 anos, porém foi preciso que eu passasse um tempo fora do Rio de Janeiro e do Brasil para que eu pudesse entender o tamanho da importância dela na minha vida. A Rua General Glicério, começa na Rua das Laranjeiras e termina em uma Área de Proteção do Ambiente Cultural. Nessa parte, há calçadas largas e arborizadas, com prédios sem grades ou portões que estabeleçam limite à circulação dos pedestres. Para mim, o recanto mais lindo do Rio.

Logo no início da rua, já avistamos alguns feirantes vendendo, em pequenos tabuleiros, artesanato e panos de cozinha. À medida que avançamos na caminhada, pela calçada do lado direito, surgem as barracas de madeira, com toldos listrados e brancos, e a exposição de produtos mais elaborados, tais como antiguidades, bijuterias, pratos veganos, tapiocas, tudo junto e misturado. No fim desse primeiro quarteirão, bem no meio da rua, dividindo as mãos dos carros, temos a Praça do Choro, onde se encontram o Bar do Luizinho, famoso pelos seus drinques, com suas mesinhas e guarda-sóis, e outras tantas barracas de artesanato, comidas, bebidas, roupas. Nessa praça, das 12h às 15h, o grupo de choro Pixin-Bodega se apresenta e tem uma audiência fiel de moradores e visitantes. Dali, a feira sobe uma rua perpendicular, aladeirada, chamada Ortiz Monteiro, que começa e termina, em forma de meia lua, na General (no Rio, as ruas que têm nomes compostos costumam ser chamadas apenas pelo seu primeiro nome: General Glicério vira General, Voluntários da Pátria é a Voluntários e assim por diante). Nesse pedaço da Ortiz, encontramos a feira raiz, como estamos mais habituados, com as tradicionais barracas de pastel, caldo de cana e água de coco, logo na entrada, e o comércio de flores, verduras, legumes, frutas, laticínios, carnes,

peixes e frutos do mar, mas também barracas que vendem ilustrações artísticas, livros, bonecas indígenas, perfumaria natural e alimentos das culinárias baiana, turca, libanesa, chilena e francesa.

Um dia eu já fui tímida e me sentia constrangida de andar por entre as barracas e não comprar todos os produtos que me eram ofertados. Eram tantos chamados feitos pelos feirantes, um alvoroço de sons, de ofertas e promoções, que eu ficava tonta sem saber o que escolher. Para não entrar em sofrimento, sacava minha listinha do bolso e partia com pressa para comprar o necessário em barracas indicadas por amigos. Isso em meio a muita gente subindo e descendo a ladeira com seus carrinhos de compras, puxando cachorros pelas coleiras, empurrando bebês com os olhões bem abertos ou em sono profundo, alheios a toda aquela profusão de cores e cheiros. Nessa época, a feira parecia para mim uma confusão, um caos...

Acontece que o tempo passou, e depois de quase morrer em episódios de doenças graves, entendi que nada está sob controle na vida. Que tudo é fluxo, em um constante movimento de chegadas, encontros e partidas. E que, no final das contas, a alegria é a prova dos nove, como já disse Oswald de Andrade no seu Manifesto Antropofágico. Foi, então, que passei a frequentar a feira com outro corpo-mente, menos preocupada em ordem x desordem, mais aberta ao que ocorresse, curiosa e disponível aos encantos invisíveis que acontecem em experiências sensoriais não programadas. Deixei a praticidade, a objetividade, a otimização do tempo de lado e passei a me levar para passear na feira. Tudo mudou.

A partir dessa mudança interna, o externo se revelou muito mais surpreendente. Eu pude enfim me permitir conhecer as pessoas que estavam por trás das barracas e as histórias dos seus produtos. Fiz amigos, alguns confidentes.

Aí, veio aquele assustador 2020 e eu voltei para minha cidade natal, Salvador. Em 2023, fui morar no interior do Canadá. Lá encontrei uma sociedade muito organizada, com baixíssima densidade demográfica,

ninguém se batendo pelas ruas, tudo muito limpo, muito certinho. Trânsito impecável, nem buzina se ouvia. A vida transcorria de forma tranquila, mas eu sentia falta da minha cultura, da espontaneidade, do improvisado, dos afetos. Depois de seis meses de *hello-how-do-you-do*, decidi que voltaria para Laranjeiras, ali era mesmo o meu lugar. Cheguei numa manhã de sábado, minha amiga Maria me esperava no aeroporto. Deixamos as malas no apartamento e fomos direto para a feirinha. Um sentimento imenso de pertencimento e de gratidão me invadiram. Mais madura, tendo tido a chance de olhar para meu país de longe, a feira parecia um circo onde palhaços, malabaristas e bailarinas me recebiam no centro do picadeiro. A minha criança pulava de alegria dentro de mim.

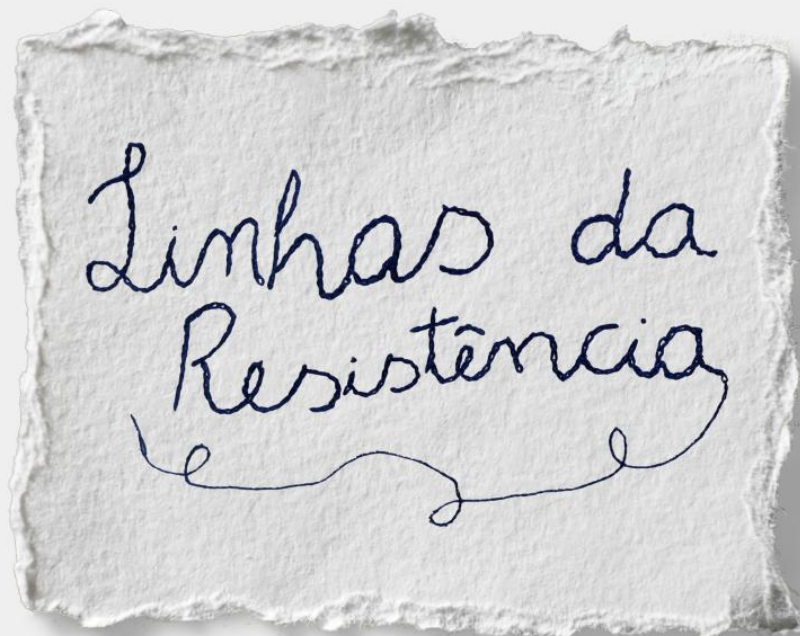
Da minha rede de afetos na “feirinha da GG”, faço questão de destacar os queridos Léo e Bruno, que me introduziram na cultura das kombuchas, bebida ancestral incrível para o intestino e para o humor. Comecei comprando uma garrafa, hoje já são oito, uma para cada dia da semana e a oitava de reserva, para ocasiões especiais fora de casa. Na barraca Sabiá Cogumelos, onde compro ovos caipiras, granola e suco verde, dedico um tempo para prostrar com a Mariana e o Pablo; ela, ex-produtora de eventos que se encontrou na produção e comercialização de shitakes, e ele, mestre na produção de sucos verdes e de cupuaçu com açaí e mestrando em Psicologia que pesquisa o efeito das hortas comunitárias na saúde mental. Guillermo e Anamaria são um casal de chilenos que preparam deliciosas empanadas de margarita e de carne, muito aguardadas semanalmente pelo meu filho. Com eles converso sobre a América Latina e os rumos da política nacional. Um dia tive o privilégio de ouvi-los contar sobre como se conheceram e o que os levou a eleger o Rio a sua cidade. Ô sorte, fazer novos amigos depois dos 50!

Existem também os feirantes com quem ainda não desenvolvi laços mais profundos, e talvez não os desenvolva nunca, mas que mesmo assim me recebem com cordialidade, sabendo que não gosto de melancia muito madura e que só compro peixe sem espinha. Para uma pessoa que sofre de ansiedade,

como eu, a feira e sua regularidade também surtem um efeito pacificador na alma. Ela estará ali, no mesmo lugar, semanalmente; os feirantes levarão seus produtos, eu levarei minhas sacolas e, sem pressa, escolherei o que comprar e trocarei afetos com amigos, antigos e ainda desconhecidos...

A feirinha da Glicério (mais uma alcunha carinhosa) é também ponto turístico. Antes de levar meus amigos de fora do Rio ao Cristo ou ao Pão de Açúcar, combino de passar o sábado juntos por lá. Faço questão de fazer a feira com eles, comer um pastel, ouvir um chorinho, apresentar meus amigos feirantes e suas delicadezas. São horas bem vividas, um antídoto aos tempos bicudos que atravessamos.

Mas ir à feira, para mim, é também um ato político contra o lobby dos alimentos ultraprocessados e a favor dos alimentos orgânicos ou oriundos da agricultura familiar. A possibilidade de comer comida de verdade, de valorizar o trabalho dos produtores agrícolas do meu entorno e de participar da vida da minha comunidade alarga o meu sentir, me enche de alegria e engrandece o meu viver. Toda semana, eu vou à feira como quem vai a uma festa!



Por Flaviane Canavesi

A feira é um espaço plural, convívio semanal de projetos e ideias que transformam o território não somente pela disponibilidade e acessibilidade à alimentos frescos, mas também pelos movimentos que daí surgem.

O Coletivo Linhas da Resistência, fundado em abril de 2022, em Brasília, Distrito Federal (DF), é um movimento composto por mulheres que utilizam o bordado livre como forma de expressão artística, política e afetiva. O grupo surge em um momento de forte tensão social e polarização, durante o período eleitoral pós-pandemia, e nasce como resposta à necessidade de criar espaços de acolhimento, engajamento e construção coletiva de narrativas de resistência. As integrantes apresentam origens, profissões e histórias diversas, mas encontram nas linhas, agulhas e tecidos uma forma de reivindicar direitos, fortalecer vínculos e promover a democracia (Linhas da Resistência, página oficial)



Conjunto de imagens 1: Coletivo Linhas da Resistência/DF. **Fonte:** Rafaela Patrício Chagas.

O coletivo se define como um espaço no qual arte e política caminham juntas, transformando o bordado – tradicionalmente associado ao trabalho doméstico feminino – em instrumento de luta e visibilidade. Para as bordadeiras, bordar é também ato de cuidado, memória e emancipação, permitindo dar forma material a inquietações, angústias e temas sociais considerados urgentes, como igualdade de gênero, justiça social e liberdade.

O Coletivo Linhas da Resistência se reúne todos os sábados, pela manhã, na Feira Agroecológica da Ponta Norte, na 216 Norte, Asa Norte, Brasília (DF). Para compor o cenário das diversas possibilidades que uma feira traz, trazemos abaixo, imagens ilustrativas destes movimentos:



Conjunto de imagens 2: Coletivo Linhas da Resistência/DF. **Fonte:** Rafaela Patrício Chagas.

Referências

LINHAS DA RESISTÊNCIA. Página oficial do coletivo Linhas da Resistência. Disponível em: <<https://linhasdaresistencia.com.br/>>. Acesso em: 3 mar. 2026.



POSFÁCIO

As feiras agroecológicas como sementes de transformação: um olhar extensionista

José Nilton Campêlo Lacerda

Chama-se posfácio porque vem depois: um dizer ao final, uma palavra que chega quando o grosso do trabalho já foi semeado, cuidado e colhido pelas organizadoras e pelo organizador. Não me caberia, portanto, aparecer aqui com pose de engenheiro de roça plantada e já produzindo como quem vem medir com régua alheia o que nasceu do engenho, da experiência e da escuta de outros. Se me permito estas linhas derradeiras, é só para saudar o que já estava vivo antes de minha chegada: esta lavoura de memórias, saberes e compromissos que o livro soube cultivar tão bem.

Ao longo de mais de trinta anos na extensão rural do Distrito Federal, tenho o privilégio de caminhar ao lado de agricultoras e agricultores familiares, acompanhando suas lutas, conquistas e reinvenções cotidianas no campo. Como extensionista da Emater-DF, especialmente na região de Brazlândia, aprendi que produzir alimentos é apenas parte da história. Tão importante quanto produzir é construir caminhos para que esses alimentos cheguem às pessoas com dignidade para quem cultiva; e propiciar qualidade para quem consome.

Durante meu percurso pessoal e profissional, tive a oportunidade de contribuir em diferentes espaços institucionais: na Subsecretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do DF; na Subsecretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário do DF, na Secretaria de Agricultura (Seagri); na direção técnica operacional da Ceasa-DF; como ouvidor da Emater-DF; como coordenador de agroecologia da Emater-DF; e como assessor especial da presidência da Emater-DF. Essas experiências ampliaram

minha compreensão sobre os desafios da produção, da organização social e, principalmente, da comercialização da agricultura familiar. Compreendi que produzir é apenas parte da jornada: garantir mercados justos e dignos para quem trabalha na terra é um dos maiores desafios do campo brasileiro.

É com base nessa vivência que reconheço, nas páginas desta obra, algo que me é profundamente familiar. O livro “Resistência unindo campo e cidade em feiras e redes alimentares alternativas” reúne experiências, reflexões e relatos que traduzem a força das redes alimentares alternativas e dos circuitos curtos de comercialização, revelando as feiras agroecológicas como espaços vivos de encontro entre quem produz e quem consome.

Ao longo da leitura, reconheci histórias muito semelhantes às que acompanhei em tantas comunidades rurais do Distrito Federal. Agricultores e agricultoras que enfrentam dificuldades para comercializar sua produção. E que encontram nas feiras não só um canal de venda, mas um espaço de dignidade, autonomia e reconhecimento social.

As experiências apresentadas na obra, especialmente a da Feira Agroecológica e de Artesanato da Ponta Norte, mostram como a organização coletiva, o apoio técnico e o compromisso político podem transformar mercados em territórios de convivência, aprendizado e construção de cidadania. Ali, o alimento deixa de ser apenas mercadoria e passa a expressar cultura, identidade e cuidado com a vida. As trajetórias de agricultoras e agricultores como Armina, Flávio, Daniela, Lindaura e Iza revelam que por trás de cada banca de feira existe uma história de luta, trabalho e esperança. São pessoas que enfrentam as incertezas da produção agrícola, as dificuldades de acesso a políticas públicas e as limitações de infraestrutura, mas que persistem na construção de um modo de produzir e viver baseado na cooperação e no respeito à natureza.

Como extensionista rural, tenho compreendido que o verdadeiro sentido da extensão não está na simples transferência de tecnologias, mas na capacidade de dialogar, aprender e construir soluções junto às comunidades. A agroecologia, nesse contexto, não é apenas um conjunto de práticas produtivas; é uma forma de pensar o desenvolvimento rural a partir da justiça social, da sustentabilidade ambiental e da autonomia dos agricultores. As feiras agroecológicas materializam esse projeto. Elas aproximam campo e cidade, criam relações de confiança entre produtores e consumidores e fortalecem economias locais. Mais do que isso, tornam-se espaços de educação alimentar, de valorização da biodiversidade e de reconhecimento do trabalho daqueles que produzem alimentos saudáveis para a sociedade.

Ao longo da minha trajetória, testemunhei muitas famílias transformarem suas realidades a partir da participação em feiras. Acompanhei de perto os agricultores e as agricultoras diversificarem sua produção, ampliarem sua renda e fortalecerem suas organizações coletivas. Vi jovens encontrarem no campo motivos para permanecer e dar continuidade ao trabalho de suas famílias. E vi consumidores descobrirem, nas feiras, um novo sentido para o ato de se alimentar. Essas experiências também mostram que os desafios continuam grandes. Infraestrutura precária, dificuldades logísticas, processos burocráticos e limitações no acesso a políticas públicas ainda fazem parte do cotidiano de muitas feiras. Ainda assim, a força da organização coletiva tem demonstrado que é possível construir alternativas concretas aos modelos convencionais de comercialização.

Este livro tem ainda o mérito fundamental de dar voz às agricultoras e aos agricultores, reconhecendo-os como sujeitos do conhecimento e protagonistas das transformações em curso nos sistemas alimentares. Ao sistematizar experiências e aproximar universidade, extensão rural e

comunidades, a obra reforça que o conhecimento se constrói no diálogo e na prática compartilhada. Mais do que registrar experiências, estas páginas preservam memórias, aprendizados e inspirações. Elas revelam que a agroecologia se constrói no cotidiano, nas roças, nas feiras, nas conversas entre produtores e consumidores, nas sementes guardadas e nos saberes transmitidos entre gerações.

Ao concluir este posfácio, deixo aqui meu reconhecimento às agricultoras, aos agricultores, aos pesquisadores, estudantes e extensionistas que tornam possíveis iniciativas como as descritas nesta obra. As feiras agroecológicas são sementes de transformação social. Elas nos mostram que outro sistema alimentar é possível: mais justo, saudável e solidário.

Espero que este livro inspire novas feiras, novas redes e novos encontros entre campo e cidade. E que continuemos, juntos, a semear futuro, cultivar esperança e fortalecer a agricultura familiar que alimenta nosso país.

José Nilton Campêlo Lacerda
Extensionista rural (Emater-DF)
Gerência de Comercialização e Organização Rural (Gecor)

Brasília, março de 2026.

Minibiografia das/os autoras/es

Organização

Flaviane de Carvalho Canavesi

Professora universitária, pesquisadora e extensionista na Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília (FAV/UnB), no Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader/FUP/UnB) e na Residência em Ciência, Tecnologia e Sociedade: habitat, agroecologia, economia solidária e saúde ecossistêmica.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8689253964968139>

E-mail: flavianecanavesi@unb.br

Janaína Deane de Abreu Sá Diniz

Professora Associada na Universidade de Brasília, campus Planaltina (FUP), nos Programas de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) e em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (PPG-PCTs).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3892023307408045>

E-mail: janadiniz@unb.br

Yan Dutra de Souza

Doutorando em Ciências Ambientais pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (2025) e bacharel em gestão do agronegócio (2023). Atua como pesquisador no Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar (Cegafi-UnB), no eixo de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas com foco em Assistência Técnica e Extensão Rural de Produção Orgânica.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0031073562685374>

E-mail: yandutras@gmail.com

Autores(as)

Alicia Ganzo Galarça

Antropóloga, analista em reforma e desenvolvimento agrário do Incra, na Superintendência do Rio Grande do Sul. Especialista em Agroecologia pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) e com graduação em ciências sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atua desde 2017 em projetos de extensão e pesquisa vinculados à agricultura familiar e sistemas alimentares sustentáveis.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6713861067538474>

E-mail: a.ganzo.g@gmail.com

Bruna Cardoso Afonso da Silva

Graduanda em agronomia pela Universidade de Brasília (UnB). Participou de projetos de extensão no Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia (NEA-UnB). Atuou como estagiária no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e, posteriormente, na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1774914596621479>

E-mail: brunacardosos855@gmail.com

Carlos Eduardo Oliveira Soares

Engenheiro agrônomo formado pela Universidade de Brasília (UnB) com atuação acadêmica e profissional voltada a sistemas sustentáveis de produção e manejo conservacionista. Durante a graduação participou de atividades de pesquisa e extensão no Núcleo de Estudos em Agroecologia e Agricultura Orgânica (NEA-UnB), e na Embrapa Agrobiologia.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2015969492420665>

E-mail: Eng.soarescarlos@gmail.com

César Adriano de Souza Barbosa

Mestre em Química Teórica pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) (2001) e bacharel em química (1999), é especialista em Sociobiodiversidade e Sustentabilidade no Cerrado pelo Centro UnB Cerrado (2018). Sócio-fundador e representante institucional do Instituto Biorregional do Cerrado (IBC) (2012-23), cofundador e atual coordenador do Núcleo de Alimentação Sustentável e Produção Agroecológica (Naspa) Ecocentro/IBC. Integrante do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Agroecologia na UnB (2023).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9586507783576473>

E-mail: cesar.barbosa@unb.br

Eduardo Quintanar Guadarrama

Professor doutor de licenciaturas de Desenvolvimento e Gestão Interculturais e Sociologia da Universidade Nacional Autônoma do México (Unam), Sustentabilidade Ambiental Universidade Iberoamericana (UIA) e Câmbio Climático e Biodiversidade - Universidade Rosario Castellanos. Participa do Mercado de Produtores Rizoma.

E-mail: eduardoquintanar@filos.unam.mx

Juscelino Bezerra

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Presidente Prudente, é professor do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB). Ocupa o cargo de Diretor de Fomento à Iniciação Científica no Decanato (Pró-Reitoria) de Pós-graduação na UnB. É coordenador do Laboratório GeoRedes na UnB e líder do Grupo de Pesquisa CNPq Governança, Sistemas Agroalimentares e Redes Globais de Produção (GovernAGRO).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5709330601484442>

E-mail: jebgeo@unb.br

Lorena Pinto Coelho Silva

Especialista em Cultura e Educação e em Arte e Filosofia, é estudante de letras, apaixonada por Laranjeiras (Rio de Janeiro/RJ) e pela língua portuguesa.

E-mail: lorena.pintocoelho@gmail.com

Mariana Mendez Rosenwieg

Estudante de desenvolvimento e gestão intercultural na Universidade Nacional Autônoma do México, Miguel Hidalgo, Cidade do México, México.

E-mail: rosenzweigmarina@gmail.com

Nina Paula Ferreira Laranjeira

Pesquisadora Colaboradora da FAV/UnB, Projeto ERA - Extensão e Agroecologia. Pesquisadora do Nasp (Núcleo de Alimentação Sustentável e Produção Agroecológica), núcleo de pesquisa do Instituto Biorregional do Cerrado (IBC) (Alto Paraíso de Goiás), do qual é associada desde outubro de 2019, quando se aposentou da UnB, como professora associada. Atua como pesquisadora junto ao NEA - UnB (Núcleo de Estudos em Agroecologia), em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4432976908348540>

E-mail: ninalaranjeira@unb.br

Potira Viega Preiss

Doutora e mestre em Desenvolvimento Rural, além de bióloga. Atualmente é professora visitante na área de Agroecologia no Instituto Federal do Rio Grande do Sul IFRS Campus Restinga. Atuou como pesquisadora Pós-Doc no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, de 02/2023 a 07/2024) e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc, de 02/2019 a 02/2023).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6987449707881840>

E-mail: potipreiss@gmail.com

Rafaela Patricio Chagas

Graduada em agronomia pela Universidade de Brasília (UnB), possui trajetória voltada à agroecologia e às práticas de agricultura sustentável e regenerativa. Colaborou no Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA/UnB) e integra o Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade da Associação de Agricultura Ecológica (Opac - AGE). Atualmente, é secretária executiva da Associação de Produtores e Promotores de Plantas Alimentícias Não Convencionais (Aspansc).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5972860960693697>

E-mail: contato.rafatips@gmail.com

Irene Sofia Espinosa Bonifaz

Membro da Cooperativa de Consumo La Imposible, pós-graduanda em Ciências da Sustentabilidade e formada em Desenvolvimento e Gestão Intercultural pela Universidade Nacional Autônoma do México, Cidade do México, Benito Juárez, México.

E-mail: sofiaespb@gmail.com

Thábata Lohane Pereira Marinho Bezerra

Graduada em Engenharia Florestal pela Universidade de Brasília e Pedagogia pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Participação ativa no Núcleo de Estudos em Agroecologia da Universidade de Brasília (NEA/UnB), discente do programa de pós-graduação Residência Multiprofissional em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (PPG-FAU); bolsista do projeto Extensão Rural e Agroecologia (ERA); e integrante do projeto de Agricultura Urbana e Periurbana apoiada na Agroecologia e Economia Solidária fomentado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2710334195729311>

E-mail: thabata.agroecol@gmail.com

Wanderley Antônio Pereira de Souza

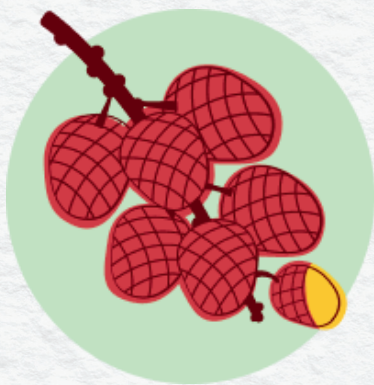
Bacharel em gestão do agronegócio (FUP/UnB). Colaborador ativo no Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA/UnB) e do projeto Agricultura Urbana e Periurbana Apoiada na Agroecologia e Economia Solidária (MDA/UFRN/UnB). É assessor técnico no Laboratório de Pesquisa Multiusuários para Cooperativas de Plataforma Digital e Tecnociência Solidária (LabTecSol/FUP). Discente no programa de Pós-graduação Residência Multiprofissional em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (PPG-FAU/UnB).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7295528960505502>

E-mail: wanderleyapsouza@gmail.com

Agricultores(as) do Distrito Federal fundadores(as) e feirantes da Feira Agroecológica e Cultural da Ponta Norte/DF

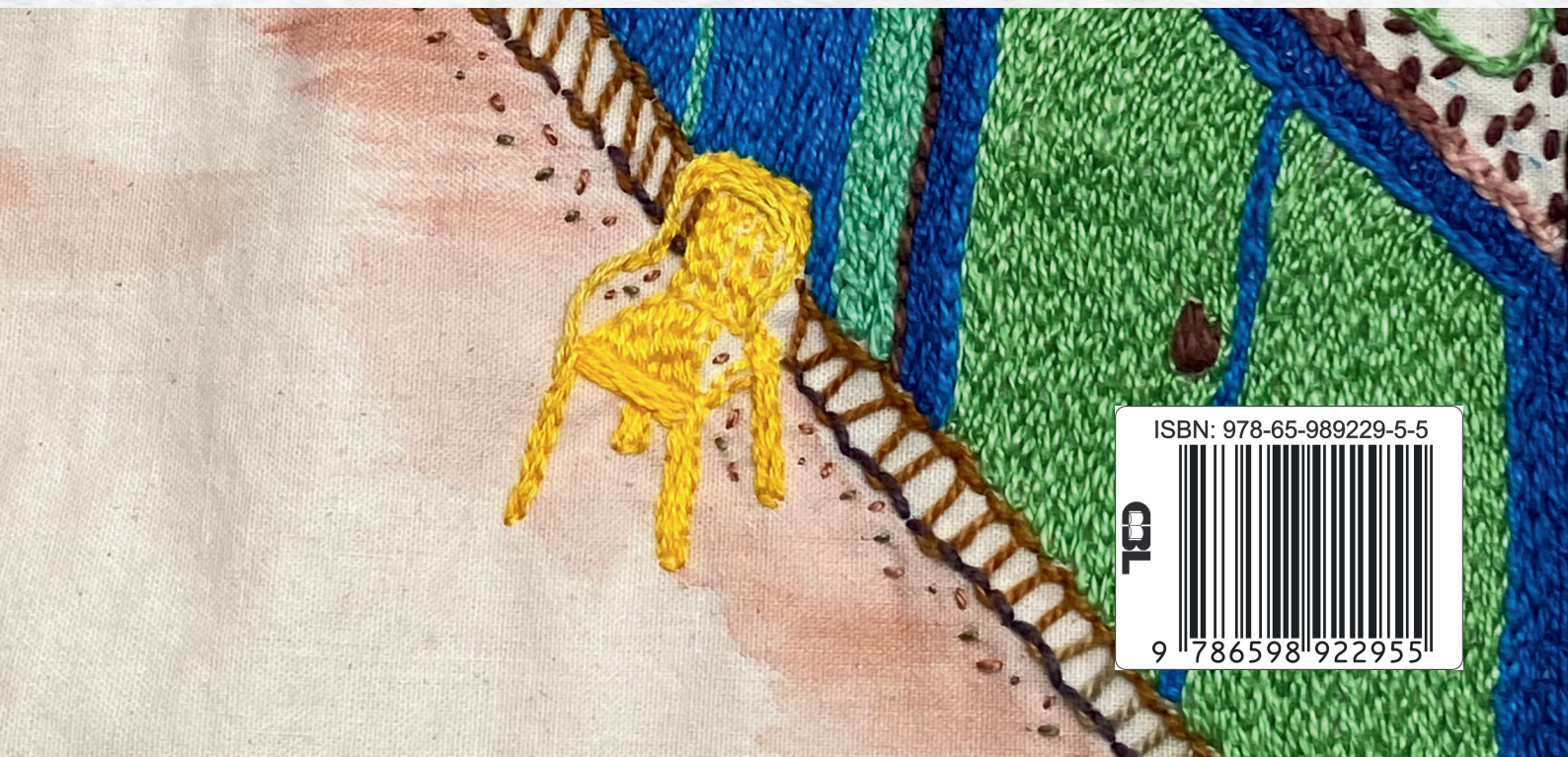
Armina Félix da Cunha
Atahualpa Nazareth Costa
Daniela Alves dos Santos
Flavio do Carmo
Lindauro Medrado dos Santos
Lourdes dos Santos Carvalho
Maria Edmilda O. Barbosa (Iza)



era

EXTENSÃO RURAL
E AGROECOLOGIA

Universidade de Brasília



ISBN: 978-65-989229-5-5



UnB



PPG-MADER

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO E
AGRICULTURA FAMILIAR

